UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

ENZO AUGUSTO BALBINI ANTONACCI

**O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA em Jundiapéba:
regularização fundiária e reforma agrária.**

São Paulo

2018

ENZO AUGUSTO BALBINI ANTONACCI

**O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA em Jundiapéba:
regularização fundiária e reforma agrária.**

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-
graduação em Mudança Social e
Participação Política.

Área de concentração: Mudança Social e
Participação Política.

Orientador: Prof. Dr. Diamantino Alves
Correia Pereira

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Antonacci, Enzo Augusto Balbini

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA em Jundiapéba : regularização fundiária e reforma agrária / Enzo Augusto Balbini Antonacci ; orientador, Diamantino Alves Correia Pereira. – 2018
109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Agricultura sustentável - Jundiapéba (SP). 2. Agricultores - Aspectos socioeconômicos - Jundiapéba (SP). 3. Reforma agrária - Jundiapéba (SP). 4. Desenvolvimento sustentável - Jundiapéba (SP).. 5. Projeto de Desenvolvimento Sustentável- Jundiapéba (SP). I. Pereira, Diamantino Alves Correia, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 630.098161

Nome: ANTONACCI, Enzo Augusto Balbini

Título: O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA em Jundiapéba:
regularização fundiária e reforma agrária.

Dissertação apresentada à Escola de Artes
Ciências e Humanidades da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em
Ciências do Programa de Pós-graduação em
Mudança Social e participação Política

Área de concentração: Mudança Social e
Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Diamantino Alves Correia
Pereira

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Começo agradecendo aos agricultores familiares camponeses do Alto Tietê e principalmente da área de estudo por serem o que são, por plantarem a comida nossa de cada dia, para boa parte da população do Estado de São Paulo e do Brasil, faça chuva ou faça sol. Agradeço especialmente aos agricultores da área de estudo que muito me ajudaram, principalmente os ex-diretores e atuais diretores da APROJUR. Agradeço a todos os agricultores dos PDS Santo Ângelo e do Vargem do Rio Jundiá, em especial ao Kazu, Josué, Ivo, José Vieira, Carneiro, Adão, Mário, Glauco, Fernanda, Maycon. Como não cabem todos os nomes aqui, deixo o meu agradecimento a todos vocês, que me respaldaram para que a pesquisa acontecesse. Minha intenção com a pesquisa sempre foi mostrar a realidade diária do agricultor familiar camponês brasileiro, que perante a tantas dificuldades, nos alimenta diariamente.

Agradeço ao Professor Diamantino, orientador de verdade que me aceitou como seu orientando quando eu já pensava que pós-graduação era ilusão. Soube me escutar, entender o que eu queria com a pesquisa, me deu as opções para o caminhar e a partir das minhas escolhas e a sua atenção chegamos ao trabalho aqui concebido. Agradeço a paciência e o pronto atendimento quando precisei. Também agradeço aos professores do PROMUSPP e em especial a Professora Ursula Dias Peres.

Agradeço as pessoas que de boa vontade me disponibilizaram os dados para realização da pesquisa, ao pessoal do IBS, agradeço especialmente a Mayra e a Adriana. Agradeço a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Mogi das Cruzes em especial ao João Paulo e a Secretário Renato. Ao Professor Rodrigo da FATEC de Mogi das Cruzes por me disponibilizar o banco de dados do Projeto Perséfone e ao Rafael Testa que me auxiliou com o banco de dados para utilizarmos apenas os dados da área de estudo. Ao Victor pelo auxílio com o *abstract* e ao Danilo pela leitura.

Agradeço a minha família, não foram muitos que chegaram até aqui, por isso sintam como se esse título também fosse de vocês. Em especial ao meu pai Antonio Carlos, a minha mãe Clair Paula e minha irmã Eloá. Aos meus avós e a todos que colaboraram e acreditaram que eu chegaria até aqui e por isso me apoiaram. Por último e não menos importante, a minha companheira Tainá que me acompanhou nesta caminhada, agradeço a paciência, por acreditar em mim e ser quem você é.

RESUMO

ANTONACCI, Enzo Augusto Balbini. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA em Jundiapéba: regularização fundiária e reforma agrária**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão Original.

A agricultura familiar camponesa apresenta grande importância no Alto Tietê, principalmente na cidade de Mogi das Cruzes (SP). Com base em dados quantitativos, por meio da tabulação de banco de dados e qualitativos, por meio de visitas a área de estudo e conversas com os agricultores e funcionários públicos, foi possível traçar um perfil socioambiental da área estudada. Após o desencadeamento da luta pela terra os agricultores posseiros conseguiram a regularização fundiária da área. O INCRA é o órgão governamental responsável pelo desenvolvimento ali do chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Os agricultores estão inseridos na lógica do mercado capitalista, a venda de produtos é garantida pela proximidade com o mercado consumidor, produzem as hortaliças com base na agricultura derivada da Revolução Verde, ou seja, a agricultura quimificada. Assim, produzem e vendem hortaliças com velocidade recorde, gerando recursos financeiros e produção agrícola que dificilmente se vê em outros lugares de regularização fundiária e assentamentos de reforma agrária. Um olhar mais atento aos dados produzidos demonstra que o pilar econômico é favorecido, enquanto os pilares social e ambiental aparecem sendo sacrificados. O INCRA basicamente conseguiu garantir a permanência destes agricultores posseiros, comprando a área, porém pouco tem contribuído para o desenvolvimento dos agricultores nas áreas econômica, social e ambiental. Somente a organização dos agricultores camponeses, a luta e a cobrança aos órgãos competentes por melhoria na qualidade de vida e do meio ambiente na área de estudo, podem fazer que o PDS obtenha êxito nestas áreas mais carentes de políticas públicas e tornar-se referência para uma futura política de reforma agrária e regularização fundiária, que leve em conta o desenvolvimento sustentável da agricultura, ou a sustentabilidade do modelo agrícola no futuro.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Perfil socioambiental.

ABSTRACT

ANTONACCI, Enzo Augusto Balbini. **INCRA's Sustainable Development Project (PDS) in Jundiapéba: land regularization and agrarian reform**. 2018. 109 p.

Dissertation (Master of Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of Sao Paulo, São Paulo 2018. Original version.

Peasant family farming is of great importance in the Alto Tietê, especially in the city of Mogi das Cruzes (SP). Based on quantitative data, through tabulation of databases and qualitative, through visits to the study area and conversations with farmers and public officials, it was possible to draw a socio-environmental profile of the area studied. After the struggle for land was launched, squatter farmers were able to regularize land ownership. INCRA is the government agency responsible for the development of the so-called Sustainable Development Project (PDS). Farmers are embedded in the logic of the capitalist market, the sale of products is guaranteed by proximity to the consumer market, produce vegetables based on agriculture derived from the Green Revolution, i.e., chelated agriculture. Thus, they produce and sell vegetables at a record speed, generating financial resources and agricultural production that can hardly be seen in other places of land regularization and agrarian reform settlements. A closer look at the data produced demonstrates that the economic pillar is favored, while the social and environmental pillars appear to be sacrificed. INCRA basically managed to guarantee the permanence of these squatters, buying the area, but little has contributed to the development of the farmers in the economic, social and environmental areas. Only the organization of peasant farmers, the fight and the charging of competent public agencies for improving the quality of life and the environment in the study area, can make the PDS succeed in these poorer areas of public policy and become a reference for a future agrarian reform and land regularization policy that takes into account the sustainable development of agriculture or the sustainability of the agricultural model in the future.

Keywords: Land ownership regularization. Sustainable Development Project.
Socio-environmental profile.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Foto satélite da área do PDS de Jundiapéba.....	14
Figura 2	Foto área entre os limites do PDS e a área urbana do bairro de Jundiapéba.....	15
Figura 3	O PDS Jundiapéba e seu Entorno.....	15
Figura 4	Gráfico Crédito Rural de 1969 a 2015 no Brasil.....	45
Figura 5	Divisa de duas propriedades, ao centro se vê um veio de água que faz a divisa.....	71
Figura 6	O Mini trator Tobata.....	73
Figura 7	Separação dos alimentos para a merenda de Mogi das Cruzes, feito no barracão da APROJUR, pela COOPROJUR	75
Figura 8	Lixeira em uma via do PDS, montada pelos agricultores.....	76
Figura 9	Uma reunião mensal da APROJUR em seu barracão.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Números da demanda e oferta de reforma agrária no Brasil de FHC a Dilma.....	56
Tabela 2 –	Tabela Síntese dos dados de PA's e PDS's criados pelo INCRA no Estado de São Paulo.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APROJUR	Associação dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
COOPROJUR	Cooperativa dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Instituto Biosistêmico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente
PROCERA	Programa de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
USAID	Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	LOCAL DA PESQUISA.....	13
1.1.1	Histórico e ocupação da área de estudo.....	16
2	OBJETIVO GERAL.....	21
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
3	INDAGAÇÕES/QUESTÕES BÁSICAS DE PESQUISA.....	22
4	METODOLOGIA.....	23
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
5.1	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (DA REVOLUÇÃO VERDE, DITA AGRICULTURA CONVENCIONAL, A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL).....	38
5.1.1	Brasil.....	43
5.2	AGRICULTURAS SUSTENTÁVEIS.....	46
5.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS).....	51
5.4	BREVE HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.....	53
5.4.1	Impactos do desenvolvimento de uma reforma agrária no Brasil.....	57
5.4.2	A qualidade dos assentamentos de reforma agrária e a questão ambiental.....	59
5.5	O INCRA – DIRETRIZES, VISÃO E MISSÃO.....	60
5.5.1	Modalidades de projetos criados pelo INCRA atualmente.....	60
5.5.2	Questões legais relativas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável desenvolvido pelo INCRA.....	62
5.6	PDS NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	63
6	O PDS DE JUNDIAPEBA.....	68
6.1	O QUE QUEREM OS SUJEITOS POLÍTICOS DA ÁREA DO PDS AFINAL?.....	83
7	CONCLUSÃO.....	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
	APÊNDICE I – TABULAÇÕES COMPLETAS DOS DADOS IBS E PERSÉFONE.....	94
	ANEXO I - QUESTIONÁRIO UTILIZADO PELO IBS/INCRA.....	104

ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO PELO PROJETO	
PERSÉFONE – FATEC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	
RURAL DE MOGI DAS CRUZES.....	107

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir com os estudos em relação ao perfil de assentamentos/regularizações fundiárias fomentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com enfoque para os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), buscando entender como a questão socioambiental vem sendo entendida dentro da política deste órgão estatal e na produção agrícola do PDS oriundo da regularização fundiária, na região do alto Tietê em Jundiapéba, bairro de Mogi das Cruzes (SP).

Buscou-se a aproximação do pesquisador com a realidade estudada e por meio da inserção deste em campo e dos dados quantitativos foi possível traçar um perfil socioambiental do modelo agrícola e do cotidiano do PDS de Jundiapéba.

O modelo agrícola que impera no PDS estudado é o modelo derivado da Revolução Verde, a agricultura convencional ou quimificada. A questão econômica no PDS está superada devido à alta produtividade e da integração com o mercado consumidor. O que os dados nos apontam é que as questões ambientais e sociais acabam por serem sacrificadas. Prova disso são os dados que apontam para a falta de saneamento básico e políticas públicas primordiais para a o acesso à cidadania, uma delas, o comprovante de endereço, que inexistente na área devido à ocupação por posse, mesmo após quatro anos o INCRA ter iniciado o processo de regularização fundiária.

Em alguma medida a resolução dos problemas socioambientais derivado da atividade agrícola, deveriam estar sendo levados em conta dentro da lógica de implementação dos projetos de regularização fundiária / reforma agrária. Assim, poderíamos ter um desenvolvimento sustentável da agricultura e da política de reforma agrária / regularização fundiária.

Embora a política de PDS seja recente e tenha pouca incidência em relação aos comuns Projetos de Assentamento Federal (PA), ela não apresenta êxito para solucionar as questões socioambientais a que deveria se propor a resolver. O INCRA necessita ir além do que é feito hoje em relação aos pilares social e ambiental do desenvolvimento sustentável em seus projetos.

Os agricultores familiares ou camponeses que estão assentados em projetos de reforma agrária devem se organizar em movimentos sociais ou associações locais para lutar por um

modelo de reforma agrária que leve em conta as questões sociais e ambientais, como está sendo feito no PDS de Jundiapéba, aqui estudado.

1.1 LOCAL DA PESQUISA

Mogi das Cruzes (SP) é um município que não foge da sina nacional em relação ao acesso a terra para quem quer nela produzir, mesmo se apresentando como o maior produtor de hortaliças da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Esse fator pode ser constatado em relação às regularizações fundiárias: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Fazenda Vargem do Rio Jundiá e o PDS Santo Ângelo que estão situados no bairro de Jundiapéba.

Estas regularizações fundiárias remontam a ocupações de terras da década de 1950 e 1960, em sua maioria por imigrantes japoneses, ocupando uma área que foi doada a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (PAZ SANTANA, 2006).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Fazenda Vargem do Rio Jundiá está em processo de regularização fundiária desde o ano de 2012 e apresenta 133 hectares e 38 famílias assentadas. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santo Ângelo está em processo de regularização fundiária desde 2014, tem 532 hectares e 284 famílias¹.

Os PDS são vizinhos e sua divisão somente é perceptível através de um mapa, uma vez que não há cercas e também há semelhança na produção e práticas agrícolas que tem como carro chefe a produção de hortaliças e massarias, como salsinha, cebolinha, coentro, manjerição, orégano, arruda, sálvia, hortelã e alecrim. A estrutura de produção também é muito parecida, constituída por pequenas propriedades, mão de obra familiar, rotação de culturas, uso intensivo de irrigação e agroquímicos. Não se nota a divisão territorial de ambos PDS.

Por isso, aqui os dois PDS serão tratados apenas como um único PDS, nomeado como o PDS de Jundiapéba, uma vez que é este o nome do bairro onde estão localizados ambos PDS. Os dados e o estudo serão aplicados a ambos.

¹ Dados obtidos através do site do INCRA, em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf

Outra questão que merece atenção é a proximidade a grandes centros consumidores promovendo o escoamento da produção de maneira mais facilitada, tanto para o CEAGESP, como para grandes redes de mercados e atravessadores (PAZ SANTANA, 2006).

Estas questões de produção e uso da terra são peculiares a estas regularizações fundiárias, já que na maioria das vezes o grande problema de novos assentamentos reside na questão da produção e seu escoamento, questão que não se aplica para o PDS de Jundiapéba que estão interligados a grandes mercados consumidores e que já tem a produção agrícola articulada há décadas (PAZ SANTANA, 2006).

Porém, essas características tornam a pesquisa possível, uma vez que com uma produção organizada, contínua e voltada à agricultura convencional e familiar dentro de um programa de regularização fundiária desenvolvido pelo INCRA, é possível compreender como a questão ambiental é levada a cabo na produção agrícola e na política de regularização fundiária desenvolvida pelo INCRA. Assim, uma vez que o problema não recai tanto na questão econômica do assentamento, pois a produção já está acontecendo anos antes da regularização fundiária e as facilidades para isso já foram apresentadas, se faz necessário entender como se configura a questão ambiental e social nesta política pública.

Na foto de satélite retirada do Google Maps vemos em detalhes o PDS de Jundiapéba em Mogi das Cruzes, com detalhes para a estrada das varinhas ou SP 039 e a sede da Associação dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região (APROJUR).

Figura 1 – Foto satélite da área do PDS de Jundiapéba

FONTE: GOOGLE EARTH, editado pelo autor.

Uma questão latente é a proximidade do ambiente edificado do PDS. A imagem a seguir ilustra bem esta situação, onde se vê do lado esquerdo da imagem, uma parte da área do PDS e no lado direito da imagem, a área urbana do bairro de Jundiapéba.

Figura 2 – foto área entre os limites do PDS e a área urbana do bairro de Jundiapéba.

FONTE: imagem obtida por drone na data de 14/03/2017, cedida ao pesquisador por um agricultor.

Para ilustrar tal situação segue imagem do Google Earth do PDS e seu entorno:

Figura 3 – O PDS Jundiapéba e seu entorno

FONTE: Google Earth, editado pelo autor.

Na imagem apresentada, alguns pontos merecem nossa atenção. Há toda uma trama urbana em torno da área do PDS. Mesmo sendo de propriedade do governo federal, a especulação imobiliária é grande no entorno, há inclusive ocupações de moradias precárias na área do PDS e nas áreas que serão destinadas a de preservação permanente (APP). Isso se explica, tanto pela incapacidade do INCRA fiscalizar as divisas do PDS, quanto pela proximidade entre Mogi das Cruzes e São Paulo. O próprio distrito de Jundiapéba conta com uma estação de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) da linha 11 coral. Em torno de uma hora e meia de viagem chega-se de Jundiapéba até o centro de São Paulo nas estações Brás e Luz.

Merece atenção na última fotografia, que em sua maioria são empreendimentos de grande capital. Há a empresa Itaquareia LTDA, uma empresa de mineração, uma grande empresa do ramo de papel e celulose, a empresa Suzano de papel e celulose e um Resort e Golf Club, dedicado ao público de luxo, às margens da represa de Taiaçupeba. Dentro do PDS se encontra boa parte do hospital Doutor Arnaldo Pezzuti Cavalcante que hoje está sob administração do governo do Estado de São Paulo.

1.1.1 Histórico e ocupação da área de estudo

O histórico de ocupação das regularizações fundiárias da área de Jundiapéba não difere da realidade de outros projetos de regularização fundiária que ocorrem pelo país. A princípio os primeiros ocupantes da área em que se situa o PDS não encontraram resistência no processo de ocupação das terras, e como precisavam produzir para sobreviver (tanto no sentido de produção de alimentos, como alguma renda oriunda desta produção), ocuparam a terra, delimitaram os lotes e começaram a produzir alimentos, principalmente hortaliças.

O período de ocupação destas terras remonta as décadas de 1950/60. A princípio toda a área pertencia à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que por meio de um acordo com o Governo do Estado de São Paulo, recebeu a área em 1918 e instalou ali, dez anos depois, em 1928 o Sanatório de Santo Ângelo. Em 1962 foi abolido o isolamento compulsório e o sanatório passou a ser o hospital geral Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, que faz divisa com o PDS (PAZ SANTANA, 2006).

A questão é que nem toda a terra doada pelo Governo do Estado para a Santa Casa de Misericórdia foi ocupada pelas dependências do Sanatório. A instituição não se preocupou a

princípio com o controle das áreas próximas à várzea do Rio Jundiáí até as proximidades do hospital.

Nas décadas de 1950/60 a área foi ocupada principalmente por imigrantes de origem japonesa que se estabeleceram próximos à várzea do Rio Jundiáí.

Porém, o aparecimento de várias chácaras próximas ao hospital despertou o interesse da Santa Casa que passou a elaborar contratos para cobrar taxas pela ocupação da terra destes agricultores (PAZ SANTANA, 2006).

A realidade permaneceu a mesma até quase a metade da década de 1990. Com a implantação do Plano Real, muitos dos contratos de arrendamento expiraram e a grande maioria dos agricultores mais antigos acabou migrando para áreas mais baratas, ou mudaram de atividade ou mesmo voltaram ao Japão, além do fato de muitos destes posseiros estarem envolvidos com problemas judiciais devido ao não pagamento do arrendamento para a Santa Casa. Assim, muitos destes primeiros ocupantes preferiram passar a posse para outros agricultores (PAZ SANTANA, 2006).

A década de 1990 também é marcada na região pela migração de trabalhadores de vários Estados do país para Jundiapéba, sendo o grupo mais expressivo o de nordestinos, sendo os mais representativos os pernambucanos, e sulistas sendo mais representativo o grupo de paranaenses. A maioria destes novos posseiros trabalhou como parceiros dos agricultores que já estavam estabelecidos na região e após alguns anos começaram a adquirir a posse de pequenos lotes. Hoje, são esses os agricultores em maior número situados no PDS. Ressalta Paz Santana que diante de tais fatos:

“...a Santa Casa contratou uma empresa imobiliária, em 1995, a fim de regularizar a situação. Os funcionários da empresa contratada passaram, então, a visitar o bairro a fim de identificar moradores e estabelecer o contrato de arrendamento com os agricultores que não o possuísem. Para isso, a empresa utilizou argumentos de coação, ameaçou cobrar as prestações em atraso e instaurou uma ação de reintegração de posse contra dezenas de agricultores que se encontravam com o pagamento atrasado e também contra os que se negavam a efetuar o contrato ou a aceitar a imposição de novos contratos com valores aumentados.” (PAZ SANTANA, 2006, p. 73).

Assim, os agricultores posseiros que acabavam de chegar, já se encontravam em situação difícil, uma vez que o nome do antigo contratante e sua dívida recaiam sobre o atual posseiro.

Este ambiente causou um clima de revolta e desconfiança dos agricultores frente à Santa Casa. Os agricultores resolveram resistir e em conjunto buscaram auxílio jurídico, organizaram movimentos, como a distribuição gratuita de alimentos produzidos por estes em frente à Prefeitura de Mogi das Cruzes para toda a população. Houve o fechamento de uma estrada próxima ao PDS, a Rodovia Estadual SP-39 (estrada das Varinhas) com queima de pneus, impedindo o trânsito no local (PAZ SANTANA, 2006).

Em 1997 foi fundada a APROJUR (Associação de Produtores Rurais de Jundiapéba e Região), com o intuito de unificar os agricultores da área na luta pela regularização da posse da terra.

No desenrolar dos anos até 2006 a Santa Casa designou um advogado para negociar com a APROJUR. Havia o interesse dos agricultores em comprar os título de propriedade da Santa Casa, e assim, foram realizadas várias reuniões entre os agricultores, a Santa Casa, o INCRA e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)².

Porém, em 2007 a Santa Casa optou por vender³ a área, para a Itaquareia LTDA. Esta empresa não se sentiu somente proprietária da terra, como também acreditou que por direito deveria cobrar os arrendamentos que não foram pagos para a Santa Casa no período em que essa era proprietária das terras.

Como se já não bastasse para esses agricultores serem detentores de dívidas há anos com a Santa Casa, quando próximos de um acerto com esta, por meio da compra, passaram a ser novamente cobrados pela empresa, inclusive as dívidas mais antigas feitas com a Santa Casa, e mais uma vez foram levados à justiça.

Mais alguns anos de luta, passando por diversas dificuldades, desde as de ordem de violência e jurídica⁴. Após várias reuniões com o INCRA e com representantes da Itaquareia LTDA, foi firmado um acordo⁵ em dezembro de 2014 de cerca de 12 milhões e seiscentos mil

² Este órgão fez a primeira demarcação e topografia da área, depois o processo de desapropriação da área foi passado para o INCRA, já que a área pertence à União e não ao Estado.

³ Segundo informações de um agricultor do PDS o valor pago pela Itaquareia a Santa Casa foi em torno de um milhão e duzentos mil Reais, feito em seis pagamentos de 200 mil Reais.

⁴ Sobre as ações na justiça da Itaquareia contra os agricultores pela cobrança do arrendamento da terra de 2008 a 2014, ver Portal G1 de notícias, edição de 15/06/14, em: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2014/06/itaquareia-cobra-arrendamento-de-terras-de-agricultores-de-jundiapéba.html> acessado em março de 2016.

⁵ Até o momento o INCRA não fez o pagamento para a empresa Itaquareia, pois esta ainda não apresentou os documentos que comprovam a propriedade do imóvel. Por isso, o valor de 12 milhões e seiscentos mil Reais ainda está depositado em juízo pelo INCRA.

Reais e o INCRA conseguiu adquirir e homologar uma área de cerca de 532,2 ha⁶ para 284 famílias.

A situação do PDS de Jundiapéba é de uma regularização fundiária, as propriedades do PDS não chegam nem a ter o tamanho do módulo fiscal⁷ do Município. Assim, a realidade dentro do PDS é de pequenas “chácaras” ligadas ao mercado de hortaliças com exploração intensa da terra e agricultura convencional.

Um fator que destoa da maioria dos assentamentos implementados pelo INCRA, é a interligação com o mercado consumidor, assim a questão da viabilidade econômica está relativamente resolvida⁸. A maioria dos projetos de assentamento do INCRA, quando são implementados, apresentam o problema do acesso aos mercados, mas a realidade do território do PDS não apresenta esse empecilho.

A área do PDS foi homologada como um todo e atualmente o INCRA está fazendo um novo cadastramento e regularizando a documentação dos agricultores. Somente após esse processo, o INCRA diz que será possível, começar a trazer políticas públicas, linhas especiais de créditos e infraestrutura ao PDS de Jundiapéba⁹.

O cadastramento das famílias e a revisão dos cadastramentos já feitos anteriormente encontravam-se parados na data da publicação deste trabalho. Embora, uma nova empresa terceirizada ganhou a licitação para realizar os trabalhos na área recentemente.

A empresa Itaquareia LTDA ainda faz pressão por meio de ordens de despejo enviadas a alguns agricultores. Houve uma em junho de 2016. Os agricultores procuraram o INCRA, que identificou que o lote da moradora estava em área federal. A ordem foi cancelada, porém os agricultores se reuniram no dia para fazer um ato simbólico contra as ações arbitrárias desta empresa.

Com a mudança de governo Dilma para o Governo Temer, várias políticas sociais do governo federal foram submetidas à auditoria, dentre elas a reforma agrária que sofreu uma investigação do Tribunal de Contas da União. Esse problema será melhor relatado a frente. Mas, é preciso dizer que se a política do INCRA já vinha sendo implementada de forma lenta

⁶ Esta área corresponde a 50% da área total que a empresa Itaquareia detinha da compra feita da Santa Casa.

⁷ O Módulo fiscal em Mogi das Cruzes (SP) é de 5 hectares.

⁸ Segundo dados levantados pelo portal G1, 19% das hortaliças e temperos do Estado de São Paulo são produzidos na área do PDS, ver: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2013/12/area-dos-chacareiros-e-declarada-de-interesse-social-em-mogi-das-cruzes.html> acessado em 19/06/17.

⁹ Declaração feita pelo chefe da divisão de desenvolvimento do INCRA de São Paulo, em reunião com os agricultores do PDS de Jundiapéba em 17/03/16.

no governo de Dilma, no governo Temer, ela ficou mais lenta ainda com alguns agricultores até impedidos de tirar suas Declarações de Aptidão ao PRONAF e muitos sendo investigados pelo órgão federal citado.

2 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo geral contribuir para a discussão sobre a relação entre a política de regularização fundiária do INCRA e os aspectos da dimensão socioambiental decorrente da implementação destes projetos.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender como ocorreu o processo de ocupação da área em que se insere o PDS de Jundiapéba e quais são as implicações deste processo na implementação da regularização fundiária proposta pelo INCRA.

Retratar o papel do INCRA no PDS de Jundiapéba, demonstrando como esta Autarquia Federal vem promovendo suas diretrizes, missão e visão¹⁰ em relação à questão socioambiental.

Traçar um perfil socioambiental do PDS de Jundiapéba, observando como estão estruturadas a produção e as práticas agrícolas, através de dados quantitativos e qualitativos principalmente do ponto de vista socioambiental.

Observar e retratar o papel da Prefeitura de Mogi das Cruzes (SP) no PDS de Jundiapéba e sua articulação com os agricultores e o INCRA.

¹⁰ Diretrizes, missão e visão do INCRA podem ser acessados em: <http://www.incra.gov.br/content/o-incra>

3 INDAGAÇÕES / QUESTÕES BÁSICAS DE PESQUISA

Algumas questões são pertinentes para orientar a nossa pesquisa:

- 1) Como aconteceu o processo de ocupação da área estudada?
- 2) Quem são e como vivem os agricultores posseiros da área do PDS?
- 3) Como o INCRA fundamenta a implementação da política denominada como Projeto de Desenvolvimento Sustentável? Qual o conteúdo do PDS?
- 4) Quais são as especificidades do PDS de Jundiapéba? Como o INCRA vem implementando esta política na prática?
- 5) O que os agricultores querem do INCRA? O que quer o INCRA?

4 METODOLOGIA

Antes de se chegar à metodologia propriamente dita gostaria de ampliar um pouco o escopo deste tópico, principalmente em relação ao tempo/período em que a pesquisa foi realizada, a universidade pública e a questão da ciência, principalmente nas chamadas Ciências Humanas, e os caminhos tortuosos do pesquisador até se chegar ao produto final, a dissertação finalizada que aqui se concebe.

Esta pesquisa foi desenvolvida no Mestrado em Mudança Social e Participação Política – PROMUSPP, nos anos de 2015 a 2018, no campus da Zona Leste da Universidade de São Paulo – USP. O mestrado tem caráter interdisciplinar, assim como a graduação que fiz no mesmo campus em Gestão de Políticas Públicas. O próprio campus leste da Universidade de São Paulo não apresenta departamentos como o Campus Butantã, tentando-se construir um projeto pedagógico de universidade por meio da interdisciplinaridade, intersetorialidade, transdisciplinaridade e diálogos permanentes entre os cursos desta unidade, embora o embate entre esses modelos educacionais estejam em constante disputa dentro do espaço acadêmico. Esta dissertação, portanto, foi concebida neste ambiente acadêmico, sendo uma de suas características a visão interdisciplinar.

Ainda em relação às universidades e nosso tempo, Umberto Eco¹¹ faz uma reflexão sobre as universidades italianas de “antigamente”, concebidas para uma elite, uma minoria, com amplo tempo dedicado aos estudos e às atividades extracurriculares. Numa universidade a ser cursada com calma, aulas transformam-se em conferências e amplas reflexões com professores e cerca de dez a quinze alunos. Um pouco do que eram as primeiras universidades no Brasil do fim do século XIX e início do século XX. Porém, quando (ECO, 2012) se depara com as universidades europeias de seu tempo (fim dos anos 1970), percebe que muita coisa havia mudado que se tornaram universidades de massas. Não é mais uma universidade da elite, e sim das várias classes que agora as compõem, alunos advindos das mais variadas regiões, culturas e classes sociais. Com essa universalização das vagas nas universidades, um número infinitamente maior de estudantes, que muitas vezes estudam e trabalham sem tempo para dedicação integral para suas reflexões acadêmicas adentraram ao mundo acadêmico, mudando o ritmo da universidade e do modo como se pensava e se fazia ciência.

¹¹ ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo : Perspectiva. 24 ed. – (estudos ; 85). 2012.

Como estamos falando de um trabalho realizado na segunda década do século XXI e o país passa por séria crise econômica e política institucional, me parece pertinente colocar outras características mais recentes a universidade, principalmente, da universidade pública onde este trabalho está alojado, universidade esta que sofre ataques diários de grandes meios de comunicação para que sejam privatizadas, negando a pesquisa e o bem público ao interesse comum.

Marilena Chauí¹² faz séria crítica à transformação das universidades públicas, democráticas e gratuitas ao que chama de universidade operacional, com base em contratos de gestão administrativos e índices de produtividade, totalmente alheios aos conhecimentos e à formação intelectual, balizado por rankings feitos por empresas internacionais, em que se determinam a rápida produção do conhecimento, por meio do aumento das horas/aulas e a diminuição do tempo nos cursos de pós graduação, onde o que está em jogo é a quantidade de produção, por meio de publicações, colóquios e congressos. Uma universidade em um sistema capitalista de produção para Chauí hoje se reduz a isso, a privatização das atividades universitárias impostas pelo mercado, o conhecimento público sendo apropriado por poucos entes privados.

Por isso, Chauí demonstra que é de interesse do mercado e do sistema neoliberal o desmonte e precarização da universidade pública, para que estes entes se apropriem do que ali é produzido e conduzam os rumos das atividades universitárias, deixando de ser um conhecimento de domínio público e que possa transformar para melhor as condições de vida e sociais da população que financia toda essa estrutura por meio de impostos.

É importante lembrar que a universidade pública é uma instituição social, não pode ser tratada como uma simples organização administrativa/econômica. Ela tem princípios de diferenciação de outros entes públicos, com autonomia, regras e valores próprios, principalmente os valores republicanos e democráticos. Assim, não há como conceber de fato uma universidade pública e democrática como nos descreve Marilena Chauí se ela for resumida a uma estrutura administrativa, funcional, operacional e de resultados, pura e simplesmente.

Outro ponto que merece discussão, é a produção científica fruto desta universidade, a quem ela serve e para que serve esta pesquisa? Tomando como base os conceitos de universidade pública descritos por CHAUI, (2003), é que os objetivos da pesquisa aqui

¹² CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Ed. set/dez. N. 24. Pg 5-15. 2003.

colocados estão pautados em criação de dados e indicadores para uma possível melhora nas condições de vida dos agricultores familiares e da área de estudo. Uma universidade pública deve fazer pesquisa a fim de trazer melhorias para seu povo e para seu Estado.

Cabe agora fazer uma reflexão sobre aos modelos de ciência que vem se desenvolvendo dentro destas universidades, principalmente os ligados às Ciências Humanas, de onde este trabalho deriva.

Muitas vezes quando nos deparamos com um trabalho científico, ou mesmo quando estamos a fazer a ciência, nos vem em mente o que seria essa ciência e até que ponto um trabalho é ou não científico. Estas reflexões sobre os vários aspectos da ciência, desde sua epistemologia e as “crises temporais” pelas quais a ciência passa ou passou, tiveram amplo crescimento no século XX.

Entre os anos 20 e 30 do século XX, intensos debates e discussões foram tratadas sobre o conhecimento científico por filósofos, físicos e estudiosos das diversas áreas do conhecimento, estes encontros ficaram nomeados como Círculo de Viena. Embora, a filosofia da ciência tenha existência desde o nascimento da filosofia grega e influenciou autores com René Descartes e George Berkeley, foi a partir do Círculo de Viena que ela se institucionalizou como uma disciplina específica, ou seja, portadora de uma agenda programática, de um vocabulário padronizado, etc. (SILVA, 2010).

Deriva-se do Círculo de Viena o chamado positivismo lógico, uma tentativa de se compreender o conhecimento científico por meio de uma linguagem científica, que consistia no empirismo indutivista, tendo por base o princípio da verificabilidade, ou seja, era considerada teoria científica tudo o que se poderia comprovar por observações ou experimentações. Além da busca da universalidade na ciência a partir de casos particulares (SILVA, 2010).

É justamente o positivismo lógico como fruto do Círculo de Viena que representa para Boaventura de Sousa Santos¹³ o apogeu da dogmatização da ciência. Dogmatização no sentido de que só se considera a ciência e a linguagem científica como aparelho privilegiado e único de representar e interpretar o mundo. Ainda para este autor, a ciência passa por uma forte crise desde o pós segunda guerra mundial por seguir esse modelo.

¹³ SANTOS, B. de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Afrontamento. Porto. Capítulo 1. 1989.

Como exemplos desta crise, SANTOS (1989), cita a conformação do mundo pela ciência, o distanciamento entre o senso comum e a população em geral e a linguagem da ciência/universidades, passando a ciência a ser reconhecida na sociedade industrial apenas pelas suas virtudes instrumentais, os produtos por ela criados e o fetiche por estes. Por fim, pode-se dizer que dentro da ciência para este autor está a justificação e os limites para todos os atos. Por isso, ele propõe entre outras ideias, uma ciência pós moderna que seja desdogmatizada, democratizando e aprofundando a sabedoria prática.

Por isso, um trabalho acadêmico na área aqui estudada, que tem como temas: a reforma agrária, o meio ambiente e a agricultura não pode ser feito sem uma pesquisa e conhecimento do campo. Ou seja, que dialogue, converse e tente entender, também por meio de dados, a realidade vista através de funcionários públicos e agricultores que fazem parte desta realidade diária.

Diante disso, a presente pesquisa, pretendeu entender o perfil do Projeto de desenvolvimento Sustentável (PDS), fomentado pelo INCRA, com enfoque nos dados socioambientais, entendendo ao fim do processo como as questões sociais e ambientais vêm sendo promovidas dentro da política deste órgão estatal. Essa tarefa foi empreendida por meio de um estudo do PDS de Jundiapéba, lançando mão da: análise de banco de dados disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e pelo INCRA-IBS; conversas em campo com agricultores, suas lideranças e funcionários do governo; caderno de campo; fotografias das visitas à área em regularização e aos órgãos governamentais.

A pesquisa que foi aqui realizada tentou trazer à tona tanto os dados quantitativos como os qualitativos da área de estudo.

Em relação aos dados quantitativos, foram utilizados dois bancos de dados¹⁴. O mais relevante em números de propriedades foi o do INCRA que diz respeito a um cadastro feito para as famílias que estão em fase de homologação de seus documentos para poderem ter acesso às políticas deste órgão. Como o INCRA se utiliza de empresas terceirizadas para boa parte de seus serviços, este cadastramento foi feito por meio do Instituto BioSistêmico (IBS), uma empresa terceirizada que prestou assistência técnica rural para o PDS. O questionário aplicado pela empresa diz respeito à chamada meta 4.1 do INCRA e traça um perfil sócio econômico e ambiental da área estudada. Entre seus dados estão: aspectos de saúde; lazer e educação; habitação; benefícios e renda extra rural; organização social e acesso a crédito;

¹⁴ A tabulação completa dos dados se encontra no APÊNDICE I.

nível tecnológico e utilização das instalações e equipamentos agrícolas; comercialização da produção e indicadores ambientais dos lotes¹⁵. As entrevistas foram realizadas no final de 2015 por membros do IBS. Foram tabuladas 295 fichas, que representam 295 lotes do PDS (34 do PDS Vargem do Rio Jundiá e 261 do PDS Santo Ângelo).

Outro banco de dados utilizado na pesquisa para acrescentar outros elementos aos dados quantitativos foi o do Projeto Perséfone, realizado pela Secretaria de Agricultura e FATEC – Agronegócio, de Mogi das Cruzes entre os anos de 2011 e 2013. Essa pesquisa tinha por objetivo mapear e trazer indicadores para as políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar do Município¹⁶. A pesquisa tinha um horizonte de 445 agricultores familiares, mas apenas 81(18,2%) destes foram identificados como sendo produtores rurais da área de estudo. Entre as informações que foram conseguidas através de projeto, tivemos os de: caracterização da propriedade; recursos hídricos e elétricos disponíveis; mão de obra; informatização da produção; logística de distribuição; gestão das propriedades; gestão ambiental; crédito rural; roubos e ocorrências policiais.

Assim, esses dois bancos de dados formaram os principais dados quantitativos da pesquisa e seus resultados serão apresentados mais à frente. Gostaria apenas de ponderar que é muito difícil o acesso a dados tão minuciosos das realidades locais rurais, principalmente dos assentamentos e processos de regularização fundiária. Por isso, tentei buscar o maior número de dados que nos mostrassem com fidedignidade a realidade local.

Os dados foram cedidos no caso do INCRA, por funcionários da empresa terceirizada, e os dados do Projeto Perséfone foram cedidos pela FATEC e pela Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes (SP). Os dados do INCRA precisaram ser digitalizados e tabulados e os do Projeto Perséfone já estavam digitalizados e após o trabalho de tratamento dos dados com foco na área de estudo, foi possível a tabulação.

A pesquisa foi fundada não apenas de dados quantitativos, mas também em levantamentos bibliográficos sobre alguns temas pertinentes, como em relação às teorias que tratam da questão ambiental na agricultura, reforma agrária e meio ambiente, regularização fundiária, os camponeses posseiros, o PDS e ao INCRA.

Esta pesquisa se debruçou não somente em pesquisa bibliográfica e dados quantitativos. Também foi necessária a imersão do pesquisador na realidade do PDS para

¹⁵ Este questionário está na íntegra no ANEXO I.

¹⁶ Este questionário está na íntegra no ANEXO II.

entender a realidade e o dia a dia dos camponeses. As visitas de campo tiveram início em março de 2016 e findaram em maio de 2017, embora o pesquisador tenha continuado a visitar o PDS até início de 2018. Entre este tempo foram feitas quase 20 visitas de campo relatadas. A maioria delas foi realizada nas reuniões mensais da APROJUR, onde foi possível entender os problemas que os agricultores enfrentavam no PDS. Também, o pesquisador esteve junto com os agricultores nas reuniões em órgãos públicos como o INCRA e a Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes. Nestes encontros, o pesquisador esteve sempre atento às falas e posições políticas dos atores-chaves deste processo e sempre que pôde dialogou com as lideranças e demais agricultores do PDS, bem como com os funcionários públicos das entidades governamentais envolvidas no processo.

O instrumento de pesquisa utilizado em campo para auxiliar o pesquisador foi a formulação de um caderno de campo. Como o tempo de pesquisa de campo foi relativamente extenso, sendo de mais de um ano, este foi um importante meio para relatar as discussões, conversas e as dinâmicas da área de estudo, neste limiar temporal. Além do caderno de campo, utilizei de máquina fotográfica digital, várias destas fotografias se encontram no trabalho para dimensionar a realidade do campo também em imagens.

Uma das inspirações em utilizar estes instrumentos (o caderno de campo e a máquina fotográfica) em campo foi a pesquisa de Antonio Candido a qual derivou o livro *Os Parceiros do Rio Bonito*¹⁷. Este autor estudou um dos últimos redutos caipiras no interior de São Paulo, como instrumentos de pesquisa além de dados relativos a esta população e a pesquisa bibliográfica, fez pesquisa de campo utilizando como meios o caderno de campo e imagens fotográficas.

Para orientar o estudo de campo, utilizou-se como base o método do pesquisador conversador proposto por SPINK (2008), onde se busca “conversar” com os principais atores da pesquisa, neste caso agricultores que são membros da Cooperativa dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região (COOPROJUR); agricultores membros da Associação de Produtores Rurais de Jundiapéba e Região (APROJUR); funcionários públicos de ambas as esferas, desde a Secretaria Municipal de Agricultura, até funcionários do INCRA e de seus prestadores de serviço.

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades. 1979. 284p.

Para o trabalho exploratório/campo, foram utilizados como norte alguns autores. O Primeiro que gostaria de destacar é Peter Spink quem em seu texto *“O pesquisador conversador no cotidiano”*, elucida a necessidade de se inserir o pesquisador horizontalmente no cotidiano estudado.

Para Spink o cotidiano é composto de vários micro-lugares. A expressão micro lugares está condensada na *“noção da psicologia social como prática social, de conversa e de debate de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários – encontros estes que não acontecem no abstrato ou no ar, mas que acontecem sempre em lugares, com suas socialidades e materialidades.”* (SPINK, 2008, p.70).

Ainda para este autor o apelo aos micro-lugares, nada mais é do que um apelo para que o pesquisador se conecte com os fluxos constantes de pessoas, falas, espaços, conversas e objetos, e de se assumir também como *actante*, como parte de um processo de sentidos coletivos (SPINK, 2008).

Assim, Spink, (2008) propõe um reposicionamento do pesquisador, que este observe e se atente à cotidianidade, que não atue como um pesquisador participante, muito menos como um observador distante, mas que consiga ser parte da cotidianidade. O método do pesquisador conversador pretende assim que se evite a contaminação do observador pelo observado, ou que o observado sinta-se coagido, por um gravador, ou mesmo por perguntas deveras complicadas de serem compreendidas pelos observados.

Sempre que fiz pesquisas com funcionários públicos, percebi que o método da entrevista gravada, semi estruturada, era sempre um dos piores métodos para se conseguir as informações mais preciosas para o trabalho. Na maioria das vezes estes atores tem muita coisa a dizer sobre sua área de atuação ou sobre o funcionamento da burocracia, mas tem medo de dizer e acabam sempre dizendo coisas triviais, deixando o mais importante para o fim das entrevistas, ou quando não se está gravando. Desligando-se o gravador a verdade vem à tona, deixando para o momento da gravação somente frases vazias ou pouco importantes para o trabalho. Quando se conversa de maneira informal, por mais que isso não possa ser relatado integralmente no trabalho, acaba por auxiliar e muito o entendimento do todo para o pesquisador que busca o conhecimento da realidade.

MARTINS (1993) tem vasto estudo exploratório em campo com camponeses e povos tradicionais. Ele faz algumas ressalvas particularmente em um livro específico¹⁸ e alerta para o posicionamento do pesquisador em relação ao tempo e a linguagem das populações camponesas, pois estes têm seu próprio tempo e linguagem que são diferentes do tempo e da linguagem de nossa realidade acadêmica. Em relação ao tempo, os processos são demorados, como é próprio da cultura camponesa, não é um tempo linear como o nosso. A linguagem também se distingue e é necessário estar atento a outras formas de expressão fora da verbalizada. Explica também que o nosso conhecimento sociológico acontece em um lugar demarcado pelos atores que existem no território de estudo e que a pesquisa deve ter um caráter de reconhecer no outro (objeto de estudo) um sujeito do conhecimento (MARTINS, 1993).

Quanto ao estudo de povos tradicionais e camponeses MARTINS (1993) alerta para que estes como são excluídos de nossa sociedade, tendem a manter uma vida de duplicidade para se relacionarem com esta sociedade que os excluem. Mantém assim, com o estranho (o pesquisador), um código de duplicidade que deve ser observado com cuidado, pois: “...o que é dito nem sempre corresponde ao que é feito e o que é feito nem sempre se espelha no acontecido.” (MARTINS, 1993, p. 32). Continua afirmando que a fala dominante tem um lugar restrito nos territórios e lutas camponesas, não sendo como no caso dos trabalhadores da indústria, que como nas greves do ABC na década de 1980 eram dominados pela fala e pelo discurso das lideranças sindicais e que é necessário estar atento a tudo isto, quando se faz pesquisa com essas populações tradicionais.

Portanto, análise de dados secundários, revisões bibliográficas e trabalho de campo, formam aqui a metodologia utilizada para se chegar aos objetivos propostos.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo. Editora Hucitec. 179p. 1993.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como esta dissertação trata diretamente de um local geográfico definido com sujeitos políticos, ou seja, os agricultores posseiros do bairro de Jundiapéba em Mogi das Cruzes (SP) é importante fazer uma reflexão mais profunda acerca da questão agrária e da caracterização desses produtores familiares, pequenos produtores rurais ou camponeses.

O tema mais amplo da tese de Fernandes (2013) é a questão agrária e para ele todos os outros temas de seus estudos derivam desta questão. Assim, em suas palavras *“Entendo a questão agrária como um problema produzido por um sistema político econômico hegemônico.”* (FERNANDES, 2013, p. 25). Para o autor, a questão agrária está ligada diretamente ao campesinato. Entretanto, quando este entra em contato com o sistema político econômico hegemônico, pode ser subjugado e destruído, tornando-se um assalariado ou mesmo convertendo-se em capitalista. *“o capitalismo supera suas crises, reproduzindo-se por meio da modernização conservadora.”* (FERNANDES, 2013, p. 26). Portanto, novas e velhas formas de exploração utilizando-se de tecnologias modernas, surgem para que o modo capitalista de produção possa imperar sobre tudo e sobre todos, inclusive com formas não capitalistas de produção coexistindo dentro do próprio capitalismo, porque o que importa no fim é o lucro do capitalista e a reprodução deste sistema.

Assim, se reproduz o agronegócio, com uma roupagem de novo e moderno, mas com as mesmas velhas formas de exploração e expropriação já conhecidas na agricultura brasileira e da questão agrária. Não apenas o agronegócio é atual, mas *“O campesinato também é atual e carrega em si todas as marcas do passado, sendo que suas estruturas se reproduzem no presente como o trabalho familiar e associativo e seus costumes, em especial: suas lutas.”* (FERNANDES, 2013, p. 27). Assim, capitalismo por meio do agronegócio e campesinato se renovam e se enfrentam, produzindo seus territórios.

É justamente através desta ideia de mutação do sistema capitalista e das lutas travadas pelo campesinato em tempos e lugares diferentes que acaba por derivar uma ideia de movimento para a questão agrária, se inventando e reinventando:

“A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo.” (FERNANDES, 2013, p. 28).

Por isso a importância de estudos como o que aqui está proposto, de se entender o contexto, tempo e espaço de como a questão agrária acontece, desde se compreender a ocupação e a luta pela produção agrícola no capitalismo pelos camponeses, até a entrada em cena do Estado e como este ente vem implementando sua política de assentamentos e regularizações fundiárias.

Fernandes (2013) entende que o agronegócio e as políticas neoliberais são fatores importantes para a questão agrária no hemisfério sul. As políticas neoliberais aumentaram o poder das corporações frente o Estado, inclusive com a influência de órgãos como o FMI e OMC, em conjunto com a globalização e a movimentação intensa de capitais consolidou o complexo do agronegócio.

Na verdade o agronegócio é hoje a versão moderna do que eram antes os sistemas coloniais de *plantation*, ligados ao controle latifundiário do território, voltados à produção das chamadas *commodities* agrícolas. O Brasil, que já passou pelos diversos ciclos de produção agropecuária, voltados ao mercado externo, hoje tem seu apogeu na carne bovina, soja e na cana de açúcar. Esse complexo de sistemas do agronegócio tem por fim a acumulação com base na exploração dos recursos disponíveis no território.

É importante lembrar que o complexo de sistema do agronegócio, a agricultura interligada com a indústria, o capital financeiro e as grandes corporações não apresenta como objetivo principal a produção de alimentos restrita ao mercado interno, mas principalmente a produção de matérias primas exportáveis, o que tem contribuído para equilibrar a balança comercial do país neste jogo da globalização mundial. Quem de fato produz a maior parte dos alimentos no país, para seu mercado interno, são os pequenos agricultores/camponeses. Por isso, *“A questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja além da terra, a comida e qualidade dos alimentos reforçam os elementos dos problemas agrários.”* (FERNANDES, 2013, p. 31).

Outro conceito de importante reflexão aqui é a questão da agricultura camponesa e a agricultura familiar. Para Fernandes (2013) é na conjuntura neoliberal da década de 1990 no Brasil que o conceito de agricultura familiar surgiu nos debates acadêmicos, como um termo moderno em relação ao conceito de camponês. O termo passou a ser amplamente utilizado e tomou corpo por meio das políticas públicas, como é o caso do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996, um dos maiores programas para a agricultura nacional até hoje em vigência.

Outra Lei que veio a caracterizar a predominância deste conceito nas políticas públicas foi a Lei 11.326 de 2006 que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Destaca-se ainda a utilização do termo pelo IBGE no censo agropecuário de 2006, caracterizando a produção da agricultura familiar brasileira de um lado e de outro a agricultura patronal, ou agronegócio. Porém, *“...esta separação da produção não significou um entendimento das diferenças das relações sociais familiares (não capitalista) e capitalista.”* (FERNANDES, 2013, p. 39-40). A aparente confusão metodológica dentro e fora do governo e dos órgãos de estatística quanto à nomenclatura (camponês ou agricultura familiar), revelam escolhas ideológicas.

Portanto, para Fernandes e para o trabalho aqui proposto *“superar a dicotomia entre a agricultura camponesa e a agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é o de enfraquecimento político na luta de classes.”* (FERNANDES, 2013, pg. 44). Assim o trabalho aqui se insere na lógica contrária a essa divisão conceitual entre camponês e agricultor familiar, e sim na junção de ambos, e quando aqui se fala de agricultura familiar, estamos na verdade nos referindo à luta pela terra, pelo território, por uma autonomia da produção de alimentos típica do campesinato, na qual os agricultores do PDS estudado se inserem. O mesmo é válido quando se fala em camponês, estamos nos referindo à agricultura familiar que é inerente a estes sujeitos.

Acontece que em uma sociedade capitalista, o camponês acaba subjugado pelo sistema, como já foi afirmado anteriormente, sem assistência técnica alternativa, acaba tendo que comprar o pacote agrícola e tecnológico que lhe é imposto. Obriga também que o camponês comercialize seus alimentos em um mercado, do qual não tem controle, e assim, para sobreviver na sociedade, para manter a existência de sua família, nem sempre comercializa os produtos e os preços que quer de fato comercializar. Mas, a luta pela terra para a produção de alimentos, movimento este que caracteriza o campesinato contra o capital, é visível em toda a área de estudo desta dissertação.

Outro autor que dialoga com Fernandes (2013) acerca do campesinato é Oliveira (2007). Este estuda especificamente dentre outras áreas, a agricultura sob o modo capitalista de produção, principalmente em sua etapa mais recente, a monopolista, que é fomentada pelos já anteriormente citados grandes conglomerados do agronegócio, ligando os grandes complexos industriais ao sistema de produção agropecuária, transformando as relações de

produção na agricultura e produzindo o que chama de industrialização do campo, redefinindo toda a sua estrutura socioeconômica e política (OLIVEIRA, 2007).

O modelo capitalista de industrialização do campo tem como um dos principais pontos, que a etapa final do processo produtivo, não seja mais controlada pelo agricultor. Este fator é comum no PDS estudado os agricultores estão subordinados aos atravessadores, e por isso, muitas vezes, não controlam a totalidade do processo produtivo, chegando muitas vezes a nem mesmo fazerem mais a colheita, tarefa assumida por empregados dos comerciantes para os quais a produção já foi vendida. O trabalho familiar é evidente na maioria dos lotes, sendo feito pelos pais, mães, filhos e demais parentes ligados à estrutura familiar. A renda extraída da venda dos produtos agrícolas é parte do cotidiano, seja feita pelos atravessadores, comerciantes e feirantes, ou mesmo pela comercialização direta de alguns produtores.

As correntes de estudo do capitalismo na agricultura divergem em alguns pontos. Alguns creem que tanto os camponeses, como os latifundiários estão em vias de extinção no plano econômico, pois são classes sociais que estão fora do capitalismo. Outra corrente, entende que latifundiários e camponeses são classes com relações feudais de produção, acreditam que há um setor capitalista moderno industrial e um setor feudal, pré capitalista e atrasado no campo, e assim para superar esse entrave ao desenvolvimento do capitalismo somente uma reforma na estrutura fundiária, democratizando-a poderia, provocar mudanças acabando com os vestígios feudais no campo, destruindo o latifúndio, substituindo-o pela propriedade camponesa ou pela capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Há ainda uma terceira corrente, onde o campesinato é entendido como de dentro, ou seja, inerente ao capitalismo, por isso, não se encontra em extinção, pelo contrário, ele está em expansão no modo capitalista de produção, prova disso seriam os dados da CPT sobre a violência e expropriação no campo. Por isso, o desenvolvimento no campo brasileiro deve ser entendido como contraditório e heterogêneo.

“O campesinato deve, pois ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar.” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Para Oliveira (2007) esta é a sina do camponês, pois este sempre retorna à terra. Esta é a história do campesinato sob o capitalismo, uma história de (emigrações). Este fator é parte da realidade dos agricultores do PDS estudado, uma vez que eles já foram antes, agricultores

ou filhos de agricultores migrantes de outras regiões do Brasil. Por dificuldades financeiras e de acesso à terra, encontraram na posse da terra na região de Mogi das Cruzes uma oportunidade para continuar em sua atividade.

Outra discussão que merece destaque aqui é a questão do posseiro. Esta figura presente no campo brasileiro é fruto de uma legislação e de uma estrutura agrária arcaica e desigual. Os posseiros por não terem condições financeiras de comprar o título de propriedade da terra, mas, necessitarem desta para seu trabalho, acabam por ocupar uma área pública ou privada, que chamarão de sua propriedade, a sua terra de trabalho, onde irão exercer sua atividade de agricultor, tanto produzindo para sua própria subsistência, como para produzir alimentos ao mercado interno. Este ciclo será interrompido se surgir um título de propriedade da área por outrem, o que resultará, ou em conflitos jurídicos, ou em vias de fato, gerando violência e por fim a expropriação do posseiro. Caso, por meio de sua luta consiga resistir, continuará na área trabalhando seu pedaço de chão.

Uma das definições que gosto de utilizar sobre os posseiros, foi a que li no livro de Francisco Graziano Neto¹⁹. Este autor se referia aos posseiros da região norte do país nas décadas de 1970 e 1980 e as lutas destes contra os grileiros e fazendeiros nestas áreas. Em suas palavras:

“O posseiro é sempre mostrado como o “vilão” da história, que desrespeita a propriedade alheia e somente cria caso. Não tem nem mesmo o estatuto de homem: é chamado de “essa gente”. São enganados, iludidos, expulsos e mortos pelos novos fazendeiros, que assumem a posição de representantes do progresso e não medem as arbitrariedades que cometem. O mais chocante é que têm a “justiça” como guarda-costas; afinal, o regime é de propriedade privada e quem tem escritura da terra, forjada ou não, está amparado pela Lei. Como se vê, nem tudo que é legal é justo!” (NETO, 1982, p.56).

O histórico da área do PDS estudado, que já foi relatada aqui, demonstra a situação de insegurança jurídica dos agricultores familiares que ocuparam a região de estudo, como posseiros. Inclusive se analisarmos do ponto de vista do impasse da questão da terra na área do PDS, uma vez que mesmo com a posse e a produção de alimentos, os agricultores foram ameaçados diversas vezes com a sua expulsão, caso não pagassem a chamada renda da terra aos proprietários da área. O conflito pelo controle da área só foi resolvido com intervenção do INCRA, que tornou estes agricultores não mais posseiros, sendo estes agora beneficiários da regularização fundiária.

¹⁹ NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia. Crítica da moderna agricultura. São Paulo. Editora Brasiliense. 1982.

Em versão revista de um capítulo de livro escrito em 1984²⁰, Martins (1993), apresentava alguns atores que ainda lutam por direitos no campo brasileiro, para ele são três frentes de lutas sociais no campo brasileiro: os trabalhadores rurais assalariados; os posseiros e os sem terra. Ambos os sujeitos políticos apresentam características de definição diferenciadas e as lutas por direitos têm como norte diferentes tipos de conquistas, vou tratar aqui somente do caso dos posseiros, devido ao objeto de estudo.

Para Martins (1993), a luta dos posseiros é uma luta nacional, embora não haja um movimento nacional de unificação de suas lutas, é notória a presença destes atores em todos os Estados do Brasil. Os movimentos destes atores são locais, contra certo grileiro, ou proprietário de terra de cada região. Em relação a sua luta, e o Estado:

“Os posseiros não estão lutando na referência de um marco de legalidade que tivesse deixado de ser observado pelo Estado, como acontece com os assalariados rurais. Eles estão lutando contra um tipo de legalidade que garante a prepotência e a impunidade de grileiros e fazendeiros, aos quais dá condição de regularizarem a situação das terras que disputam com mais facilidade que os trabalhadores.” (MARTINS, 1993, p. 129).

Ou seja, na verdade, os camponeses posseiros, lutam para regularizar sua terra de trabalho e por isso, tem maior dificuldade perante o Estado. Diferente dos grileiros e grandes proprietários de terra que se utilizam do Estado para realizarem seus desejos, regularizando a terra de especulação e exploração.

As diversas formas de luta destes atores são de cunho local e contra um certo grileiro ou proprietário de terra, específicos de cada região ou Município, *“Cada conflito é um conflito com aquele grileiro em particular, por um motivo igualmente particular, já que nem sempre a expropriação praticada por diferentes grileiros, proprietários ou empresas se dá da mesma forma.”* (MARTINS, 1993, p.131). Como no nosso caso de estudo, é um caso específico de uma região específica, mas a luta dos agricultores posseiros do PDS de Jundiapéba é uma luta pelo meio de produção, a terra. E os proprietários legais desta área também variaram, em um primeiro momento envolveu uma instituição filantrópica de saúde, a Santa Casa, e depois a luta foi contra a Itaquareia LTDA que adquiriu os títulos de propriedade da área.

A luta dos posseiros, não envolve as relações sociais de produção, nem as relações de produção, ou o produto do trabalho, como no caso dos trabalhadores assalariados do campo. É sim, uma luta pelo instrumento de produção, a terra, embora não signifique que os posseiros

²⁰ Referi-me ao livro de José de Souza Martins: A militarização da questão agrária no Brasil, Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1984. Mais especificamente o capítulo IV, p. 75 a 112.

não estejam envolvidos em relações de exploração. Porém, *“Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas o da expropriação.”* (MARTINS, 1993, p. 130). Sendo assim, esses conflitos, tem outra duração. No caso do PDS estudado, observamos que os posseiros se instalaram na região desde meados das décadas de 1950, 1960 e após várias expropriações e reocupações da área, apenas se regularizou a posse em 2014, a partir da luta da APROJUR desde a década de 1990. Este caso ilustra um exemplo de vitória da luta dos posseiros camponeses e o intervalo de tempo estendido há décadas, demonstra sua resistência e a sua luta em permanecer na área.

Ainda para Martins, (1993), o posseiro é antes de mais nada, um legalista, que dificilmente irá invadir uma terra onde há trabalho. Por isso, sua luta não é para cumprir a Lei, mas para tentar modificá-la. *“A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal.”* (MARTINS, 1993, p. 133). É legítima, pois é terra de trabalho para produzir alimentos a ele e à população do entorno. Porém para o Estado, para o poder Judiciário, ela não é legal, pois não há o título de propriedade. É deste embate, que surge a luta política para um novo direito de uso e ocupação do solo, que torne o que é legítimo, legal. Resultando na posse ser um direito reconhecido de uso e ocupação de solo.

Os posseiros sempre foram na história do campo brasileiro, um importante grupo de pressão, para que houvesse uma política de reforma agrária e regularização fundiária no país. Em Publicação da CPT²¹ sobre reforma agrária e os conflitos no campo em 2010, Oliveira, (2011), já alertava para o protagonismo dos posseiros na luta camponesa pela terra frente aos movimentos socioterritoriais e sindicais dos camponeses sem terra. Algo que não se repetia há pelo menos três décadas, desde o surgimento destes movimentos.

Um dos elementos importantes nesse processo foi a mudança de bandeira de alguns dos movimentos socioterritoriais ligados aos camponeses que abandonaram a luta pela terra, para se deterem a luta contra o capital em suas várias formas. Assim, decaiu o número de ocupações de terra, o de famílias acampadas e novos acampamentos, desde 2004. *“essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical, trouxe como consequência, a redução das ações voltadas para a luta pela terra, e, pela primeira vez, depois de quase 30 anos, da perda do protagonismo político nacional dessa luta pelos Sem-Terra.”* (OLIVEIRA, 2011, p. 57). Ficando, portanto o protagonismo dessa luta agora na mão dos camponeses posseiros do país.

²¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia-GO, CPT, 184p. 2011.

Embora, a luta dos posseiros, seja maior no Norte e Nordeste, o movimento está presente por todo o país. Independente de qualquer liderança ou assessoria dos movimentos sociais ligados à terra, quem é o protagonista na luta pela terra e por essa história, ao fim são os próprios camponeses, ou seja os posseiros (OLIVEIRA, 2011).

Os camponeses posseiros aqui estudados se organizaram criando seu próprio movimento de luta pela terra na região do bairro de Jundiapéba desde o fim da década de 1990. Mesmo sem se articularem com movimentos sociais de peso, estes se auto organizaram e criaram em 1997 a Associação dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região (APROJUR).

Essa forma de organização em associação foi o que permitiu em alguma medida a organização dos agricultores na região, que sofriam processos de expropriação pela Santa Casa e depois pela Itaquareia LTDA. Se hoje os camponeses posseiros da região estudada estão ali e tornaram aquela área terra de trabalho foi graças à sua luta e de sua organização.

5.1 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (DA REVOLUÇÃO VERDE, DITA AGRICULTURA CONVENCIONAL, A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL)

Trataremos agora sobre a questão da agricultura e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Tomo como ponto de partida a chamada segunda revolução agrícola que culminou na Revolução Verde, hoje caracterizada pela agricultura convencional ou agroquímica em boa parte do planeta. Esta contextualização histórica é importante para se entender como hoje está estruturado o sistema agrícola, incluindo o da área de estudo. Por isso, será relatada aqui não somente a questão econômica implementada pela Revolução Verde, mas como ela também impactou do ponto de vista social e ambiental a agricultura e a sociedade. Outro ponto, que também será tocado aqui é como o ideal da sustentabilidade está se relacionando com o modelo agrícola.

Não vou me estender muito em relação à primeira revolução agrícola, mas é preciso entender que ela foi importante para dar os primeiros passos do desenvolvimento de tecnologias e da motorização do campo que culminaram na segunda revolução agrícola.

A segunda revolução agrícola se prolongou ao longo do século vinte, primeiro nos países temperados e depois foi chegando aos poucos ao meio do século citado, aos países tropicais. Ela apresentou como principais marcas a motorização e a quimificação da produção agrícola. A motorização provocou a substituição dos animais de tração, o aumento da

produção e a diminuição do número de trabalhadores por área. A quimificação da agricultura, que por meio de adubos químicos, fungicidas, herbicidas, agrotóxicos e etc, proporcionou com maior êxito a implementação da chamada monocultura na forma de produção agrícola, sem a necessidade da variabilidade de espécies vegetais no sistema agrícola.

Com o desenvolvimento da quimificação e da motorização na agricultura um fator importante deixa de existir: a coexistência nas propriedades das criações de animais e a agricultura. Esse processo, antes, ocorria de maneira harmônica, pois os animais eram utilizados para arado, tração e seus dejetos eram utilizados na produção agrícola como esterco. Essas funções foram substituídas pelos motores a combustão e pela química agrícola de maneira geral. A seleção de plantas e raças de animais para adaptação aos meios de produção industriais na agricultura também foi importante para a consolidação do processo (MAZOYER, 2010).

O desenvolvimento dos meios de transporte (primeiramente a vapor e depois a combustão interna) foi importante para a agricultura, pois tirou do isolamento propriedades e regiões agrícolas, promovendo um maior deslocamento tanto dos produtos agrícolas para outros mercados consumidores, como também a chegada dos insumos (adubos, agrotóxicos, etc.) para as propriedades rurais mais distantes (MAZOYER, 2010).

Outro aspecto da segunda revolução agrícola foi seu tempo de desenvolvimento, que levou em torno de algumas décadas para alcançar o mundo todo, enquanto que em outras épocas, a implementação de tecnologias na agricultura levava séculos. Este aspecto também explica a chegada rápida destas tecnologias nas pequenas propriedades, porém de maneira desigual e contraditória às das grandes propriedades. A pequena propriedade deveria ter capital para investir na produção, caso não conseguisse chegar aos níveis de produção e tecnologia da grande propriedade, o pequeno agricultor se endividava e tinha de vender sua propriedade, desmembra-la, mudar de profissão, ou viver com poucos recursos financeiros. Por isso, a segunda revolução agrícola é desigual e contraditória, pois tinha como maior beneficiário os agricultores mais capitalizados, tanto em dimensão (área) como em capital. Na verdade era para esses que as tecnologias estavam sendo desenvolvidas (MAZOYER, 2010).

Os estabelecimentos agrícolas ficaram mais dependentes de insumos externos através da quimificação tanto da adubação quanto ao uso de defensivos fitossanitários nas plantas, como dos antibióticos e remédios dos rebanhos animais. A variedade genética de tipos de plantas e animais diminuiu, somente certas espécies poderiam aguentar tamanha carga de

produtos industriais, para uma maior produção. Quebrou-se a ideia de rotação das culturas e do pousio de algumas áreas das propriedades rurais para que essas voltassem a ter a fertilidade de maneira natural. O mesmo ocorreu com a adubação das áreas agrícolas que derivava dos rebanhos animais. Ou seja, a produtividade agrícola tinha como dependência os insumos produzidos pelas criações de animais, como o esterco (MAZOYER, 2010).

Por isso, o setor industrial e de serviços apresentam grande peso nesta forma de agricultura, pois as propriedades agrícolas se tornaram dependentes de suas tecnologias e produtos. Assim, a agricultura foi sendo liberada de uma grande quantidade de tarefas que as agriculturas antecessoras despendiam, como por exemplo: a produção de adubos dentro das propriedades, a seleção de sementes pelos agricultores, a confecção das ferramentas e tecnologias dentro das propriedades, etc. (MAZOYER, 2010).

A dependência tecnológica dos estabelecimentos agrícolas por meio do setor de pesquisa científica e das empresas detentoras de patentes de sementes selecionadas e insumos químicos como os agrotóxicos e fertilizantes foi outro fator relevante fruto da segunda revolução agrícola.

A sucessora da segunda revolução agrícola foi a Revolução Verde. Esta se desenvolveu principalmente com maior abrangência de produtos químicos e um maior aporte da ciência e do melhoramento genético na produção agrícola. Conway (2003)²² afirma que a Revolução Verde promoveu um aumento na produção e uma diminuição do preço dos produtos agrícolas que foi fundamental para sustentar o crescimento populacional vertiginoso do século vinte.

O autor explica ainda que o termo Revolução Verde foi cunhado por empresários financiadores e técnicos da USAID (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional). A USAID financiada por fundações como Ford e Rockefeller iniciaram no início dos anos 1940 ações para aumentar a produção de milho, trigo e feijão no México. Foram montados escritórios de ponta para a pesquisa científica. Entre as primeiras ações estava o cruzamento e seleção das plantas mais rentáveis e produtivas economicamente, depois se fomentava o uso de fertilizantes. O aumento da produção agrícola ocorreu como o esperado, logo este pacto entre governos locais, fundações americanas da indústria automobilística e do petróleo e a USAID, levaram a Revolução Verde para todo o mundo no

²² CONWAY, Gordon. Produção de alimentos no século XXI : biotecnologia e meio ambiente / tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo : Estação Liberdade. 2003.

início da metade do século vinte. *“Um objetivo consciente da Revolução Verde, desde o início, era produzir variedades que pudessem ser cultivadas num amplo leque de condições em todo o mundo em desenvolvimento.”* (CONWAY, 2003, p. 80). Daí deriva-se a ideia dos financiadores da Revolução Verde em cobrir todo o mundo com seu sistema agrícola e seu aparato tecnológico.

Depois do México foram os países asiáticos que receberam o pacote tecnológico para o aumento da produção de arroz. Os kits de insumos básicos eram compostos de sementes, fertilizantes e inseticidas, distribuídos aos agricultores para que se convertessem a este modelo de produção. Embora obtivessem maiores ganhos na produção de alimentos, ocorreram problemas devido à infraestrutura incipiente destes países em relação às estradas/ferrovias e ao desenvolvimento dos transportes. Assim, algumas grandes safras foram perdidas devido a estes fatores, o que realçou mais ainda a dependência dos países em desenvolvimento a um grande pacote como um todo da Revolução Verde, pois, não se comprava somente os kits para a produção agrícola, mas era necessário levar também infraestrutura e meios de transportes mais modernos para que se pudesse escoar a produção oriunda desta produção agrícola. Os governos locais também tiveram que arcar com subsídios aos agricultores para a compra da tecnologia: de irrigação, sementes, fertilização, e agrotóxicos (CONWAY, 2003).

Em relação aos pequenos agricultores dos países subdesenvolvidos e o pacote verde, Conway (2003), descreve que a maior mecanização tem diminuído o número de empregos e a jornada de trabalho nas áreas rurais. Cita ainda que como as propriedades são pequenas, e as vezes o potencial de reinvestimento na produção é baixo, o pequeno agricultor acaba por usar de maneira intensiva a mão de obra familiar, para ter maior rendimento nas culturas em que o trabalho é intensivo. O pequeno agricultor vai utilizar outros itens do pacote verde que são mais específicos, já que a quantidade de trabalhadores por área, não representa um problema para ele como é para o grande produtor rural capitalizado. Assim, o pequeno agricultor vai focar na utilização de outras tecnologias do pacote verde, fazendo uso de fertilizantes e inseticidas, uma vez que a questão do trabalho por área está resolvida (CONWAY, 2003).

Em relação ao salário Conway (2003) afirma que os salários dos trabalhadores rurais, apenas se mantiveram nos mesmos patamares de décadas passadas, ou seja houve uma pequena queda por conta da introdução das máquinas. Porém, o preço da terra e a especulação aumentaram desde a implementação da Revolução Verde em relação ao preço do trabalho. E

assim, demonstra que em relação à questão fundiária desde a implantação da Revolução Verde, é que existe “...a ampliação da distância entre os que possuem ou arrendam um pouco de terra e os que são verdadeiramente sem-terra.” (CONWAY, 2003, p.109). Com salários baixos ou sem terra, a esses pequenos agricultores restam à migração para regiões rurais com salários melhores ou para as cidades.

Em relação aos danos ambientais Conway (2003) cita que a Revolução Verde pouco se importou com este fator, ela estava realmente preocupada em primeiro aumentar a produção agrícola e depois se resolveriam as questões ambientais. A visão dos agrônomos e financiadores desta corrente era a crença de que se fazendo uma boa agronomia, isso era suficiente para uma boa gestão do meio ambiente.

Não é esse o quadro ambiental da Revolução Verde, ainda mais se vista sob a ótica de sua implementação na agricultura, dos ditos países em desenvolvimento. Por ter fraca regulamentação e poucas estatísticas e estimativas de contaminação por agrotóxicos, esses países acabam por importar e produzir grande parte destes componentes e utilizá-los de maneira intensiva na agricultura. Principalmente fazendo uso de tecnologias mais obsoletas e atrasadas, com maior risco de contaminação que a agricultura dos países, ditos desenvolvidos. Um exemplo disso é o uso de agrotóxicos no Brasil que é o maior consumidor destes produtos no mundo (CONWAY, 2003).

Em relação ao desenvolvimento, do ponto de vista econômico e produtivo, a segunda revolução agrícola, depois Revolução Verde, parece ter obtido grande êxito, pois esta forma de agricultura aumentou a capitalização e a produção dos grandes agricultores que adentraram neste ciclo. Levou ao desenvolvimento também dos setores da indústria e de serviços, impulsionando o Produto Interno Bruto (PIB) dos países que se utilizaram deste pacote tecnológico.

Porém, é notável que do ponto de vista social e ambiental, há muitos reveses, por que não dizer que há um sacrifício destes âmbitos em relação ao desenvolvimento econômico. Por isso, um novo sistema agrícola do século vinte e um não pode mais sacrificar e relegar estes outros âmbitos do desenvolvimento para apenas se obter o crescimento do capital. É necessário que o desenvolvimento da agricultura se faça de maneira a levar em conta os pilares social e ambiental da vida cotidiana, principalmente para que a agricultura e a sociedade como um todo, não sofra os impactos futuros no ambiente e no âmbito social.

5.1.1 Brasil

O pacote tecnológico da Revolução Verde chegou aos países ditos em desenvolvimento e ao Brasil por meio de acordos de cooperação com fundações, organizações e empresários internacionais com governos locais. No Brasil estes acordos se intensificam no fim da década de 1960 por diante. A criação de centros de pesquisas privados e públicos com o objetivo de fomentar a pesquisa agropecuária como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) são a materialização deste projeto. Foram criadas novas universidades dedicadas à pesquisa agronômica e as que já desenvolviam este tipo de pesquisa, tiveram grande influência e financiamento para o estudo e desenvolvimento de pesquisa e tecnologia voltadas à agricultura química.

Os programas de extensão rural, como a antiga EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) que o governo implementou em conjunto com estes centros de pesquisa, universidades e empresas do setor agrícola, se tornou uma grande venda de propriedade em propriedade rural de máquinas, insumos e implementos agrícolas aos agricultores participantes destes programas. Neto (1982) critica fortemente este tipo de auxílio técnico por pressão das empresas do setor de implementos agrícolas.

“...Infelizmente este tipo de pressão é muitas vezes considerado como assistência rural, mas não passa de um engodo, pois a verdadeira assistência rural pressupõe um trabalho muito mais complexo, com objetivos maiores e bem mais importantes que a simples venda de máquinas e insumos químicos aos agricultores. Dar assistência é procurar valorizar o homem do campo, proporcionar-lhe melhores condições de trabalho e de vida; faz parte de um planejamento mais global, de diretrizes estabelecidas a partir de um diagnóstico prévio da realidade dos agricultores e da agricultura em geral.” (NETO, 1982, pg. 40).

Neto (1982) utilizando dados de duas fontes: a Agroanalysis/FGV e Censo Agropecuário do IBGE em 1979 e 1980, afirma que em 1950 havia cerca de 8400 tratores no Brasil, um para cada 247 estabelecimentos agrícolas. Em 1980 havia cerca de 528 mil tratores no país, sendo um para cada dez estabelecimentos agrícolas. O autor ressalta que o crescimento no número de tratores deste período aconteceu em todos os tamanhos de propriedades, mas o crescimento maior foi nas propriedades de 10 a 50 Hectares. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE existiam no campo brasileiro cerca de 820 mil tratores.

Outro dado apresentado por Neto (1982) foi o crescimento vertiginoso do uso de fertilizantes químicos e de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) das décadas de

1950 a 1980. “...Entre os anos de 1965 a 1975, o consumo de fertilizantes cresceu à taxa média de 60% ao ano, enquanto os agrotóxicos cresceram à média de 25% ao ano.” (NETO, 1982, p. 30). A época o Brasil ocupava o 3º lugar mundial na compra de agrotóxicos, hoje ocupa o primeiro lugar. Dados do IBGE (2015) demonstram que o uso de agrotóxico no país é em média de 7kg/ha. No Estado de São Paulo a média é a maior de todos os Estados brasileiros chegando a quase 11 kg/ha.

Em relação aos fertilizantes em 1950 se utilizavam em média 4,6 kg/ha, passando para 10,6 kg/ha em 1960, 33 kg/ha em 1970, 50,9 kg/ha em 1975 e 73,6 kg/ha em 1978 (NETO, 1982). O IBGE (2015) anunciou que o consumo de fertilizantes era em média de 150 kg/ha no Brasil de maneira geral, no Estado de São Paulo o consumo é maior chegando, em média a 200 kg/ha.

Nota-se que da metade do século vinte até nossos dias, houve uma priorização no uso intensivo da mecanização e dos insumos químicos na agricultura de maneira vertiginosa. A introdução das tecnologias químicas e biológicas na agricultura tem por fim intensificar a produção em uma mesma área, em um período mais curto de tempo, aumentando assim a rotação do capital e a taxa de lucro em cada atividade agropecuária. Rompe-se com o tempo da natureza e se impõem o tempo do capital (NETO, 1982).

O interesse econômico estrangeiro, a pesquisa agronômica em conjunto com a expansão das atividades industrial e de serviços, proporcionou o desenvolvimento pleno da Revolução Verde no Brasil conforme os dados apresentados. Mas, para este sucesso também foi importante o financiamento governamental, por meio de créditos, subsídios e programas ligados ao financiamento tanto dos implementos como da tecnologia da Revolução Verde.

Tanto é que para Neto (1982) pior que a pressão do capital industrial sobre os agricultores é o poder que este tem em influenciar a política agrícola do governo através do crédito rural. Para este autor é esta política que cria a demanda por novos maquinários e insumos através de juros subsidiados aos agricultores. E em caso de redução desta política pelo governo em algum momento, haverá pressão política e econômica por parte deste setor industrial para que isto não ocorra. Dessa forma, equipamentos novos se tornam obsoletos, pois com juros subsidiados, ou a fundo perdido, acaba por ficar mais vantajoso economicamente, comprar novos equipamentos a reformar o que já existe. São raros os casos em que programas de financiamentos rurais recaem sobre adubos orgânicos, por exemplo, sendo em sua maioria o financiamento da tecnologia agrícola quimificada (NETO, 1982).

É importante frisar que esse crédito rural está em grande maioria direcionado aos grandes produtores rurais, tanto em área de propriedade como em produção. Ele acontece também de forma desigual sobre as propriedades e classes de agricultores.

Analisando o total de volume de recursos financeiros direcionados pelo governo federal para o crédito rural de 1969 a 2015, temos o seguinte gráfico:

Figura 4 – Gráfico Crédito Rural de 1969 a 2015 no Brasil.

FONTE: Banco Central do Brasil.

Como se observa no gráfico o crédito rural teve ampla expansão nos fim dos anos 60 até o fim dos anos 1970. Nos anos 1980 houve retração devido à condição de crise econômica que o país passou, com exceção de alguns anos desta década. Na década de 1990 houve outra retração desta forma de financiamento, que só começou a ser retomado no início do anos 2000, e que depois desta data se encontrou novamente em ampla ascensão chegando no ano de 2014 a patamares bem próximos aos dos picos dos anos 1970.

Porém, é importante observar que embora o crédito rural esteja chegando aos patamares próximos ao auge da Revolução Verde, na década de 1970, a área total plantada e a porcentagem do PIB que representa a agricultura hoje é menor do que nas décadas passadas, ou seja, o crédito rural parece estar mais concentrado e apresentou um peso e impacto muito maior nos picos das décadas de 70 e 80, comparativamente aos volumes aplicados atualmente.

5.2 AGRICULTURAS SUSTENTÁVEIS

Como demonstrado anteriormente embora à agricultura quimificada tenha chegado as diferentes classes de agricultores e tamanho de propriedades, entendemos que este desenvolvimento ocorre de maneira desigual e contraditória no campo brasileiro. Inclusive a preferencia de governos por estas políticas e deste projeto de agricultura.

Sachs, I e Abramoway, R. (1995), afirmam se preocupar com o crescimento populacional, a falta de alternativas para o emprego e as condições de vida das populações urbanas dos países, ditos em desenvolvimento. Para eles, há alternativa ao inchaço das cidades e ao caos social das condições sub humanas a que essas populações são submetidas, principalmente os mais pobres. Essa via poderia estar na valorização do meio rural, de políticas públicas direcionadas principalmente ao pequeno agricultor.

Embora a maior parte da miséria absoluta do mundo e a desnutrição se encontrem no meio rural, programas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) tem demonstrado um alto potencial produtivo dos agricultores pobres quando estes participam de programas de incentivos agrícolas. Além desses agricultores demonstrarem sua capacidade de trabalhar em condições adversas, são também, profundos conhecedores do ambiente onde atuam. Estes fatores são de extrema importância no desenvolvimento de projetos agrícolas que podem ser implementados com poucos recursos e com grandes resultados. Inclusive citam que o investimento na agricultura voltada ao pequeno agricultor necessita de um investimento menor e gera maior poupança que o investimento na grande agricultura (SACHS, I e ABRAMOVAY, R. 1995).

Não basta para esses autores apenas o investimento e a inclusão dos mais pobres rurais na cadeia produtiva, mas também uma mudança em relação ao sentido de agricultura, onde se entenda que esta tem recursos finitos e que se leve o conceito de sustentabilidade aos projetos rurais e à variabilidade dos sistemas naturais. E que não sejam desenvolvidos projetos de agricultura agroquímica, jogando-se contra a variabilidade agrícola e recorrendo-se ao uso abusivo de compostos químicos (SACHS, I e ABRAMOVAY, R. 1995).

Estes autores propõem uma agricultura mais intensiva em conhecimentos que em capital, considerando importante que as políticas de reforma agrária e de agricultura, endereçadas em sua maioria aos mais pobres no campo, deveriam tomar como premissas a inserção desses agricultores no mercado com tecnologias intensivas em conhecimento local, tendo como norte a preservação do meio ambiente, a justiça social e a diversidade produtiva,

voltada ao mercado interno na produção de alimentos. Sendo essa política uma saída à migração e marginalização urbana e ao modelo agrícola dominante.

Santana (2005) nos dá luz sobre os principais problemas da agricultura convencional, quimificada e quais seriam os principais alvos de uma agricultura que teria como meta o desenvolvimento sustentável. Para o autor a agricultura caminhou bem com o meio ambiente até as descobertas do químico alemão Justus Von Liebig em meados do século dezenove, que com base em experimentos laboratoriais afirmou que todas as exigências nutricionais das plantas poderiam ser supridas por um conjunto balanceado de substâncias químicas, abrindo caminho assim, para a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Para Santana (2005) as principais fontes de degradação ambientais vinculadas às atividades agrícolas são o desmatamento, erosão, utilização irracional de insumos, uso irracional da água, lançamento de resíduos sólidos, e acúmulo de esgoto no solo. Para solucionar esses problemas seria necessário um sistema agrícola que seja voltado à sustentabilidade.

Porém, o termo agricultura sustentável parece bem amplo e congrega uma gama de interesses e atores, desde os mais conservadores que propõem ajustes pontuais nos processos agrícolas, até os mais radicais, que consideram primordial a mudança para um novo paradigma de produção na agricultura. Embora, encontremos essas diferentes opiniões acerca do termo Santana (2005) concorda que o termo agricultura sustentável é um objetivo a ser atingido.

Assim, Santana (2005), utiliza como sinônimo de agricultura sustentável um estudo da FAO-ONU ligado ao conceito de “manejo sustentável”. Tendo por base a combinação de:

“tecnologias, políticas e atividades integrando princípios socioeconômicos com preocupações ambientais, que possam simultaneamente: manter ou melhorar a produção de serviços (produtividade); reduzir o nível de risco da produção (segurança); proteger o potencial dos recursos naturais e prevenir a degradação da qualidade do solo e da água (proteção); ser economicamente viável (viabilidade) e ser socialmente aceitável (aceitabilidade).” (SANTANA, 2005, p. 7).

A ideia é que por meio destes cinco objetivos colocados acima, se atinja a sustentabilidade completa de um sistema agrícola. A agricultura sustentável é um processo segundo Santana (2005) e não uma técnica, uma vez que varia de condição econômica/social de cada agricultor, tamanho de propriedade, região, mercado, cultura e clima, para se chegar a uma agricultura mais sustentável.

Assim, Santana (2005) elenca sete estratégias de sustentabilidade para o planejamento da atividade agrícola. São eles: adequação ambiental e socioeconômica; conservação de solo e água; agrobiodiversidade; redução no uso de insumos; uso racional da água; adequação das estradas e tratamento de esgotos. Para se chegar ao que ele chama de manejo integrado de recursos naturais.

Embora, seja uma ideia muito menos radical do que a mudança de sistema agrícola de produção, apenas uma adequação ambiental e uso correto dos recursos, entende-se nessa concepção que a melhor utilização dos recursos, disposição dos dejetos da produção, interligados com a melhora da qualidade de vida e participação dos agricultores, sejam objetivos da agricultura sustentável neste século e que deveriam ser dirigidos a todos os agricultores, independente de suas diferenças de ordem econômica e geográfica.

Já para outros autores a saída do problema da agricultura e da sustentabilidade dos sistemas agrícolas envolvem medidas mais radicais como a adoção da agricultura baseada nos princípios da Agroecologia.

É justamente buscando chegar à sustentabilidade do sistema agrícola que Gliessman (2000) enumera três fases para se chegar a uma adequação ambiental, para a transição total de uma agricultura agroquímica a agroecologia, ou a uma agricultura sustentável de fato.

Gliessman (2000) chama de primeira fase a racionalização, ou seja, uma transição interna do modelo agropecuário para a redução do uso de insumos químicos, sem desperdícios, onde a racionalização aumentará a eficiência dos insumos. A segunda fase é marcada pela substituição dos insumos e práticas químicas por insumos e práticas convencionais. E por fim a terceira fase engloba o redesenho do agroecossistema para que funcione com base nos processos ecológicos.

Para este autor estas três fases para a transição de modelos agrícolas agroquímicos para modelos agroecológicos ou sustentáveis, levará tempo, e também é necessária a mudança da mentalidade dos agricultores e das políticas públicas ligadas à agricultura.

Leff (2002) em seu artigo descreve os benefícios da agroecologia como a forma de agricultura para um novo ambiente e sociedade do século vinte e um. Ele coloca a agroecologia como um novo saber unificado e interdisciplinar, como *uma “...constelação de conhecimentos, técnica, saberes, e práticas dispersas que respondem as condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população.”*

(LEFF, 2002, p. 37). Ou seja, é uma alternativa à agricultura convencional, da Revolução Verde, onde a terra foi forçada a dar seus frutos, pela questão meramente produtivista e de cifras, o crescimento sem limites.

Agroecologia pode ser entendida como uma nova teoria de produção agrícola que leva em conta o respeito ao meio ambiente, as relações socioeconômicas derivadas desta atividade, acesso igualitário aos meios de vida, privilegiando os atores que vivem e produzem no meio rural e sua voz. Nas palavras de Leff:

“A agroecologia, como instrumento do desenvolvimento sustentável, se funda nas experiências produtivas da agricultura ecológica, para elaborar propostas de ação social coletiva que enfrentam a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, para substituí-lo por outro, que orienta para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.” (LEFF, 2002, p. 39).

Percebe-se nessa concepção que a agroecologia se funda como um novo paradigma da agricultura, já que ela apresenta um novo modelo de produção agrícola que vai se confrontar com a agricultura convencional, ou com o sistema de agricultura capitalista já consolidado, inclusive no meio dos pequenos agricultores camponeses no Brasil.

Para Leff (2002) a agroecologia se embasa na racionalidade produtiva camponesa e na absorção de novas ecotecnologias geradas pela ciência agrícola moderna. Enquanto a agroecologia se funda nos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais, a agricultura capitalista tem como seu deus o mercado e se embasa na valorização da especialização tecnológica para a máxima produção, quebrando o ciclo do homem com a terra e sua relação com a natureza. Enquanto para a agroecologia o agricultor tem de ser especialista em várias questões como solo, clima, biologia, etc, para a agricultura moderna, basta este agricultor estar próximo a uma revenda de insumos para a lavoura, ter um técnico agrícola credenciado e este será um agricultor de sucesso, caso, consiga arcar com todo esse sistema e obter daí seu lucro para o reinvestimento. Esse ciclo de dependência de insumos do mercado tornou o agricultor um consumidor de insumos externos a sua propriedade e produtor de alimento barato para as grandes cidades.

É a prática e cada saber tradicional que farão da agroecologia um modelo produtivo para a criação de um novo paradigma produtivo na agricultura, ao mostrar a possibilidade de produzir “com a natureza” e não contra esta, como acontece na agricultura convencional, fruto da Revolução Verde. Leff (2002) cita que este processo só será possível se as comunidades rurais conseguirem legitimar por meio da política seus direitos, e que busquem capacidade

técnica, administrativa e financeira para a auto gestão de seus recursos. Dependerá do potencial organizacional de cada comunidade para ter autonomia em seu processo produtivo, que permita a melhora de vida dessas populações aproveitando os recursos de forma sustentável (LEFF, 2002).

Ou seja, para ocorrer um processo de mudança no modelo produtivo agrícola é necessária uma mudança política em relação à maior participação das comunidades rurais em seu futuro. Sem a participação política dos agricultores, não haverá mudança para um novo paradigma de produção agrícola voltado a maior sustentabilidade social e ambiental das comunidades rurais. *“O movimento para um desenvolvimento sustentável é parte de novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos indígenas e camponeses, abrindo perspectivas para uma nova ordem economia e política mundial.”* (LEFF, 2002, p.47). Não apenas a participação política é necessária para uma mudança no paradigma de produção agrícola, mas também a vontade política de Estados, governantes e partidos políticos em relação ao apoio a estas alternativas de desenvolvimento do ponto de vista técnico e financeiro.

Para Caporal e Costabeber (2004), são vários os modelos de agriculturas alternativas que têm sido desenvolvidas frente ao sistema agrícola convencional. Porém, a agroecologia é marcada por não ser um modelo de agricultura alternativa baseado apenas na troca de insumos químicos por orgânicos, ou que visam apenas abocanhar um novo filão de mercado, como ocorreria com a agricultura orgânica.

Para além de um sistema agrícola preocupado apenas com a tecnologia ou um sistema agronômico sustentável a ser empregado, a agroecologia entende que a agricultura é feita de pessoas e relações sociais e que esses são parte de um importante pilar a ser preservado para se chegar a um desenvolvimento rural sustentável. Assim, para além das agriculturas ditas sustentáveis, a agroecologia apresenta preocupação com variáveis ambientais, sociais, culturais e éticas da sustentabilidade em um longo prazo.

A agroecologia está preocupada com conceitos de justiça social e proteção ambiental dos sistemas agrícolas e da sociedade como um todo. Segundo os autores:

“...nenhum produto será verdadeiramente ecológico se a sua produção estiver sendo realizada às custas da exploração da mão-de-obra. Ou, ainda, quando o não uso de certos insumos (para atender convenções de mercado) estiver sendo compensando por novas formas de esgotamento do solo, de degradação dos recursos naturais ou de subordinação dos agricultores aos setores agroindustriais.” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 18).

Portanto, para os autores Caporal e Costabeber (2004), o novo paradigma de desenvolvimento rural deve levar em conta seis dimensões: ecológica, social, econômica, cultural, política e ética da sustentabilidade. Diferente de outros modelos de agricultura alternativa, a agroecologia parece realmente preocupada com outras dimensões e não apenas as questões financeiras e ambientais decorrentes de sua implementação.

5.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS)

O conceito de desenvolvimento sustentável que está empregado no nome da política pública estudada merece uma análise.

Para Meyer (2015) a ideia do desenvolvimento esteve ligada direta e indissociavelmente com a ideia de crescimento econômico até praticamente quase a metade do século vinte. A partir dos anos 1960 iniciam-se várias discussões sobre a questão do meio ambiente ligado ao crescimento demográfico e a finitude dos recursos naturais.

A Organização das nações Unidas tem patrocinado essas discussões a conferência “*the limits to growth*” em 1972, onde se expôs um cenário de catástrofes ambientais futuras derivadas do modo de consumo e produção voltados apenas ao desenvolvimento econômico, questionando o pensamento hegemônico da época que via o meio ambiente apenas como estoque de recursos naturais e com capacidade de absorver todas as ações humanas. Levantou-se também a discussão de que o desenvolvimento não significava apenas crescimento econômico e que seria necessário valorizar outras áreas e não apenas a questão econômica, como saúde, educação e cultura (MEYER, 2015).

Em 1975 foi a vez de o PNUMA lançar o conceito de ecodesenvolvimento que tinha por base a participação no planejamento das populações afetadas pelas políticas de desenvolvimento e por soluções locais, sempre se entendendo a cultura e o meio ambiente onde os projetos são implementados (MEYER, 2015)

A partir do PNUMA em 1982 foi proposto o Relatório Brutland que foi aprovado em 1987, um tratado mais político que científico sobre os problemas do mundo, colocando o crescimento econômico como necessidade urgente para se reduzir a pobreza e minimizar os impactos ambientais (MEYER, 2015).

Em 1992 o assunto foi novamente debatido, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A disputa e a construção política do tema do

desenvolvimento sustentável ocorreu novamente entre países do norte e do sul. Para os países do Sul o desenvolvimento sustentável era necessário para a mitigação da pobreza, assegurar a segurança alimentar e o seu crescimento econômico. Já para os países do norte o desenvolvimento sustentável era uma forma de gestão ambiental, através do desenvolvimento de tecnologias para mitigar as mudanças climáticas (MEYER, 2015).

Para Meyer (2015), o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como ideologia e vem sendo disseminado por organizações internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e ONU como uma forma de colonização dos países do norte aos países do sul.

Por isso, alguns autores quebram com a lógica do desenvolvimento sustentável não utilizando mais o termo, como exemplo temos: Lester Brown²³ que se utiliza do termo salvar a humanidade não mais desenvolvimento sustentável. Alguns desses autores utilizam novos aportes teóricos metodológicos, como a racionalidade ambiental e ecologia de saberes, como é o caso de autores como Leff, Morin e Sousa Santos (apud MEYER, 2015).

Veiga (2010) em seu livro referência sobre o desenvolvimento sustentável acaba por dividi-lo na busca das diferentes visões/interpretações sobre o desenvolvimento e sobre a sustentabilidade.

Em relação ao desenvolvimento Veiga (2010) apresenta três correntes. A primeira que trata desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, exemplo disto são indicadores como o PIB e PIB per capita. A segunda corrente dirá que o desenvolvimento é uma ilusão, crença mito ou manipulação ideológica. A terceira corrente do desenvolvimento busca um caminho do meio entre o desenvolvimento como crescimento econômico, primeira corrente, e os céticos da segunda corrente.

Em relação à temática da sustentabilidade, Veiga (2010) coloca a questão do que é sustentabilidade, sendo três respostas possíveis. Uma delas acredita que crescimento econômico e conservação ambiental sejam sinônimos, acreditando que até certo ponto de desenvolvimento econômico há dano ambiental e que depois de aumentar a renda per capita dos países e a acumulação, o dano ambiental seria reduzido.

²³ BROWN, Lester, R. Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização. São Paulo: New Content Editora, 2009. 424p.

A segunda reposta, é que com o aumento da entropia derivada das atividades econômicas, no futuro a humanidade terá que diminuir sua ação econômica, partindo para o desenvolvimento na retração.

A terceira reposta seria um caminho do meio entre, os que acreditam que a sustentabilidade é possível apenas no desenvolvimento do pilar econômico e os que acreditam que o crescimento zero é a única forma de sustentabilidade possível. Segundo o autor é esse caminho do meio vem se tentando implementar desde a aprovação do relatório Brundtland em 1987. O desenvolvimento sustentável como um conceito político e amplo para o progresso econômico e social.

Para Veiga (2010) há uma visão convergente de que as sociedades industriais estão entrando em uma nova fase de evolução, porém para ele ainda estamos distantes mesmo com visões tão amplas de desenvolvimento sustentável de encontrar uma nova utopia, ou um novo caminho a seguir ainda neste século.

Portanto, entende-se que são muito amplas as visões sobre desenvolvimento e sustentabilidade, e que o termo desenvolvimento sustentável se encontra ainda em disputa, tanto a ruptura com ele, quanto uma definição única. Mas, fica claro que desenvolvimento sustentável não pode ser entendido apenas como desenvolvimento econômico e que este deve ter um viés mais amplo, relacionando as questões sociais e ambientais como também sendo da ordem do desenvolvimento sustentável.

5.4 BREVE HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Como sabemos a economia brasileira foi caracterizada desde 1500 até a independência em 1822, como sendo essencialmente agrícola, monocultora, com base na mão de obra escrava, voltada ao exterior e com domínio de grandes propriedades de terra.

Após a promulgação em 1850 da chamada Lei de Terras (Lei 601 do império), veio a favorecer a consolidação da grande propriedade rural voltada a exportação, permitindo que as terras fossem adquiridas apenas por compra, impedindo seu acesso a maioria da população.

Com a ascensão do preço do café desde o início do século XIX, nossa economia veio a se pautar por este produto, apenas uma coisa mudou por este período, a mão de obra que era

escrava e passou a ser desempenhada pelo regime de colonato através de imigrantes europeus nas fazendas de café (MARTINS, 2010).

Esse poder dos chamados fazendeiros, ou mesmo os oligarcas do café em relação ao Estado só veio declinar com a revolução de 1930, que entre outras mudanças, inclusive com uma nova constituição em 1934, veio a introduzir uma legislação trabalhista, sem intervir na estrutura agrária brasileira.

Em 1946, pós Segunda Guerra Mundial, foi elaborada uma nova constituição para o país. Nesse período a questão agrária começa a ganhar importância em alguns debates, mesmo sem nenhum projeto de lei sobre a reforma agrária tenha sido aprovado. No fim da década de 1950 e início da década de 1960 aumentaram os debates sobre esse tema e a participação popular nas reivindicações de mudanças estruturais no país.

Nos anos do governo João Goulart é que a questão agrária começou a ser prioridade política. Em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária e no início de 1964, o governo federal tomou uma série de providências com o objetivo de efetivar a desapropriação de terras, além de propor mudanças na constituição para permitir a reforma agrária (SPAROVEK, 2003).

Apesar do golpe militar o Estatuto da Terra foi editado preconizando a função social da terra e possibilitando a desapropriação das terras que não cumprissem essa função. A história demonstrou que essa possibilidade se constituiu em letra morta durante o regime ditatorial. Pois quem deveria fazer a reforma agrária pelo Estatuto da Terra era justamente quem não a queria fazer, o governo militar.

Do ponto de vista institucional no sentido de proporcionar estruturas referentes à questão do desenvolvimento agrícola, foi criado em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Este órgão desenvolveu diversos programas especiais, com destaque para o Programa de Integração Nacional, com objetivo de colonizar a Amazônia; e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. Ambos os programas tiveram um pequeno impacto no número de assentados. Em 1979 constatou-se que o índice de GINI em relação à distribuição de terras no Brasil havia aumentado ligeiramente. *“Um balanço da ação fundiária dos governos militares (1964-1984), feito pelo INCRA, mostrou que o número de famílias assentadas em programas de colonização (maioria) e reforma agrária (minoria) foi de 115 mil, tendo sido desapropriados 13,5 milhões de hectares de terras e 185 imóveis.”* (SPAROVEK, 2003, p. 12).

Visto este cenário e o agravamento dos problemas sociais no campo, na década de 1980 nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – (MST). Outro movimento de destaque manifestou-se através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Além destes cabe destacar diversas organizações não governamentais e setores da igreja católica que têm em suas agendas o tema da reforma agrária.

Com o fim dos governos militares em 1985 foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA passou a ser subordinado. O INCRA elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos. Porém, o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney não atingiu 10% da meta inicial. Só para se ter uma ideia, neste governo o INCRA chegou a ser extinto em 1987 e restabelecido em 1989 (SPAROVEK, 2003).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela reforma agrária e, posteriormente também pela agricultura familiar. Através das pressões dos movimentos sociais e pela opinião pública, diversas alternativas buscaram a efetivação dos assentamentos, entre elas se destacam o aumento das desapropriações e linhas de créditos especiais como o PROCERA e o PRONAF.

A tabela a seguir faz uma comparação entre a demanda por reforma agrária representada pelo número de ocupações e famílias em ocupações, e pela oferta de reforma agrária representada pelo número de assentamentos criados e famílias assentadas. Esses dados estão divididos pelos três últimos governos eleitos em âmbito Federal.

Tabela 1 – Números da demanda e oferta de reforma agrária no Brasil de FHC a Dilma.

Governo	Governo FHC	Governo Lula	Governo Dilma
Período	1995 – 2002	2003 - 2010	2011 – 2015
Nº Ocupações (NERA/UNESP)	3.845	3.804	1.221
Nº de Famílias em ocupações (NERA/UNESP)	567.924	493.479	141.492
Nº de Assentamentos criados (NERA/UNESP)	4.307	3.607	592
Nº de Famílias Assentadas (NERA/UNESP)	464.174	425.485	46.904
Nº de Famílias Assentadas (INCRA)	540.704	614.088	133.689

FONTE: confeccionada pelo autor com dados de NERA/UNESP²⁴ e INCRA²⁵

O número de ocupações e famílias em ocupações no governo FHC foi superior a todos os outros governos, embora esteja mais próximo do governo Lula do que o de Dilma. Isso demonstra que há uma variação na demanda por reforma agrária e consequentemente na pressão por reforma agrária exercida nos governos pelo campesinato.

O governo FHC teve maior pressão, maior número de ocupações e famílias nestas. Também foi o governo que mais criou assentamentos e teve o maior número de famílias assentadas. O número de famílias assentadas, somando os governos Lula e Dilma é bem próximo ao do governo FHC, visto que o governo FHC durou oito anos e os dois últimos governos duraram treze anos.

²⁴ DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2015. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI. E. P. Presidente Prudente, São Paulo. 2016.

²⁵ Retirado do web site do INCRA: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934> acessado em 15/12/2017.

É também ilustrada a diferença nos números, quando se variam as fontes dos dados (INCRA ou NERA/UNESP) em relação ao número de famílias assentadas. Essa diferença pode ser explicada por Oliveira (2007), uma vez que o INCRA contabiliza como reforma agrária tanto novos assentamentos, como a regularização de propriedades que já estavam ocupadas, a reordenação fundiária, o reassentamento de atingidos por barragens e o reconhecimento de assentamentos antigos para recuperar suas atividades produtivas. Essa junção infla os dados de maneira a se entender que a reforma agrária ocorreu de maneira extraordinário nos governos, porém são metas distintas, porque não são as mesmas coisas, pois a forma de obtenção da terra é diferente. Assim, se maquia os dados e consequentemente as ações para a reforma agrária de cada governo. Por isso, os dados de maior confiança são os ligados ao NERA/UNESP.

Por fim, é preciso reconhecer que embora tenham sido feito esforços, por diferentes governos, para resolver o problema da demanda pela reforma agrária, (se somarmos o governo FHC com o governo Lula teremos quase 900 mil famílias assentadas), ela nunca conseguiu ser efetiva de fato a ponto de zerar o número de ocupações e de famílias em ocupações que estão à espera da reforma agrária.

Ao que os dados apontam a demanda por reforma agrária cresce em certos momentos e a oferta de reforma agrária não é suficiente para atender a esta demanda. Os últimos governos democráticos têm priorizado projetos de reorganização fundiária e de colonização em detrimento a criação de novos assentamentos que caracterizam a reforma agrária como cita Oliveira (2007). Sem o devido comprometimento com a reforma agrária, a concentração da terra no Brasil vai aumentando, prova disso é o aumento do Índice de Gini e do acirramento dos conflitos e da violência no campo por acesso a terra.

5.4.1 Impactos do desenvolvimento de uma reforma agrária no Brasil

Um efetivo programa de reforma agrária, de acordo com as experiências internacionais, pode ter repercussões que extrapolam os limites do campo, atingindo toda a sociedade, sobretudo nos aspectos: econômico, social e político.

Do ponto de vista econômico Sparovek (2003) coloca como um dos trunfos de uma reforma agrária a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, principalmente em períodos de crise econômica.

Ainda ressalta que uma intervenção fundiária dessa magnitude promoveria um incremento econômico para as atividades ligadas à agropecuária como a compra de máquinas agrícolas, insumos, sementes, etc.

Outro ponto deste desenvolvimento econômico residiria no aumento da renda dos trabalhadores/famílias beneficiadas pelos programas de reforma agrária, com o aumento de seu consumo. Teríamos também a geração de emprego nas indústrias, além de proporcionar um aumento da oferta de alimentos e matérias primas para o mercado interno, promovendo assim uma maior segurança alimentar, principalmente da população mais pobre com a queda nos preços dos alimentos.

Para Sachs (2007) a promoção do pleno e auto emprego no futuro será uma necessidade quase inevitável para a sustentabilidade da humanidade. Principalmente se pensarmos em termos de migração do campo para cidades cada vez mais populosas. Para superar esse problema futuro de migrações e problemas sociais decorrentes, Sachs cita a importância do desenvolvimento de uma agricultura familiar voltada ao emprego de tecnologias poupadoras de recursos, maior distribuição equitativa da terra, promoção de assentamentos de camponeses sem terra e produção de serviços para a população rural. Esse projeto de agricultura familiar também deve prezar pela segurança alimentar da população no futuro e pela preservação de recursos naturais (SACHS, 2007).

Sachs irá trabalhar com a lógica de um novo ciclo de desenvolvimento rural nos países tropicais e para isso seria necessário despender novos conhecimentos e uma ampla reforma agrária para as populações rurais que sejam prestadoras de serviços ambientais.

Esse desenvolvimento rural não significa necessariamente um refluxo das populações urbanas para o campo, ou mesmo negar o fator civilizatório das cidades, mas, *“trata-se de desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, humanizar os campos, procurar novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais entre os diferentes pontos do continuum cidade-campo.”* (SACHS, 2010, pg. 29).

Para chegar a este objetivo Sachs demonstra que é necessário ter um Estado planejador, pois para ele o mercado é míope e insensível tanto ao social como ao ecológico. Com um Estado planejador e atento as questões ambientais e sociais,

“Há como garantir a prosperidade de milhões de agricultores familiares, contanto que se complete a reforma agrária que vem se arrastando, que se criem também inúmeros empregos rurais não agrícolas e que não se favoreça, ali onde as opções

são possíveis, a grande agricultura fortemente mecanizada em detrimento a agricultura familiar.” (SACHS, 2010, p. 34).

Nota-se que a reforma agrária, a questão ambiental e o fortalecimento da agricultura camponesa são passos importantes neste novo ciclo de reforma agrária e desenvolvimento rural a que Sachs propõe.

5.4.2 A qualidade dos assentamentos de reforma agrária e a questão ambiental.

Vistos os impactos e as questões decorrentes do desenvolvimento de uma reforma agrária no país, faz-se necessário entender em qual patamar o INCRA vem desenvolvendo a questão ambiental em seus projetos de reforma agrária.

Sparovek (2003) em seu estudo sobre a qualidade dos assentamentos de reforma agrária buscou entender como se encontravam a situação dos assentamentos no ano de 2003 em todo o país.

O indicador que aqui mais nos interessa, relacionado ao meio ambiente, abrange o estado de conservação das Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL, porque segundo o autor, são áreas de interesse prioritário na preservação dos recursos naturais. Os outros componentes deste índice são: a existência de atividades ilegais (extração de madeira), degradação ambiental (erosão do solo) ou ações de melhoria ambiental (recuperação de matas ciliares e reflorestamento, quando necessário) (SPAROVEK, 2003).

Entre os resultados que obteve, os piores valores deste índice se concentram nas regiões Nordeste e Norte do país, seguido das regiões Centro-Oeste, Sudeste e por fim a Região Sul com melhores índices. Sparovek apresenta duas interpretações para os piores resultados: *“a) a qualidade do meio ambiente diminui com o desenvolvimento do projeto e com a intensificação dos sistemas de produção; ou b) as atitudes conservacionistas têm sido intensificadas em tempos mais recentes.”* (SPAROVEK, 2003, p. 122).

Ainda da análise desses dados, o autor cita que estes números podem indicar que as regiões de reforma agrária estão em áreas de fronteiras agrícolas, e a implantação dos sistemas de produção prescinde de desmatamento. Descreve que a falta de créditos específicos para a preservação do meio ambiente e a inexistência de uma política de ações de reflorestamento, recuperação de matas ciliares e sistemas agroflorestais; em conjunto com ações recentes de planejamento ambiental, podem estar contribuindo também com a baixa eficiência ambiental dos projetos de reforma agrária (SPAROVEK, 2003).

Termina por concluir “*é possível afirmar que o processo de reforma agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo.*” (SPAROVEK, 2003, p. 127). Portanto, por meio do estudo de Sparovek (2003), que se deve repensar o modelo de reforma agrária nos próximos anos, melhorando o passivo ambiental desta.

5.5 O INCRA – DIRETRIZES, VISÃO E MISSÃO

O INCRA é o órgão público responsável pela reforma agrária e pela regularização fundiária em todo o Brasil. Em relação ao INCRA²⁶ podemos observar alguns pontos pertinentes para este estudo. Primeiro em relação a sua missão que é “*implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional **contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.***” Portanto, minimamente dentro de qualquer ação desta autarquia federal espera-se que a questão da sustentabilidade seja levada em conta no meio rural.

Sua visão é “*ser referência internacional de soluções de inclusão social*”. Também constam no site as cinco diretrizes estratégicas para a implementação da reforma agrária. As que mais chamam a atenção são: a primeira, em que o órgão retifica que implementará a reforma agrária contribuindo para o desenvolvimento sustentável; e a quarta diretriz, onde aponta que implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e assessoria técnica, e a articulação com as políticas públicas para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista.

Logo, percebe-se que pelo menos em nível institucional e de discurso, essa autarquia federal apresenta uma preocupação com o desenvolvimento sustentável, o licenciamento e o cumprimento da legislação ambiental vigente.

5.5.1 Modalidades de projetos criados pelo INCRA atualmente

Para implementar a reforma agrária, o INCRA desenvolve cinco tipos de modalidades de projetos de assentamentos²⁷, são eles: Projeto de Assentamento Federal (PA); o Projeto de

²⁶ <http://www.incra.gov.br/content/o-incra>

²⁷ As nomenclaturas e características de cada tipo de projeto podem ser consultadas em www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades acessado em 10/08/17.

Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF); e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). As características do modo de obtenção da terra, aporte de recursos de crédito, infra estrutura, responsabilidades dos órgãos executores e o modo de titulação de cada modelo, podem ser acessados no site oficial do INCRA²⁸. Como nos interessa aqui as informações sobre o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, descreverei apenas este projeto.

Os projetos de assentamentos desenvolvidos com essa função PDS devem prezar pelo *“desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais.”* Outras questões também são levadas em conta como a obtenção da terra e seleção de beneficiários, infraestrutura, estradas, água e energia, além de empréstimos via PRONAF são de responsabilidades do Governo Federal via INCRA. Em relação à titulação ele é feita de maneira coletiva²⁹.

Em relação ao histórico da criação dos PDS como política pública, foi instituído no governo FHC e tinha como precursora a política de reforma agrária das RESEX (Reservas Extrativistas) originárias dos conflitos de terra da região Norte do país, principalmente os seringueiros da década de 1980. Esses ocupantes de áreas de conflitos agrários queriam aliar a produção agrícola com a conservação ambiental. Propuseram um modelo de reservas extrativistas onde a base deste processo residia na concessão de usufruto dos seringais, permanecendo a propriedade da terra estatal (BORELLI FILHO, D. 2014)

Os dados do I Censo da Reforma Agrária do Brasil em 1997, indicavam que havia certa evasão de famílias em razão da demora na demarcação dos lotes e na infra estrutura dos projetos de assentamento executados. Ou seja, a política de reforma agrária não estava sendo efetiva, reproduzindo a pobreza no campo. A partir destes dados e da conscientização ambiental que vinha aflorando no fim do século vinte, principalmente nos movimentos sociais para um novo paradigma de produção no campo, se instituíram novas políticas de reforma agrária voltadas ao desenvolvimento sustentável (BORELLI FILHO, D. 2014)

Assim, com a criação dos PDS objetivou-se a articulação das políticas ambientais ao desenvolvimento nos projetos de assentamento (BORELLI FILHO, D. 2014)

²⁸ As nomenclaturas e características de cada tipo de projeto podem ser consultadas em www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades acessado em 10/08/17.

²⁹ Informações retiradas de www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades acessado em 10/08/17.

No governo Lula em 2004 foi apresentado o II Programa Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (II PNRA), partindo da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, o INCRA têm implementado formas de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados a partir de então. De 1988 a 2006 no Brasil, foram criados 84 projetos de PDS contra os 6197 projetos de assentamento tradicionais, ou seja, sem levar em conta o desenvolvimento sustentável (BORELLI FILHO, D. 2014).

A política do PDS foi formulada em sintonia com os movimentos sociais ligados a terra, uma vez que pretendem superar o modelo de reforma agrária voltada a lotes individuais, passando a titulação coletiva da área do assentamento, para assim, se chegar a um novo paradigma de produção coletivo agrícola rumo à sustentabilidade ambiental e coletivização da terra (BORELLI FILHO, D. 2014).

5.5.2 Questões legais relativas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável desenvolvido pelo INCRA

O INCRA em seu site cita que “*A inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária indica mudança significativa na forma de atuação INCRA*³⁰”. Assim, cabe enumerar que legalmente algumas portarias são fundamentais para se entender a formação dos planos de desenvolvimento sustentáveis desenvolvidos por este órgão, a saber, a Portaria INCRA n° 477/99, regulamentada pela Portaria INCRA n° 1032/00 e alterada a redação pela Portaria n° 1038/02.

A primeira Portaria INCRA n°477/99, deu início aos planos de desenvolvimento sustentáveis (PDS), esta Portaria nasceu de uma comissão interministerial entre o antigo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Ministério de Meio Ambiente. Considerava que o Plano Nacional de Reforma Agraria deveria ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros. Para isso, lançava seis artigos que determinavam a criação dos PDS, como sendo de atendimento aos interesses sociais e ecológicos.

A Portaria INCRA n° 1032/00, tem como conteúdo a aprovação da metodologia para implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, apresentada por um grupo de

³⁰ Retirado de: <http://www.incra.gov.br/meioambiente>

trabalho composto pelos Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Meio Ambiente (MMA).

A Portaria INCRA nº 1038/02 alterou a redação do Artigo 3º da Portaria de 1999.

Assim, o Artigo 3º da Portaria INCRA 477/99:

“Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.”

Foi alterado pela Portaria nº 1038/02, passando a vigorar como:

“Art. 3º - Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS serão criados com vistas ao atendimento de interesses sociais, econômicos e ambientais das populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, de acordo com a aptidão da área, com a supervisão e orientação do INCRA e participação do Ibama, órgão ambiental estadual ou municipal e organização não-governamental – ONG previamente habilitada, conforme critérios seguintes:

I – Para os PDS's a serem criados na área da Amazônia Legal a entidade participante deverá ser o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;

II – Para os PDS's a serem criados nas demais regiões do País o INCRA, juntamente com o IBAMA selecionará a entidade parceira participante.”

Nota-se, no grifo meu, que o PDS será criado com vistas ao atendimento de interesses sociais, econômicos e ambientais.

5.6 PDS NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo entre 2004 a 2008 foram criados 252 projetos de reforma agrária (ITESP e INCRA), dos quais 17 (6,74% do total) foram implantados como o modelo de PDS. Estes projetos estão situados nas regiões de Araraquara, Ribeirão Preto, Grande São Paulo/Eixo Anhanguera, Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (BORELLI FILHO, D. 2014).

Borelli Filho, D. (2014) analisando a criação de PDS no estado de São Paulo, afirma que há diminuição do tamanho do lote por família, principalmente no ano de 2007, a média do tamanho do lote por família fica em 2,36 hectares, que segundo ele são insuficientes para a reprodução da família camponesa. Também, demonstra que a modalidade PDS teve ascensão

até 2007, e que desta data até o ano de 2012 houve queda e diminuição severa na criação de novos PDS pelo INCRA superintendência São Paulo.

Borelli Filho, D. (2014) argumenta que são dois momentos distintos que ocorreram a implementação dos PDS no Estado de São Paulo de 2003 a 2012. Nos primeiros anos desta política, os PDS são constituídos de grandes áreas de remanescentes florestais, já a segunda fase é formada por pequenas áreas, próximas a grandes centros urbanos com alguma significância ambiental. Ainda cita que o objetivo da superintendência do INCRA em São Paulo era desenvolver a política de PDS no Estado de São Paulo em consonância as propostas do MST e do desenvolvimento sustentável:

“Em São Paulo, o INCRA observou que a categoria PDS seria a melhor maneira de conciliar a proposta da Comuna da Terra do MST com a do Estado. Embora sendo uma modalidade de assentamento planejada para a região norte do país, o modelo congrega as propostas de produção agroecológica, a organização coletiva das famílias e a utilização de mecanismos de gestão e preservação ambiental. Dessa maneira, em São Paulo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável foram implementados pelo INCRA no modelo Comuna da Terra.” (BORELLI FILHO, D. 2014, p. 16).

No período de 2003 a 2012, portanto, foi criado pelo INCRA Superintendência São Paulo, os seguintes projetos de assentamentos rurais, o número de famílias assentadas em cada tipo de projeto e a área total dos tipos de projeto, que estão sintetizados a seguir.

Tabela 2 - Tabela Síntese dos dados de PA's e PDS's criados pelo INCRA no Estado de São Paulo

	Assentamentos criados no Estado de 2003 a 2012.	(%)	Família Assentadas de 2003 a 2012	(%)	Área (ha)	(%)
PDS	17	25	1.170	22,5	16.782,95	20,4
PA	51	75	4.033	77,5	65.674,71	79,6
Total	68	-	5.203	-	82.457,66	-

FONTE: Reproduzido de (BORELLI FILHO, D. 2014, p.20) a partir de dados do MDA e do INCRA

Fica claro que embora o INCRA Superintendência São Paulo tenha implementado novas formas de uso e ocupação do solo para a reforma agrária são poucos os PDS criados, sendo o modelo de PA, o dominante em assentamento rural. A política de assentamentos rurais está muito aquém da necessidade de assentar as famílias que hoje estão acampadas, na época o autor citava duas mil famílias nesta situação no Estado de São Paulo. Para o INCRA

São Paulo a reforma agrária era uma questão superada, uma vez que o país vinha em uma expansão econômica (até os anos da coleta de dados de seu estudo 2012), e que seguindo uma agenda mais social com redistribuição de renda e crescimento econômico interno, a questão agrária estaria superada (BORELLI FILHO, D. 2014).

O primeiro PDS criado no estado de São Paulo foi o PDS Sepé Tiaraju, no município de Serra Azul (SP). Freitas, E. P. (2008) descreve que a escolha do modelo de PDS no assentamento Sepé Tiaraju, ocorreu devido a forte pressão do capital agroindustrial sobre as famílias assentadas para que essas arredassem suas terras ou cultivassem a cana de açúcar para a indústria sucroalcooleira. Uma vez que os agricultores familiares não queriam esta forma de exploração, buscaram diálogo com o INCRA para um modelo de reforma agrária alternativo ao modelo tradicional, que além de não fixar o assentado a terra, ainda promovia o trabalho destes para a agroindústria da cana.

Esta prática é comum segundo a autora na região de Ribeirão Preto, região do PDS Sepé Tiaraju, que demonstra a falência da política de reforma agrária como tem sido concebida. Sem assistência técnica, alguns agricultores acabam por se endividar e acabam por ter que arrendar a terra e se tornarem fornecedoras de cana de açúcar para as usinas da região. Assim, com estes arrendamentos, os camponeses estão negando sua própria existência, recriando a lógica do latifúndio, negando a reforma agrária (FREITAS, E. P. 2008).

As famílias foram divididas em 4 núcleos em cada núcleo havia 20 famílias, cada uma com 9 hectares, sendo 3 hectares para a construção de casas e roçado e 6 hectares para a produção conjunta. Os assentados assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que basicamente dava as diretrizes sobre a ocupação máxima de área por assentado, impossibilitando o arrendamento, estabelecendo a área de APA e a diversificação de culturas (sistema agrofloresta) e o não uso de agrotóxicos e de queimada. O INCRA era responsável por disponibilizar técnicos e por providenciar toda a infraestrutura básica (água, energia, esgoto) (FREITAS, E. P. 2008).

O resultado que a autora aferiu até o momento da publicação do artigo era de que com a escolha pelo modelo de PDS e com as assinaturas da TAC por diferentes atores envolvidos, a agricultura orgânica se desenvolveu gerando um valor agregado maior aos agricultores e maior qualidade do produto final ao consumidor. O INCRA ficou em dívida com os

agricultores em relação à assistência técnica rural e as questões referentes à infraestrutura, trazendo dificuldades aos agricultores (FREITAS, E. P. 2008).

O trabalho de Filho, A. P. J. e Ribeiro H. (2014) buscam avaliar a saúde ambiental dos PA e PDS no Estado de São Paulo. Como os autores acreditavam que os PDS deveriam ter um apelo maior a sustentabilidade ambiental do que os PA, formularam por hipótese que os PDS deveriam estar em sintonia com o desenvolvimento sustentável.

Assim, Filho, A. P. J. e Ribeiro H. (2014), comparam 2 PA e 4 PDS, a grande maioria deles implementada entre 2004 e 2007. Utilizaram oficinas participativas com os agricultores destes assentamentos, para fazer um diagnóstico rural participativo sobre os problemas mais evidentes destes assentamentos.

Destas oficinas realizadas pelos autores foram retiradas as árvores de problemas. Tanto os modelos de assentamento de PDS como os PA, apresentaram problemas semelhantes. Dentre os principais problemas levantados pelos agricultores temos: escassez de água adequada para consumo humano e produção, esgotamento sanitário destinado em fossas simples, manejo de resíduos domiciliar e de produção dispostos de forma inadequada e incidência de pragas e doenças nas culturas e criações (FILHO, A. P. J. e RIBEIRO H. 2014).

E assim, os autores concluem que:

“... o enfoque de desenvolvimento sustentável nos projetos de desenvolvimento rural em assentamentos do estado de São Paulo investigados indicam que a preocupação está focada só no processo produtivo, na adoção de princípios da agroecologia e na restrição ao uso de agrotóxicos. A falta de saneamento básico e de abastecimento de água em volume e qualidade adequados representa um indicativo de que há uma grande caminhada para superar o distanciamento entre os discursos e enunciados das políticas públicas inspiradas nos princípios da sustentabilidade e a realização objetiva de sua prática, sobretudo na incorporação da dimensão dos aspectos de saúde ambiental, os quais seguem permeados por certa “invisibilidade”.

A noção de desenvolvimento sustentável (Veiga, 2010) como eventual inspiração para a concepção e implantação de políticas públicas nos assentamentos rurais no estado de São Paulo não resiste ao exame, ao se observar as condições reais de vida e trabalho das populações envolvidas em tais projetos.” (FILHO, A. P. J. e RIBEIRO H. 2014, p. 464).

Portanto, os autores concluem que se há uma interligação entre desenvolvimento econômico e ambiental ele não ocorre nas políticas públicas de assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Afirmam que não há diferença entre projetos de assentamento comuns e os diversificados ambientalmente chamados PDS (FILHO, A. P. J. e RIBEIRO H. 2014).

Podemos concluir que a criação do PDS em São Paulo é algo recente, mas o que as pesquisas demonstram é que não há nenhuma diferença entre as modalidades PA e PDS de criação de assentamentos. Ainda há outro problema que é o de assentar famílias com uma área menor a que necessitam para sua reprodução como camponeses. A falta de assistência técnica e infraestrutura parecem ser recorrentes em ambos os tipos de projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo INCRA.

6 O PDS DE JUNDIAPEBA

É preciso reconhecer que a localidade do estudo não tem absolutamente nenhum dado concreto sobre a realidade do local publicado até agora. Então, qualquer tentativa de fazer um esboço da realidade estudada merece atenção e pode ser útil tanto para o conhecimento da área, como na formulação das políticas públicas para o local.

As propriedades do PDS segundo os dados variam de 0,03 hectares a 28 hectares. A média do tamanho das propriedades é de 1,36 hectares. O INCRA se utiliza do módulo fiscal como unidade de medida para definir o tamanho mínimo das propriedades³¹³². Levando-se em consideração que um módulo fiscal seria a medida mínima de uma propriedade suficiente para a sobrevivência de uma família, com base em fatores como: qualidade do solo, estrutura fundiária de cada Município, dinâmica do mercado, etc. São chamadas de minifúndio³³ as propriedades com menos de um módulo fiscal. Em Mogi das Cruzes um módulo fiscal equivale a cinco hectares. Assim, a grande maioria das propriedades do PDS do bairro de Jundiapéba, são consideradas como minifúndios.

O tamanho das propriedades e a forma de produção é a característica mais marcante do PDS, pois seus agricultores são chamados de chacareiros. Uma vez, que chácara é o local de produção devido ao tamanho das propriedades. Então não se deve confundir local de produção com lazer. É comum ouvirmos no bairro de Jundiapéba pessoas se referindo ao PDS, como chácara dos baianos, a associação de chacareiros, lote dos chacareiros e assim por diante, todos esses nomes dão um sentido de pertencimento aos agricultores dos PDS como chacareiros, agricultores familiares posseiros que produzem em pequenas propriedades.

O total de moradores dos PDS do bairro do Santo Ângelo relatados na pesquisa INCRA/IBS é de 1300 pessoas (51,5% são homens e 48,5% são mulheres). A média de moradores por lote é de 4,4 pessoas, este fato é bem visível no PDS, pois dificilmente se veem lotes sendo habitados por apenas uma pessoa, geralmente os lotes são habitados por um casal, a maioria das vezes com filhos e às vezes convivendo com demais parentes. Os moradores dos lotes apresentam uma agricultura com base familiar, às famílias vivem e produzem dentro dos seus lotes.

³¹ Ver: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais> acessado em março de 2016.

³² Embora, através da Nota Técnica INCRA/SR(08)F/Nº 01/2017 da data de 21/06/2017 a superintendência do INCRA de São Paulo autorize que se cadastrem imóveis com tamanho menor a fração mínima do parcelamento, ou seja, que sejam menores que o módulo rural de cada Município. Esta atividade antes era impossibilitada.

³³ Segundo nomenclatura aplicada pelo Estatuto da Terra, Lei Nº 4504, de 30 novembro de 1964.

Esse viver no PDS apresenta algumas características importantes para se entender a vida diária nesta regularização fundiária. Não há serviço de correios dentro do PDS, embora esse serviço seja ofertado em boa parte do seu entorno. Para receber correspondência ali, somente tendo uma caixa postal, algo que é limitado, burocrático e tem custos. Abrir conta em banco, ou mesmo participar de alguma política pública, sendo morador da região já tem o empecilho básico do comprovante de residência, pois a falta da política pública de correios recai também sobre essa questão de cidadania.

A questão da falta de serviço de correio chegou ao absurdo de representantes do Banco do Povo Paulista, uma política crédito para pequenos empreendedores do governo do Estado de SP, a juros subsidiados, irem até uma reunião da APROJUR e explicar sobre uma linha de crédito. Porém, assim que chegaram e foram avisados pelos agricultores que os mesmos não tinham comprovante de residência, os representantes deste banco não puderam fazer a exposição da linha de crédito, pois é premissa para se acessar a política ter o comprovante de endereço.

Idosos, geralmente são geralmente 7,6% da população do PDS, crianças e adolescentes representam quase 28% desta. Não notei políticas públicas de incentivo a estes públicos alvos no PDS sendo desenvolvidas pelo INCRA, nem mesmo há um espaço pensando a esses no PDS, tirando a escola municipal de primeiro ao nono ano que já existia antes da presença do INCRA. Seriam interessantes políticas destinadas a idosos, crianças e adolescentes, visto seu peso populacional dentro do PDS.

A maioria da população tem entre 18-59 anos, são quase 64,5% da população. Este fato se reflete na média de idade dos beneficiários, ou seja, aqueles que foram inscritos como “proprietários” dos lotes, da política de regularização fundiária, que é de 45,3 anos.

Em relação aos dados de saúde, a maioria da população (95,5%) pesquisada utiliza os postos de saúde e o SUS. Dentro do programa saúde da família, afirmam fazer uso desta política 25% das famílias. Esta política da Saúde da Família poderia ser ampliada no PDS, visto a demanda nos postos de saúde. Fazem uso de medicação regular do SUS quase 84% das famílias pesquisadas. O uso de plantas medicinais é alto, quase 74% das famílias do PDS fazem uso desta forma de medicina alternativa. Um trabalho sobre plantas medicinais poderia ser desenvolvido no PDS na área de saúde. O uso de atendimento odontológico é expressivo, quase 78% das famílias faz uso deste serviço.

Entre as enfermidades que foram mais relatadas pelos agricultores, temos lesão por esforço repetitivo (LER), a pressão alta, problemas na coluna e doenças respiratórias. Todas estas doenças podem estar ligadas diretamente com a atividade agrícola na forma que ela vem sendo concebida no PDS. A pressão alta pode estar ligada ao trabalho diário ao sol, muitos agricultores não se hidratam da maneira adequada e trabalham nos períodos que a insolação é maior. A doença respiratória pode estar ligada com a aplicação inadequada de agrotóxicos e agroquímicos nas propriedades e também com a queima de lixo nos lotes. A LER pode estar ligada ao não uso de equipamentos adequados a atividade, ao trabalho pesado e a falta de sensibilização a esta doença. Estes dados são importantes para que equipes de saúde possam trabalhar com a prevenção de acidentes e lesões no trabalho agrícola.

Áreas de lazer são inexistentes no PDS, e sua inexistência foi relatada por 87% das famílias pesquisadas. Quando questionadas sobre qual lazer desejado no PDS, temos na ordem de prioridades: centro esportivo, parque e praça. Outras opções também são citadas como quadra poliesportiva, *play ground* para crianças e academia ao ar livre. No mais me parece que as pessoas que ali vivem anseiam e muito por uma área coletiva de lazer, e ela deve ser pensada para trazer melhorias também aos grupos etários como crianças e idosos. Atualmente um vereador bem atuante com os agricultores da região vem propondo um projeto com um deputado sobre a instalação de uma área de lazer no PDS. Porém, até agora, somente o pré projeto foi apresentado que parece levar em conta alguns anseios dos agricultores.

Em relação a dados de uso de internet e telecomunicação dentro do PDS, o uso de celular apresenta entre as famílias, quase 88%, apenas 21% faz uso de telefone fixo. Poucas famílias tem telefone pela questão da área estar passando pelo processo de regularização fundiária, somente as que têm endereço conseguem acessar o telefone fixo. O Uso de internet é da ordem de 24% das famílias do PDS, embora esse acesso tenha aumentando da época da entrevista até agora. O uso das telecomunicações é reflexo da regularização fundiária que está por vir, por isso, este é um dos motivos da maioria dos agricultores se utilizam dos celulares e da internet destes ao invés do telefone fixo.

Sobre as condições de moradia e as habitações do PDS os lotes apresentam pelo menos uma casa, geralmente as casas se encontram onde há as ruas do PDS, aos fundos da casa, ou aos lados, estão as hortas. Na grande maioria dos casos não há cercas, os agricultores sabem das divisas através de demarcações na vegetação ou nos terrenos. Junto com as casas também há áreas cobertas em que estão as bombas para irrigação, geralmente ou são elétricas

ou movidas a combustível fóssil. Há galpões para armazenamento das ferramentas e insumos agrícolas, também ali muitas vezes se higienizam e embalam os produtos agrícolas. A média da área construída de cada lote do PDS tem em média 137 metros quadrados.

Figura 5 - Divisa de duas propriedades, ao centro se vê um veio de água que faz a divisa.

FONTE: foto feita pelo pesquisador em 31/05/16.

O uso de energia elétrica foi relatado por 87,4% das famílias pesquisadas. A energia elétrica é uma grande questão dentro do PDS. Ainda não regularizada, porém alguns agricultores tem energia elétrica ligada a suas casas, esses pagam geralmente um valor alto, pagam a taxa industrial de energia elétrica, que é a que tem maior custo, maior que a residencial e a de atividade agrícola, mas esses casos de energia ligada regularmente são raros, o que impera na área são as ligações clandestinas. Em mais de um ano que acompanhei os agricultores nas reuniões, com INCRA e a empresa Bandeirante Energia, os agricultores sempre se mostraram muito favoráveis à regularização. Problemas com a queima de eletrodomésticos e bombas elétricas são comuns quando as ligações são irregulares. Para, além disso, as ruas do PDS não tem iluminação pública e há relatos de queda e oscilação no serviço prestado.

A questão da regularização da energia elétrica permeou discussões dos agricultores com outros entes governamentais por mais de um ano. Agora, a resposta que obtiveram desta empresa e órgãos públicos foi de que como a Empresa Bandeirante Energia consegue calcular o gasto derivados de ligações irregulares de todo o Município de Mogi das Cruzes, por determinação da ANEEL, o Município faz o pagamento desta cota de ligações irregulares, ou seja, não é mais um problema da Empresa Bandeirante Energia, e sim da Prefeitura de Mogi

das Cruzes, que terá que fazer um plano de trabalho em cima desta questão da regularização da energia elétrica no PDS. Os agricultores apenas querem que se regularize a energia elétrica e que possam pagar a taxa de energia elétrica rural, que é subsidiada pelo governo e destinada a produtores rurais. A iluminação pública da área do PDS também é um anseio.

A questão sanitária do PDS acontece da seguinte maneira, em relação ao esgotamento sanitário (81,3%) das propriedades estudadas apresentam fossa comum ou séptica. A situação melhorou um pouco a partir de 2015, pois os agricultores tiveram acesso a cursos de capacitação e palestras para incentivar a utilizarem fossas sépticas. 51,5% das famílias pesquisadas consomem água de poço artesiano ou semi artesiano e 34,5% compra água mineral para seu consumo. Ou seja, boa parte das casas não apresenta um sistema adequado de esgoto, embora o número de casas com fossas sépticas tenha aumentado nos últimos dois anos.

A pesquisa também abrangeu os benefícios sociais pagos pelo governo as famílias do PDS. 41% das famílias participam do programa Bolsa Família e cerca de 3,5% recebe o renda cidadã. Cerca de 10,5% das famílias tem pelo menos um membro que recebe aposentadoria.

Os dados relativos à produção agrícola são de fato interessantes, principalmente para entendermos o modelo agrícola que lá é empregado. Antes, porém é necessário fazer uma ressalva sobre estes dados. Alguns dados não foram possíveis de serem tabulados, principalmente os de produção agrícola e renda dos agricultores oriundas desta atividade. O motivo desta não tabulação foi que na coleta destes dados, havia um campo para que fosse colocada a quantidade vendida mensal, qual cultura e quanto era retirado de cada cultura. Na ficha da pesquisa do IBS esta era a questão de número 9 – Produção vegetal, onde se podia colocar a cultura, quantidade vendida, o custo e o valor total de venda. Como o questionário foi aplicado por mais de uma pessoa, as informações estão colocadas de maneira diferente, ficando os dados discrepantes em relação a cada entrevistador. Inclusive em boa parte dos questionários esta questão não estava preenchida. Tanto o INCRA como a Prefeitura deveriam ter esses dados de maneira mais precisa, inclusive, por que a área é mesmo intensa e de grande produção. Apenas este dado não pode ser tabulado, embora de grande importância.

O que podemos dizer da produção agrícola da área é que ela acontece intensamente, ou seja, são culturas de tempo curto de reprodução, geralmente hortaliças folhosas, temperos, chás e alguns legumes. Utilizam como mão de obra a família. Algumas propriedades contratam mão de obra paga quase sempre por diária ou por produção.

A agricultura no PDS, excluindo-se uma única propriedade que planta orgânicos, se utiliza do pacote da agricultura quimificada ou convencional. Em relação ao uso de equipamentos agrícolas, 40% dos lotes utilizam trator. A maioria destes é um pequeno trator chamado Tobata, onde se podem acoplar várias funções. Quase 56% dos lotes relatam o uso de implementos agrícolas.

Figura 6 – o mini trator Tobata.

FONTE: foto tirada pelo pesquisador na data de 31/05/2016

O uso de agrotóxicos atinge quase 92% dos lotes, 87% dos lotes também se utilizam de adubo químico, o uso de adubo orgânico também tem difusão entre os agricultores quase 83% dos lotes fazem uso deste insumo. Geralmente os agricultores mesclam ambas as formas de adubação, a orgânica (geralmente dejetos de galinha/codorna ou chão de granjas, esterco de ruminantes são os mais utilizados) e convencional químico. Os herbicidas são utilizados por 88% dos agricultores. Semente melhorada é utilizada por 80% dos agricultores. O uso de rotação das culturas é utilizado por 83% dos agricultores.

É intenso o uso de sistema de irrigação, 85% dos lotes apresentam esta tecnologia. Geralmente nos lotes além dos poços semi artesianos ou cacimba, as bombas puxam a água do subsolo para um pequeno tanque onde de lá a água é bombeada para as culturas agrícolas, geralmente os agricultores têm mais de uma bomba. Alguns têm sistemas de cisternas que armazenam água da chuva. Poucos agricultores fazem a análise do solo, cerca de 32% das propriedades já fizeram essa análise.

Portanto, a agricultura dominante, pela leitura dos dados é a agricultura convencional quimificada com alguns recursos orgânicos que aumentam a produção e tornam mais rápido o ciclo das plantas. A presença de revendedores de sementes, e insumos químicos é presente no PDS, através de palestras e reuniões com os agricultores para que esses vendedores possam mostrar as novidades no mercado da agricultura química e motorizada. Muitos agricultores tem como consultores agrícolas vendedores destas lojas e empresas, as vezes, essas até fazem avaliações de solo dos agricultores para saber o que estes necessitam em seu solo para o cultivo agrícola.

Uma vez que os agricultores padecem de uma extensão rural de qualidade que não é oferecida pelo INCRA, acabam por utilizar os serviços destas lojas agropecuárias. A Prefeitura tem em seu quadro profissional alguns técnicos agrícolas aptos a prestarem o serviço de extensão rural, mas é ineficiente para cobrir todas as propriedades agrícolas que existem em Mogi das Cruzes. É prestado um serviço pontual de assistência técnica rural por este órgão através da Secretaria de Agricultura e pelo governo estadual através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Em relação aos aspectos de comercialização da produção agrícola, a regra no PDS é a venda para intermediários. Esta forma de venda foi relatada por quase 82% das famílias, os outros 18% fazem venda direta. Geralmente, esses intermediários vêm até os lotes e definem o preço, na maioria dos casos eles mesmos acabam por fazer a colheita da produção. 56% dos agricultores não emitem nota do produtor na venda de seus produtos, um fator ruim para esses, pois é uma forma de provar o trabalho rural para comprovar aposentadoria rural. Cerca de doze agricultores relataram vender para o PNAE, hoje esse número subiu para 52. Quase 40 agricultores relatavam venda para o PAA, porém estão sem ganhar esta licitação desde final do ano de 2016.

Figura 7 – Separação dos alimentos para a merenda de Mogi das Cruzes, feito no barracão da APROJUR, pela COOPROJUR.

FONTE: foto tirada pelo pesquisador em 03/10/2016 sede da APROJUR.

Basicamente a venda para intermediários é ruim para o agricultor. Pois, este tem de vender seu produto por um preço menor e caso a venda fosse direcionada para as vendas dos programas do governo como PAA ou PNAE ou para o consumidor final através da venda direta, o preço pago por produto seria maior. Esses intermediários ou são feirantes que vão até os lotes para comprar e posteriormente comercializar o produto agrícola nas feiras, ou mesmo, comerciantes que revendem os produtos para mercados e sacolões.

Alguns problemas também foram captados pela pesquisa. Dentre eles podemos citar a coleta seletiva de lixo, que não chega para 75% dos lotes. Era comum no PDS ver em lotes a queima do lixo doméstico. O Cenário mudou um pouco desde 2015 quando as entrevistas foram feitas, depois de muitas discussões a Prefeitura, implantou a coleta seletiva em boa parte do PDS. Os Agricultores se organizaram e montaram lixeiras comunitárias, o que ajudou também nessa questão, toda rua do PDS tem pelo menos uma lixeira.

Figura 8 – lixeira em uma via do PDS, montada pelos agricultores.

FONTE: foto tirada pelo próprio pesquisador em 05/02/2017.

Quase 30% dos agricultores disseram não fazer corretamente o descarte das embalagens de agrotóxicos. Os descartes são feitos de maneira irregular, desde a queima, até o descarte onde for mais cômodo. O uso do equipamento de proteção individual (EPI) nos lotes não é feito por 30% dos agricultores. Este cenário, do descarte das embalagens de agrotóxico de maneira irregular e do não uso do EPI, também tem melhorado após fiscalizações e palestras informativas.

As vias e estradas do PDS são todas de terra e algum cascalho, apesar do entorno ser todo asfaltado. Os agricultores relatam muitos problemas com quebras de veículos e intransitabilidade em algumas áreas em períodos de chuvas. Os buracos são constantes. A via principal do PDS é de responsabilidade do INCRA e é o trecho de maior movimento. As outras vias são de responsabilidade da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Estas vias estão em um estado um pouco melhor de conservação devido a um projeto da Secretaria de Agricultura que tem por objetivo melhorar as vias rurais. Essas vias foram cascalhadas e alguns buracos foram fechados. Porém o PDS ainda padece da falta de conservação das vias e de um sistema de drenagem adequado aos períodos de chuva nas vias públicas. Quase 76% das famílias têm veículos próprios e se locomovem com frequência para atividades de educação e do cotidiano nos bairros próximos.

A pesquisa realizada pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da FATEC, chamado Perséfone faz um retrato da agricultura deste Município do Alto Tiete. Das 441 propriedades visitadas pelos pesquisadores, 81 estavam localizados na área do PDS.

Havia uma pergunta referente a se monitora a qualidade da água, mais da metade dos agricultores participantes da pesquisa responderam que não monitoram a qualidade da água utilizada no lote. Este dado vem a complementar a pesquisa do INCRA, relatada acima, principalmente na parte de saneamento. Além de não conhecerem a qualidade da água boa parte dos lotes se utiliza da água do subsolo.

Quando questionados se tinham problema com a rede elétrica os agricultores desta pesquisa relataram que há sobrecarga e oscilações na rede elétrica e algumas vezes interrupção do fornecimento de energia até que alguém que tem a rede ligada legalmente reclame com a Bandeirante Energia, para que a energia retorne. Mais uma vez a questão da energia elétrica é trazida a tona no PDS.

As questões relativas ao trabalho agrícola chamam a atenção na pesquisa o não uso/fornecimento de EPI permanece alto também nesta pesquisa, quase 75% dos agricultores. Para além da questão do EPI, quando questionados se, são capacitados para utilizarem agrotóxicos, 84% dos agricultores dizem não se sentirem capacitados para tal função. Quase 40% dos agricultores relataram não terem instalações adequadas para armazenar defensivos agrícolas.

Os dados da pesquisa que dizem respeito a comercialização da produção, quase 70% dos agricultores relatam não distribuírem a própria produção, vendendo para os atravessadores, a maioria dos agricultores do PDS faz a venda da produção em seu próprio lote.

A pesquisa abarcou também o tema da gestão da propriedade. Chama a atenção que maioria esmagadora dos agricultores não tem registro de volume de produção, não utiliza caderneta de campo, não identifica lote, não embala os produtos, não faz registro de aplicações de defensivos agrícolas, não tem assistência administrativa, nem técnica e profissional. A gestão da produção é feita a olho, sem anotações. E pior, é que não contam com auxílio técnico, nem de técnico agrícola, nem de gestão administrativa da produção.

Chama a atenção à ausência da demarcação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs), e o desconhecimento das obrigações ambientais por parte dos agricultores.

A violência na região também foi apontada na pesquisa, alguns agricultores (21%) disseram que já foram vítimas de alguma ocorrência policial no período de um ano. São frequentes os casos de roubos e furtos na região. Os furtos estão geralmente ligados aos equipamentos agrícolas como bombas, pulverizadores, etc. Já os roubos acontecem nas vias do PDS.

Os dados e os indicadores levantados por esta pesquisa são um retrato fiel do PDS. Os dados nos dizem muitas coisas, mas para além deles, também houve conversas e muitas visitas ao PDS, as sedes da APROJUR do INCRA e a Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes. Há convergências nos dados e no que foi visto e relatado para o pesquisador, e no que se acompanhou durante mais de um ano sobre o PDS.

Pela questão histórica de luta dos camponeses posseiros da região de Jundiapéba, em permanecerem, produzirem e criarem suas famílias nesta área nasceu a APROJUR em 1997. Esta associação é marcante no PDS. Tanto é que na pesquisa mais abrangente em população, aqui relatada, a do IBS-INCRA, quase 75% dos agricultores relataram ser pertencentes a esta organização, mesmo nem todos sendo frequentes nas reuniões ou cumprindo com as obrigações associativas. Mas, a APROJUR tem um peso imenso político, social e histórico na área de estudo, por isso, resolvi participar das reuniões desta entidade, entendendo a realidade do PDS.

Figura 9 – uma reunião mensal da APROJUR em seu barracão.

FONTE: foto tirada pelo próprio autor em 03/04/2016.

Em várias reuniões mensais na APROJUR, ou nas reuniões com o INCRA, com seus diretores, os problemas que foram apontados pelos dados também são latentes. São vários os temas que merecem a nossa atenção aqui.

Outro problema com recorrência nas reuniões da APROJUR e desta com o INCRA é a renovação das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) dos agricultores do PDS. As DAPs são uma forma de os agricultores familiares acessarem créditos subsidiados do governo federal e de políticas públicas voltadas a compra de produtos agrícolas pelo setor público através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a merenda escolar. Sem este documento a DAP, os agricultores familiares estão fora de qualquer política voltada a agricultura familiar.

O problema é que as DAPs precisam ser renovadas de três em três anos, mais ou menos. Porém, desde a mudança de governo Dilma para o governo Temer, as políticas ligadas à agricultura familiar tem sofrido grande corte financeiro. Bloqueios das políticas de reforma agrária foram feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive das DAPs, pelo motivo dos agricultores terem bens em seu nome e não poderem ser beneficiários da reforma agrária³⁴. Ou seja, para o TCU a política de reforma agrária não pode gerar riqueza a seus beneficiários. O que causou um imenso problema no PDS, pois os agricultores ali são

³⁴ Para saber mais, acessar: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-paralisa-reforma-agraria-no-pais-apos-identificar-578-mil-beneficiarios-irregulares,10000025214>

posseiros e construíram um patrimônio com casas e carros, com seu trabalho diário no campo, após décadas e agora não podem ser reconhecidos como tal, pois possuem esses bens.

Após acordos firmados entre o TCU e o INCRA, algumas dessas questões começaram a ser resolvidas. Os agricultores ainda tem DAPs vencidas e estão apreensivos, pois querem participar das chamadas públicas da merenda e do PAA, porém com a DAP vencida, eles serão impedidos de participar dos editais e chamadas públicas das compras institucionais do setor público.

Atualmente os agricultores vendem para a merenda escolar de Mogi das Cruzes através da COOPROJUR – Cooperativa dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região. Se reúnem no galpão da APROJUR, cada um leva uma parte de sua produção, ali tudo é pesado dividido, colocado nas caixas e levado por alguns veículos dos agricultores até um centro de distribuição da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Neste centro de distribuição uma empresa que ganhou a licitação da logística divide para os mais de 140 pontos de distribuição da cidade os legumes e verduras ofertados pelos agricultores do PDS. A Prefeitura de Mogi das Cruzes, através da Secretaria de Agricultura, tem feito palestras e aulas com os agricultores participantes do PNAE, para boas práticas da produção agrícola e segurança alimentar. Os agricultores sempre me relataram que o PNAE é uma boa forma de diversificar a produção e de fato, esta política tem conseguido esta façanha no PDS, já que a regra é produzir de uma a quatro culturas no máximo por lote.

O PAA é uma política que tem diminuído no governo Temer, os agricultores já participaram de licitações desta política anteriormente, porém hoje, não há muitos editais na região, menos uma forma de escoamento da produção a um preço melhor para os agricultores. Cada vez mais estão ficando na mão dos atravessadores.

Outro tema que tem bastante relevância na área por parte dos agricultores é que o INCRA termine o cadastramento das famílias e possa finalizar de fato o processo de regularização fundiária da área. Desde 2010 quando o INCRA fez o primeiro cadastramento das famílias que viviam na área até o momento o INCRA não finalizou de maneira exata o cadastramento de todos os lotes. Para se ter uma ideia da lentidão do INCRA, existia apenas um funcionário responsável em todo o Estado de São Paulo pelo cadastramento das famílias³⁵ em março de 2016. Se o INCRA não fizer uma parceria com outros órgãos governamentais

³⁵ Ver: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> o interessante é que no Estado de São Paulo há cerca de 17.210 famílias assentadas em 270 assentamentos.

que atuam na área, como a CATI e a Prefeitura de Mogi das Cruzes, ou dar à devida importância ao fim do cadastramento das famílias, dificilmente este cadastramento será terminado no ritmo que está caminhando. O cadastramento é muito importante, se ele não for finalizado as políticas públicas não vão chegar à área e provavelmente, os agricultores posseiros da área vão viver da mesma forma como viviam antes da regularização.

O cadastramento que foi feito pelo IBS também não foi finalizado. Faltam algumas dezenas de famílias, e com o fim do contrato do INCRA com o IBS, o trabalho ficou incompleto.

O INCRA prometeu para o PDS a Unidade de Processamento de Alimentos (UPA), desde a primeira visita do pesquisador se falava desta UPA, ela poderia ser gerida pelos agricultores, ali se processariam as verduras e legumes produzidos no PDS, desde a lavagem, até o preparo e a embalagem. Era uma ótima opção para os agricultores que poderiam ter um valor agregado maior para seus produtos, já tão desvalorizados pelos atravessadores. A empresa que ganhou a licitação fez apenas as marcações para fazer a fundação do prédio e nunca mais apareceu, até que por um comunicado o INCRA informou a APROJUR que teria que fazer nova licitação que a empresa que havia ganhado a licitação anterior entrou em processo de falência. Desde lá, nada aconteceu. Já fazem cerca de dois anos.

Os agrotóxicos foi outro tema de reuniões. Foram feitos cursos com entes governamentais ao longo do estudo com os agricultores do PDS. Nas últimas reuniões que participei os agricultores foram informados que haveria multas e sanções através da Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. O Presidente da APROJUR chegou a propor que fosse montado um depósito de embalagens de agrotóxicos para os associados, seguindo as normas legais. Também por meio da APROJUR foi feita uma coleta dessas embalagens.

Os agricultores também se mostraram insatisfeitos com superintendentes e pessoas ligadas ao INCRA que não entendem do trabalho agrícola, (e por que não dizer também de sua cultura camponesa), por não terem formação específica para o trato com a produção agrícola. Inclusive os agricultores nunca tiveram assistência técnica rural com profissionais destas áreas no dia a dia. Esporadicamente, até acontece um atendimento a um agricultor ou outro, porém esta oferta de profissionais é escassa por meio do serviço público. Quando necessitam de um apoio técnico especializado acabam por procurar os comércios ligados a

venda de insumos agrícolas, ou os próprios agricultores se remediam por meio de suas observações diárias com o campo.

Há muitas vezes ocupações nas áreas do PDS, principalmente nas áreas de APP, ou em margem do Rio Jundiaí, para a construção de moradias por pessoas externas ao PDS. Geralmente os agricultores e os órgãos públicos se reúnem para tomar as medidas cabíveis, os ocupantes são levados a outros locais. Mas, todo ano há uma nova ocupação da área por espaços de moradia. O problema dessas ocupações irregulares e que em conjunto com elas vem problemas sanitários e de lixo.

Talvez, o INCRA e a Prefeitura de Mogi necessitem de um plano de manejo integrado das áreas de preservação do PDS, se isso não ocorrer às ocupações nestas áreas não cessarão. Ainda em relação às áreas de preservação exigidas por Lei no PDS, elas nem mesmo foram demarcadas. A Margem do Rio Jundiaí e as áreas de APP necessitam serem demarcadas e preservadas.

Os agricultores demonstraram em várias plenárias da APROJUR e nas reuniões do INCRA que querem que o processo de regularização fundiária mantenha os lotes como estão hoje. Não querem seguir o padrão do módulo rural. Após, Norma Técnica do INCRA³⁶, agora os lotes podem ser cadastrados com qualquer área. Provavelmente os tamanhos dos lotes do PDS se mantenham.

Outro ponto que chama a atenção é como será a administração do PDS. Para o INCRA a administração da área deve ser feita em conjunto com a APROJUR. Os agricultores discutiram muito qual o papel administrativo da APROJUR a partir da regularização fundiária da área. Não há propostas muito concretas em relação a isso, mas os agricultores começaram a discutir para que os inadimplentes se tornem adimplentes. A APROJUR é um órgão importante dentro do PDS e necessita de maior profissionalização das funções administrativas. As fichas dos associados ainda são em papel e estão desatualizadas. É necessário maior papel gerencial a esta associação, se esta quiser assumir o protagonismo no futuro do PDS e da região, inclusive incubando as cooperativas que podem surgir e as que já existem.

Membros da diretoria, de ambos os mandatos, cobram maior presença dos agricultores na reunião da APROJUR, o INCRA está realmente matando a força de participação destes

³⁶ Nota Técnica INCRA/SR(08)F/Nº 01/2017 de 21/06/2017. Assunto: Cadastramento de imóveis rurais com dimensão abaixo da Fração Mínima de Parcelamento –FMP, instituída pelo artigo 8º da Lei 5868/72.

agricultores, desde que assumiu a área. Embora, funcionários do órgão afirmem que a gestão do PDS deva ser feito por meio da Associação. Mas, a falta de rapidez e a não resolução de problemas por parte do INCRA, está minando o poder associativo dos agricultores. Parece que com a questão das reintegrações de posse resolvida, já que a área foi comprada pelo INCRA, está tudo bem para este órgão público. Como se os agricultores ali não necessitassem de um rápido avanço nas questões relativas ao acesso as políticas públicas.

Os agricultores entendem a importância do INCRA, foi um meio para conseguirem a permanência na área, eles também creem que as melhorias virão, mas sabem que vai ser de maneira bem lenta.

Pouca coisa se alterou desde os idos de 2014 até agora. O PDS continua quase o mesmo da época da posse.

6.1 O QUE QUEREM OS SUJEITOS POLÍTICOS DA ÁREA DO PDS AFINAL?

Os dados e as visitas de campo nos apontam para uma direção. Os agricultores querem a regularização fundiária da área, para, além disso, querem acessar as políticas públicas que estão excluídos desde a ocupação da área, quando eram posseiros.

Com a chegada do INCRA a área, dois problemas foram resolvidos para os agricultores, em relação à questão das ordens de despejo e da renda da terra que alguns pagavam aos proprietários da área. Hoje a área pertence à União. Os agricultores podem dormir sossegados em relação a estas questões que tiravam o sono de muitos deles. Para, além disso, hoje podem investir na produção e nas moradias com segurança, pois não sendo mais posseiros, não podem sofrer mais ordem de despejo e perder seu investimento nas culturas e moradias.

Mas, também querem acessar as políticas das quais estiveram alheios há décadas. Querem a energia regularizada e um sistema de saneamento básico. Querem também a melhoria das estradas para escoamento da produção, ruas com pelo menos condições de trafegar. Segurança com rondas rurais na área, para evitar furtos. Querem uma área de lazer onde possam descansar e socializar entre eles e suas famílias e manter seus laços sociais.

Ainda, os agricultores necessitam de endereço, serviço de correio, para poderem utilizar serviços banais ligados à cidadania. Enfim, os problemas aqui já foram relatados,

basta vontade política dos órgãos de governo para suprir a necessidade que está estancada há décadas.

Os agricultores também cobram que o INCRA de o mínimo que esperam que é uma política de extensão rural, para a produção agrícola voltada a necessidade da horticultura. Mais que isso, querem melhorias para ter um melhor preço do produto agrícola. Os agricultores querem que o governo amplie as políticas de compras públicas como o PAA e o PNAE.

Enfim, os problemas já foram colocados através dos dados, e os agricultores esperam uma melhora em suas condições de vida e de suas famílias. Até agora, embora a área seja de domínio da União, estão muito longe de conseguirem as melhorias que almejam para a área.

O INCRA é um órgão lento, com cortes orçamentários, sem muitos funcionários, um órgão sucateado. Parece que a reforma agrária não é uma prioridade dos representantes eleitos que assumem cargos públicos. Ainda mais quando o órgão fica lotado de funcionários comissionados colocados por meio de acordos políticos feitos para manter apoio a determinado governo.

Analisando o papel do INCRA na área de estudo, tirando a questão da compra da área, pouco foi feito aos agricultores. Muitos funcionários comissionados deste órgão tem a impressão que resolvido esse fator da compra da área, nada mais precisa ser feito. Um enorme engano, que custa a desmobilização dos agricultores, uma vez que as demandas não são ouvidas.

A Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes parece ter sido um órgão em que a pressão dos agricultores ecoa de maneira mais rápida. Após críticas dos agricultores ao antigo secretário de agricultura, foi empossado um secretário que tem experiência na área agrícola e que está trabalhando com base em programas e ações de políticas públicas demandadas pelos agricultores por meio de problemas do dia a dia desses atores. Tanto é que hoje mais agricultores estão incluídos nos programas da merenda escolar, foi montado um sistema de distribuição da merenda escolar que não recai mais sobre os agricultores em termos de tempo e dinheiro e sim a uma empresa de logística contratada.

A Prefeitura tem executado ações para melhorar a área, como por exemplo, a coleta seletiva, programas de melhoria das vias rurais, programas de melhoria da produção agrícola e segurança alimentar. Enfim, ainda há muito trabalho a ser feito na área.

Há o problema da falta de comunicação e diálogo entre o INCRA, um órgão federal, e a Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes, um órgão Municipal. Essa intersetorialidade hoje inexistente no setor público, poderia ser muito útil a área, deixando alguns processos mais rápidos, como a renovação das DAPs e o acesso a políticas públicas, como a infraestrutura do PDS, que poderia ser executado em conjunto com ambos os órgãos governamentais.

Os interesses dos sujeitos políticos, tanto os agricultores, como os órgãos públicos que gerem a área parecem ter o mesmo objetivo em comum, porém o tempo da necessidade dos agricultores parece ser distinto do tempo e da capacidade de realização de ações dos órgãos públicos, principalmente o INCRA, que é o órgão mais lento para execução de suas metas e propostas.

7 CONCLUSÃO

Se não fosse a luta dos agricultores posseiros pela regularização fundiária, provavelmente a área do PDS de Jundiapéba hoje, ou seria uma área de mineração de areia ou um loteamento de moradias urbanizado, jamais seria um território agrícola como é. A busca pela terra de trabalho garantiu a produção de alimentos para boa parte da população da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado.

Visto este cenário, embora nos últimos anos diversos governos em nível federal, por meio do INCRA, têm investido mais em colonização e regularizações fundiárias do que em novos assentamentos de reforma agrária, não podemos dizer que isso não traz melhorias do ponto de vista da segurança alimentar da população e na segurança jurídica de milhares de agricultores familiares posseiros, ou não, por todo o país. Porém, é necessário ressaltar que uma reforma agrária que diminua a concentração da terra e proporcione uma estrutura fundiária mais igualitária no país dando acesso a terra a quem quer plantar, não tem sido implementada de fato no Brasil até o momento.

A sustentabilidade dos modelos agrícolas e o desenvolvimento sustentável foram temas percorridos no trabalho por diferentes autores. Ficou claro que a sustentabilidade de um modelo agrícola não deve levar em conta apenas a melhor utilização de insumos químicos e a parte técnica da agricultura. É necessário levar em conta as pessoas que trabalham na agricultura, suas famílias e a qualidade de vida do ponto de vista ambiental e social do local de produção, abrangendo outras variáveis além da atividade agrícola pura e simplesmente.

O modelo agrícola que hoje impera no PDS de Jundiapéba é a agricultura que derivou da Revolução Verde, quimificada, mecanizada, depende de insumos externos, com fortes impactos ambientais e sociais. É o modelo de agricultura que sujeita o pequeno agricultor ao mercado, privilegiando o pilar econômico do desenvolvimento. Isso fica mais claro se analisarmos os dados da pesquisa. A maioria das reivindicações e problemas do ponto de vista social e ambiental colocados pelos agricultores terão que ser resolvidos por eles em conjunto com o Estado, pois o mercado e o modelo de agricultura ali empregados não levam em conta estas questões.

É necessário que as temáticas ambientais e sociais sejam prioridades para a implantação das políticas de reforma agrária e regularizações fundiárias em conjunto com as políticas de agricultura fomentadas pelo Estado, se quisermos que o Estado caminhe rumo ao

desenvolvimento sustentável, ou seja, se quisermos resolver parte da crise socioambiental que nos permeia neste século.

Em relação à área de estudo do ponto de vista ambiental não há gestão, nem mesmo racionalização no uso dos recursos químicos para a produção agrícola. Há problemas em relação à disposição dos resíduos oriundos da produção e das atividades humanas. A área de preservação permanente que está sendo proposta pelo INCRA como uma área única fora da área de cada propriedade, de cada agricultor, está fadada ao fracasso, sendo ocupadas por moradias ou atividade agrícola. Esta flagrante realidade em consonância com os dados apresentados nos faz questionar se há mesmo um Projeto de Desenvolvimento Sustentável ali. O que nos remete a duas respostas: ou o INCRA muda a nomenclatura e o enquadramento da área de estudo ou começa a realizar ações para que a área se torne de fato um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

É relevante ressaltar que a política de reforma agrária é de extrema importância para o futuro do Brasil e ela deve ser executada pelo governo, pelo setor público. Sem este ente na organização da reforma agrária, ela provavelmente nunca ocorrerá de maneira a diminuir as desigualdades de acesso a terra. Porém, implementar a reforma agrária como o INCRA vem executando, não condiz com o necessário para universalizar essa política pública.

Mais uma vez o INCRA para na questão de apenas regularizar a área ocupada, como se a demanda fosse apenas pela terra e isto vem ocorrendo em ambas as políticas e para além da questão do acesso a terra para quem quer plantar, os agricultores querem que a política de agricultura seja integrada a reforma agrária. Por mais que seja uma premissa da reforma agrária ter acesso a terra, isto não garante que o agricultor vai produzir e continuar na área tendo boas condições de vida para ele e sua família. É necessário ir além, para que a reforma agrária e as regularizações fundiárias sejam políticas de sucesso e modelos de desenvolvimento rural sustentável no campo brasileiro.

O INCRA precisa atuar não apenas como um órgão que compra terra de especuladores, precisa realizar políticas públicas condizentes com as realidades de cada localidade em que atua. Ele precisa promover as políticas públicas para o fomento da agricultura e para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. Fatores hoje, que só ficam nos nomes dos programas e em intenções de políticas, mas que na realidade ainda estão longe de trazer melhoria e o desenvolvimento sustentável a seus beneficiários. No estudo realizado observamos que a política que o INCRA desenvolve está muito aquém da

apresentada em suas diretrizes, visão e missão. Seria de bom grado que o INCRA revisse a questão socioambiental quando houver implementação da reforma agrária e regularização fundiária e que se busque reorganizar a extensão rural prestada as áreas de sua jurisdição, para que sejam voltadas a formas de agriculturas sustentáveis.

Além do INCRA, as Prefeituras Municipais necessitam trabalhar em conjunto quando englobarem em seu território assentamentos e regularizações fundiárias. No caso estudado, notamos que quando há vontade política dentro dos órgãos Municipais muitas políticas são destravadas, como nos casos do acesso dos agricultores do PDS de Jundiapéba ao PNAE, da melhoria de algumas estradas internas do PDS e de palestras para melhorar a produção agrícola.

Somente a persistência, a organização e o fortalecimento das associações e das cooperativas dos agricultores podem gerar a pressão no setor público e assim este deverá suprir as várias demandas dos agricultores familiares. Os agricultores de Jundiapéba sabem disso e que este é um processo demorado, não à toa, por meio de décadas de luta conseguiram o acesso a terra para plantar, mas agora é outra etapa. É a hora de cobrar direitos e buscar as melhorias para a sua área e definir qual o tipo de desenvolvimento e modelo de agricultura vão querer para o futuro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Revista de economia aplicada. São Paulo, v. IV: 379-397, n. 2, abril-junho 2000.

ALVARENGA, A. T. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr, A. e SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Editora Manole, 2011.

ALVES, R. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. Editora Brasiliense. 1981.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). Terra Livre. São Paulo. n 10, p.23-78, jan-jul. 1992.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2000.

BRASIL. Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BORELLI FILHO, D. Uma Análise da Política de Reforma Agrária no Estado de São Paulo: O Processo de Implementação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Acessado em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/08/8A_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/2_Dorival%20Filho.pdf VI Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2014, Araraquara/SP. VI Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais Por que a reforma agrária continua atual e necessária?, 2014.

BROWN, Lester, R. Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização. São Paulo: New Content Editora, 2009. 424p.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ªed. Ed.34, 1997.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília-DF. MDA/SAF/DATER-IICA, 24p. 2004.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. Editora Prentice Hall, 5ª edição, 2002.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Ed. set/dez. N. 24. Pg 5-15. 2003.

CRESWELL, J. W.: Research Design: Quality and Quantitative Approaches. USA: Sage, 1994

CONWAY, Gordon. Produção de alimentos no século XXI : biotecnologia e meio ambiente / tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo : Estação Liberdade. 2003.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva. 14 ed. 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente : [s.n], 2013.

FEYERABEND, P. Como defender a sociedade diante da ciência. Disponível em: www.apriori.com.br. Do original: How to defend society against Science, in: Scientific revolutions, Hacking, 1987.

FILHO, A. P. J. e RIBEIRO H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Revista Saúde Soc. São Paulo, v 23, n 2, p. 448-466. 2014.

FREITAS, E. P. O Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) como paradigma para a implementação de assentamentos de reforma agrária: O caso do assentamento Sepé Tiaraju em Serra Azul (SP). 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 739-773, 2008.

FUNTOWICZ, S. O. y RAVETZ, J. La ciencia posnormal. Barcelona: Icaria Editorial, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas, 6ª edição, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 653p. 2000.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. – São Paulo, SP : Boitempo, 2011

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro – RJ : IBGE, 2015. Acessado em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf> em 25/03/2017.

INCRA. Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação da modalidade de Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, de interesse social e ecológico e dá outras providências.

INCRA. Portaria n° 1032, de 25 de outubro de 2000. Aprova a metodologia para implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.

INCRA. Portaria n° 1038, de 11 de dezembro de 2002. Altera a redação do Art. 3° da Portaria Incra/P/N° 477/99.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Revista Agricultura e desenvolvimento rural sustentável. v.3, n.1, jan/mar, pg.36-51. Porto Alegre – RS. 2002.

LENCIONI, Sandra. Agricultura e Urbanização: A intensificação do Capital no Campo e a Nova Relação Rural Urbano no Estado de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, n.4, p.41-51. 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. Editora Atlas, 6° edição, 2007.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da terra. 4.ed. São Paulo. Hucitec. 1990.

MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo. Editora Hucitec. 179p. 1993.

MATTA, Roberto da. O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter 'Anthropological Blues'. A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. E. d. O. Nunes. Rio de Janeiro, Zahar: 23-35, 1978.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed. 2004.

MAZOYER, Marcel. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo : Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MEYER, Gustavo da Costa. A sustentabilidade em questão : paradigma ou matriz discursiva? Dissertação (mestrado em ciências). São Paulo. 131f. 2015.

MOGI DAS CRUZES. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2012 a 2015. Acessado em:
http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/comunicacao/noticias/pdf_noticias/planodesenvolvimento_rural.pdf em 18/08/15.

MORIN, E. Ciência com consciência. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. 8. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2005. 350p.

NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia. Crítica da moderna agricultura. São Paulo. Editora Brasiliense. 1982.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Cleyton Amaral. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) – Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia, CPT, 184p. 2011.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si – Sobre o cuidado da casa comum. Libreria Editrice Vaticana. 2015. Acessado em:
http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

PAZ SANTANA, Antonio Carlos Da. A ORGANIZAÇÃO E INSERÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENAS UNIDADES AGRÍCOLAS NOS MERCADOS PAULISTANOS: OS AGRICULTORES DO BAIRRO RURAL DE SANTO ÂNGELO. Dissertação de Mestrado, USP, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2006.

PAZ SANTANA, Antonio Carlos Da. Ocupação, união e luta dos posseiros no cinturão verde paulista. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iengrup/Pdf/artigo_antoniopaz.pdf acessado em 06/08/15.

RAFFESTIN, Claude. Pro uma geografia do poder. Série Temas. Volume 29-Geografia e poder. Editora Ática. São Paulo. 1993.

SACHS, I e ABRAMOVAY, R. Habitat: a contribuição do mundo rural. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 9, n. 3, pg 11-16. 1995.

SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.24, n.68, p. 25-38, 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100005 acessado em 15/08/15.

SANTANA, Derli P. A agricultura e o desafio do desenvolvimento sustentável. Comunicado técnico 132. EMBRAPA – MAPA. Pg 1-18. Sete Lagoas –MG. 2005.

SANTOS, B. de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Afrontamento. Porto. Capítulo 1. 1989.

SANTOS, B. de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Ed. 7. Afrontamento: Porto, 1995.

SANTOS, B. de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n.79, p. 71-94. 2007.

SANTOS, B. de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8. Ed. São Paulo : Cortez, 2011.

SPAROVEK, Gerd. A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica. 2003.

SILVA, Marcos Rodrigues da. Um passeio pelas principais correntes da filosofia da ciência. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 abr. 2017.

SPINK, Peter Kevin. O Pesquisador conversador no cotidiano. *Revista Psicologia e Sociedade da Universidade Federal de Minas Gerais*, São Paulo, v. 20, Edição Especial. p. 70-77. 2008.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil. Transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista NERA (UNESP)*. (10):134-150, jan-jun. 2007.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. *Revista Agrária*. São Paulo, n.6, p.83-95. 2007. Acessado em: www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

APÊNDICE I – TABULAÇÕES COMPLETAS DOS DADOS IBS E PERSÉFONE

Tabulação dos PDS Geral (IBS/INCRA)

Nesta tabulação juntou-se ambos os PDS. 34 entrevistados são do PDS Vargem do Rio Jundiá e 261 são do Santo Angelo. 17 (5,76%) famílias que estão homologadas ficaram de fora da pesquisa. Esta Pesquisa foi realizada pela empresa terceirizada contratada pelo INCRA. A aplicação dos questionários foi realizada entre o terceiro e quarto bimestre de 2015.

Dados beneficiários PDS

Em relação aos beneficiários dos PDS de Mogi das Cruzes, a média de idade dos beneficiários é de 45,3 anos. Sendo a mais nova beneficiária com 20 anos e a mais velha com 85 anos.

Dados Demográficos dos PDS

O total de moradores relatados na pesquisa foi de 1300, sendo 670 (51,5%) homens e 630 (48,5%) mulheres. A média de moradores em cada lote foi de 4,4 moradores. Em relação às faixas etárias, de 0-11 anos temos 220 (16,9%) crianças; adolescentes de 12-17 anos são 144 (11%); adultos 18-59 anos 836 (64,3%) pessoas; idosos 100 (7,6%) pessoas.

Aspectos de saúde nos PDS

A pesquisa também abarcou os aspectos de saúde. Em relação a doença cardíaca, pelo menos uma pessoa em cada lote apresenta essa enfermidade em 44 (15%) lotes/famílias. Pressão alta foi relatada por 127 (43%) famílias/lotes. Diabetes foi identificada em pelo menos 39 (13,2%) lotes. Obesidade acomete cerca de 13 (4,5%) lotes.

Problema de coluna foi relatado por pelo menos uma pessoa em 122 (41,3%) lotes. Lesão por esforço repetitivo (LER) foi identificada em 134 (45,5%) lotes. Ambas estão ligadas diretamente ao trabalho no campo.

Doença respiratória ataca pelo menos uma pessoa em 71 (24%) lotes. É importante fazer uma reflexão das causas desta enfermidade, pois há muitos relatos de queima das embalagens de agrotóxicos e de lixo nos lotes, além da pulverização de agrotóxicos podem estar ligados diretamente a esta incidência. Outra doença que pode estar ligada as condições de vida no PDS e ao uso de agrotóxicos e pesticidas é o câncer, essa doença foi relatada por 8 (2,71%) famílias. Intoxicação por agrotóxicos foi relatada por 9 (3%) famílias.

Também foram verificados os índices de várias deficiências na pesquisa. Deficiência física foi relatado por 12 (4%) famílias; deficiência visual tem incidência em 11 (3,7%) famílias; e a deficiência auditiva recai sobre 9 (3%) famílias.

Tabagismo foi relatado por 83 (28,1%) famílias. Dengue foi citada por 7 (2,4%) famílias.

Alcoolismo foi relatado por 9 (3%) famílias. Violência doméstica foi citada por 2 (0,7%) famílias, e dependência de drogas teve incidência em 4 (1,3%) famílias. Esses três últimos problemas: alcoolismo, violência doméstica e dependência de drogas parecem estar subestimados na pesquisa quantitativa, são temas ainda tabus na sociedade e dificilmente as famílias que estão tendo esses problemas relatam em pesquisas deste tipo. Ainda mais quando o questionário é a primeira ação de aproximação com as famílias e a ATER. Porém, em conversa com a assistente social responsável pela ATER na área, disse que o número é muito maior do que realmente está calculado na pesquisa quantitativa.

Quando as famílias foram questionadas se fazem uso de posto de saúde público, 282 (95,5%) responderam positivamente a questão. Já o programa Saúde de Família (PSF), parece não ter tanta abrangência como o uso de posto de saúde e está política foi citada por 75 (25,4%) famílias. 37 (12,5%) famílias dizem recorrer apenas a médicos particulares. 31 (10,5%) famílias relatam fazer uso de plano de saúde particular. Em relação ao atendimento odontológico 229 (77,6%) famílias disseram fazer uso deste serviço de saúde, essa porcentagem parece ser alta, pois além de universidades de odontologia na cidade que fazem serviços de extensão, há ainda um convênio com o Sindicato Rural de Mogi para os associados fazerem uso deste serviço de saúde. O uso de plantas medicinais parece ser também recorrente entre os agricultores e foi relatado por 217 (73,5%) famílias. 247 (83,7%) famílias disseram fazer uso regular de medicação do SUS.

Locomoção para Educação

Quando questionados sobre a distância dos lotes das famílias das escolas dos filhos, 150 famílias responderam a questão, a média da distância da escola dos filhos é de 4,6 Km, sendo a menor distância 0,2 Km e a maior distância 20 Km. A forma que as crianças chegam a escola são na ordem: ônibus e transporte público; a pé e transporte próprio.

Já as locomoções para educação dos adultos, foi respondida por 24 famílias. A distância média ficou em 12,6 Km, sendo a menor 1,5 Km e a maior 40 Km. Entre os principais meios de locomoção para instituições de ensino dos adultos, temos em ordem: carro próprio; ônibus público e por último, descolamentos a pé.

Lazer no PDS.

Se questionados de equipamentos de lazer no PDS, 257 (87,1%) famílias disseram não existir tais equipamentos. Assim, questionados qual o lazer desejado no PDS, citam nesta ordem: 81 (27,4%) centro esportivo; 46 (15,6%) parque; 37 (12,5%) praça; 21 (7,1%) campo de futebol; 17 (5,7%) quadra; 8 (2,7%) play ground ou parquinho; 5 (1,7%) academia ao ar livre.

Comunicação no PDS

A utilização de celular foi citada por 259 (87,7%) famílias. O telefone fixo bem menos comum foi relatado por 62 (21%) famílias. O uso de internet foi relatado por 69 (23,3%) famílias e se divide entre acesso com telefone fixo e celular.

Habitação no PDS

262 (88,8%) lotes responderam a questão sobre a área total construída. A média por metro quadrado foi feita com base na soma das áreas construídas nas propriedades, inclui a soma de galpões, casas, áreas cobertas onde ficam as bombas de irrigação e demais benfeitorias nos lotes. A média desta área é de 137 metros quadrados. As menores áreas dizem respeito a moradores que cultivam, mas não moram no lote. Por isso temos como a menor área construída 3 metros quadrados, que seria uma área coberta para a bomba de irrigação e guarda de equipamentos. Geralmente as casas menores apresentam áreas de trinta metros quadrados e são em sua maioria de alvenaria. A maior área total construída equivale a 719 metros quadrados.

O uso de energia elétrica, foi relatado por 258 famílias (87,4%), 6 (2%) relataram não ter ligação com a rede elétrica, 2 (0,6%) relataram que as ligações são irregulares e 29 (9,8%) não responderam a pergunta. Há muitas ligações irregulares em todo o PDS, já que a energia legalizada está chegando agora há região, portanto a grande maioria das famílias que tem energia elétrica tem como origem a ligação irregular.

O uso de instalação hidráulica foi relatado em 253 (85,7%) lotes, ela é inexistente em 11 (3,7%) lotes e 31 (10,5%) não responderam a questão.

Esgotamento sanitário foi tabulado da seguinte forma: fossa comum ou asséptica foi relatada por 240 famílias (81,3%), 13 (4,4%) famílias relataram que descartam ao ar livre, 4 (1,3%) relataram não ter sistema de esgotamento, pois não há banheiro e casas nesses lotes, 2 (0,6%)

famílias relatam que tem ligação com a rede de esgoto, 2 (0,6%) famílias com fossa séptica e 34 (11,5%) não responderam a pergunta.

A água consumida pelas famílias: 152 (51,5%) consomem de poço artesiano/cacimba, 102 (34,5%) compram a água que consomem, 7 (2,3%) famílias tem ligação com a rede pública de água e 34 (11,5%) não responderam.

O transporte pessoal no PDS: 226 (76,6%) famílias relatam ter carro ou moto próprios, 10 (3,4%) relataram usar bicicleta como principal meio de transporte, 4 (1,35%) relataram não fazerem uso de meio de locomoção próprio, e 55 (18,6%) não responderam a pergunta.

Benefícios e renda extra rural

Em relação aos benefícios sociais pagos pelo governo, 121 (41%) lotes/famílias, recebem o bolsa família. A média do benefício recebido pelas famílias ficou em torno de R\$ 221,53. O valor mais baixo do benefício que as famílias relataram ter recebido é de R\$ 70,00. O valor mais alto relatado é de R\$ 590,00. Outro benefício que foi citado por 10 (3,4%) famílias foi o renda cidadã, seu valor é de R\$ 80, independente da condição familiar.

As aposentadorias pagas, também pelo governo, foram citadas por 31 (10,5) famílias, sendo a média das aposentadorias R\$ 1088,61. O valor mais baixo de aposentadoria relatado foi de R\$ 340 e o valor mais alto R\$ 2400.

Auxílio reclusão não foi relatado na pesquisa.

Em relação às pensões, esta renda extra rural foi relatada por 20 famílias, sendo a média de R\$ 733,3. O valor mais baixo de pensão registrado foi de R\$ 150,00. Já o maior valor foi de R\$ 1500.

Outra fonte de renda extra rural no PDS são os trabalhos nos lotes externos, o pagamento do tipo diário foi citado por 2 famílias, em torno os pagamentos são de R\$ 80 a R\$ 100. O pagamento de maneira mensal foi citado por 5 famílias, a média é de R\$ 948 o menor valor é de R\$720, e o maior valor foi 1500. Empreita foi relatado por 2 famílias e os valores eram de: R\$ 320 e R\$ 2000.

Organização social e Acesso a crédito

Em relação à organização grupo de produtores, apenas dois agricultores relataram participar do grupo da Yoshida (um comércio agropecuário com atuação na região do alto Tietê que faz feiras e eventos dentro do PDS para vender seus produtos).

Questionados se são filiados a alguma Associação, 219 (74,2%) famílias/lotos disseram ser participantes de associações, destes, 196 (66,4%) relatam participar da APROJUR e 23 (7,8%) não identificaram a qual associação participam. 69 (23,4%) famílias/lotos citaram não participar de nenhuma associação.

49 (16,6%) famílias disseram participar de cooperativas, duas se destacam: COOPROJUR citada por 35 (11,9%) famílias e a COOPERVAT mencionada por 14 (4,7%) famílias. A participação em cooperativas ainda caminha a passos lentos, pois cerca de 242 (82%) famílias disseram não fazer parte de nenhuma cooperativa.

Movimentos sociais não foram citados por nenhuma família.

Em relação ao crédito, o microcrédito/BSM Fomento foi citado por 6 (2%) famílias. Custeio foi citado por 7 (2,4%) famílias. Em relação a investimentos, foi citado por 24 (8,1%) famílias, sendo eles: PRONAF e o Mais Alimentos.

A Declaração de Aptidão ao PRONAF foi citado por 108 (36,6%) famílias.

Nenhum agricultor disse participar da política do Minha Casa Minha Vida.

Utilização da terra

A área total das propriedades é da ordem de 396,7 Ha. A média das 295 propriedades é 1,36 Ha. Sendo a menor registrada 0,03 Ha e a maior 28 Ha. Estima-se que o valor total da área utilizada para a horticultura é de 366,3 Ha, sendo a média das áreas de horticultura das propriedades em torno de 1,29 Ha.

Nível técnico e utilização de equipamentos agrícolas

A utilização de trator nas culturas foi citado por 118 (40%) famílias, geralmente como as propriedades são de pequeno porte, utilizam um pequeno trator chamado Tobata, em sua maioria. 165 (55,9%) agricultores relatam o uso de implementos agrícolas, o uso do microcultivador foi relatado por 23 (7,8%) famílias. Foi relatado por 2 (0,6%) famílias o uso de tração animal.

O uso de cercas nas propriedades, como já foi visto nas visitas de campo é pouco utilizada, uma vez que as valas e os produtores determinam os limites de suas propriedades. 265 (90%) famílias não fazem o uso de cercas, 24 (8,1%) famílias disseram fazer uso de cercas e 6 (2%) famílias não responderam a questão.

O uso de cacimba/poço foi relatado por 79 famílias (26,7%). O uso de reservatórios de água para irrigação também é comum no PDS e foi citado por 223 (75,6%) famílias. O uso do poço

semi artesiano é citado por 226 (76,6%) lotes/famílias. Em relação ao uso de equipamentos para a irrigação das culturas agrícolas, foi citado por 250 (84,7%) famílias.

Os agricultores do PDS quase não fazem uso de estufas/viveiros, sendo essa tecnologia aplicada a apenas 22 (7,4%) lotes. O uso de adubo químico é quase unânime entre as famílias, destas 256 (86,8%) dizem se utilizar. O adubo orgânico também tem ampla difusão entre os agricultores, 244 (82,7%) famílias relatam o uso, dentre eles se destacam fezes de galinha e codorna. Em relação ao uso de semente melhorada, 238 (80,7%) produtores relatam seu uso em seus lotes. A utilização de mudas certificadas foi citada por 162 (55%) famílias. O uso de agrotóxico foi relatado por 269 (91,2%) famílias. A utilização de calcário foi citada por 264 (89,5%) famílias em seus lotes. O uso de herbicida foi citado por 258 (87,4%) famílias.

Em relação a análise dos solos apenas 94 (31,8%) famílias dizem que a faz em seus lotes, contra 194 (65,8%) famílias que citam nunca ter usado esta tecnologia. A rotação de culturas é feita por cerca de 244 (82,8%) famílias.

Aspectos de comercialização

Em relação a comercialização, 25 (8,4%) famílias citaram que fazem a venda em feiras livres. A venda direta a consumidores foi relatada por 36 (12,2%) famílias. Já a grande regra dentro do PDS parece ser a venda para intermediários, esta modalidade é realizada por 241 (81,7%) famílias.

As compras de governo foram identificadas em 39 (13,2%) famílias disseram vender para o PAA, 12 (4%) para o PNAE e nenhuma família relatou participar do programa do governo estadual o PPAIS. Não há relatos de vendas diretas para indústrias.

A emissão de nota do produtor foi relatada por 91 (31%) famílias, contra 165 (56%) que disseram não emitir nota do produtor, 39 (13%) famílias não responderam a questão.

Aspectos ambientais

20 (6,8%) famílias relataram ter uma nascente ou riacho em seu lote. Erosão de solo foi identificado em 6 (2%) lotes. 10 (3,4%) famílias relataram ter área de APP em seus lotes. 4 (1,3%) famílias relataram ter área de reserva legal em seus lotes (foram as mesmas que relataram ter as áreas de APP). 1 família relatou fazer SAF. 8 famílias relataram fazer produção agroecológica. 3 famílias relataram fazer produção orgânica (essas 3 famílias disseram fazer a produção agroecológica).

Em relação ao descarte de agrotóxico 185 (62,7%) famílias relataram que os fazem segundo a Lei. 82 (27,8%) disseram não fazer descarte das embalagens de agrotóxicos, muitos destes relatam a queima nas propriedades das embalagens usadas. 24 (8,1%) famílias não responderam a questão. 4 (1,3%) agricultores citaram a não utilização de agrotóxico.

Outro indicador é o recolhimento de lixo doméstico, 59 (20%) famílias apontaram que a coleta é feita em seus lotes. Já 221 (75%) famílias apontaram que a coleta inexistente em seus lotes. 15 (5%) famílias não responderam a questão.

Em relação ao uso de EPIs, 172 (58,3%) famílias citaram fazer uso do equipamento em seus lotes, já 89 (30,2%) famílias citaram não fazer uso do equipamento obrigatório. 3 (1%) famílias citaram o não uso por não usar agrotóxicos. 31 (10,5%) famílias não responderam a questão.

225 (76,2%) famílias citaram ter água suficiente para suas culturas, enquanto que 54 (18,3%) famílias registraram que água que utilizam para irrigação não é suficiente para suas culturas.

25 (8,5%) famílias de agricultores relataram ter vegetação nativa em seus lotes. 249 (84,4%) citaram não ter vegetação nativa em seus lotes. 17 (5,7%) famílias relataram fazerem uso de adubação verde. 119 (40,3%) famílias relataram terem a presença de fauna silvestre em seus lotes.

Do universo de 295 agricultores apenas quatro (1,3%) citaram que plantam para consumo próprio.

Tabulação questionário Persefone Dados gerais

A pesquisa foi realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e a FATEC de Mogi das Cruzes, entre os anos de 2012 e 2013. Foram entrevistados ao todo 445 agricultores no município de Mogi das Cruzes. Destes total cerca de 81 (18,2%) agricultores se situam na região de Jundiapéba, que inclui ambos os PDS estudados, por isso o recorte feito em 81 agricultores, como na época ainda não havia o projeto dos PDSs, a identificação da área ficou como sendo o distrito de Jundiapéba. Sendo assim o universo aqui estudado é de 81 agricultores que se situam nos PDS.

Dados gerais

Caracterização da propriedade

A primeira questão do questionário recai sobre os dados das propriedades. Das 81 propriedades aqui estudadas, a soma da área total destas propriedades é de 188 Ha, a média do

tamanho das propriedades é de 2,3 Ha. A menor propriedade verificada é de 0,02 Ha, e a maior 22,6 Ha.

Em relação à área produtiva agrícola de todas as 81 propriedades temos um total de 152,2 Ha, a média da área produtiva no total é de 1,87 Ha, a menor área produtiva nas propriedades é de 0,3 Ha, a maior 14 Ha.

A atividade nas 81 propriedades é a horticultura.

Recursos Disponíveis – Recursos hídricos

Água disponível? Sim 79 – não 2.

Monitora Qualidade – sim 39 – não 42

Período das Análises – 42 nenhum – 30 bimestral – 1 trimestral – 4 semestral – 4 anual.

Consumo maior que 5M cúbicos dia? Sim 27 – não 54.

Tem documento de outorga ou insenção? Sim 1 – não 80.

Recursos Disponíveis – Energia Elétrica

Energia elétrica disponível? Sim 58 - não 10 – não responderam 13.

Tem problema com fornecimento de Energia? Interrupção 6 - oscilação 11 – sobrecarga 15.
(32 responderam no total)

Todos os 81 tem o fornecimento de energia pela Empresa Bandeirante Energia.

Mão de Obra

Acidentes de trabalho? Sim 4 – não 28 – não responderam 51

Quantos acidentes/ano? Não há informações.

Causa dos acidentes: físico 4 – intoxicação 0

Fornece EPI Formalizado? Sim 24 – não 59.

Responsáveis são capacitados para o uso do agrotóxico (está na tabela da gestão ambiental)?
Sim 15 – não 68.

Frequência desta capacitação? Apenas 2 respostas – 2 frequências de capacitações se dão de forma esporádica.

Possui instalações adequadas para armazenar defensivos agrícolas (está na tabela da gestão ambiental)? Sim 53 – não 30.

Possui instalações sanitárias para os diferentes os funcionários de sexos? Sim 0 – não 83.

Fossa séptica ou negra? nenhum 2 – fossa séptica 16 – fossa negra 11 – não responderam 54.

Possui caixa de contenção de contaminantes? Sim 1 – não 82.

Possui refeitório para funcionários? Sim 0 – não 46 – 37 não responderam .

Informática

Interesse em curso gratuito? Sim 34 – não 49.

Possui computador? Sim 34 – não 49.

Utiliza PC na atividade? Sim 12 – não 71.

Possui internet? Sim 13 – não 0 - não respondeu 70.

Possui site? Sim 2 – não 81.

Deseja possuir um site? Sim 10 – não 73.

Motivo site? MKT 11 – 1 Institucional – 71 nenhum.

Qual a qualidade da internet? 70 Nenhuma – 6 boa – 5 ruim – 2 critica.

Possui Nota fiscal Eletrônica? Sim 1 – não 82.

Logística de distribuição

Faz distribuição da produção? Sim 26 – não 57.

Distância do asfalto (KM) – em relação a distâncias em que as propriedades estão do asfalto, temos uma média de 1,4 Km. Sendo a menor distância 0 Km do asfalto e a maior 3,5 Km.

Como classifica as estradas que utiliza? 12 boa – 18 ruim – 38 crítica – 15 não responderam.

Gestão das propriedades

Tem registro do volume da produção? Sim 13 – não 70.

Caderneta de campo? Sim 5 – não 78.

Identifica Lote? Sim 4 – não 79.

Embala produtos? Sim 2 – não 81.

Faz registro de aplicações de controle? Sim 6 – não 77.

Faz rotulagem? Sim 0 – não 83.

Utiliza dados meteorológicos? Sim 28 – não 55.

Identifica talhões de produção? Sim 5 – não 78.

Tem assistência adm profissional? Sim 14 – não 69.

Gestão Ambiental

Conhece as obrigações ambientais? Sim 14 – não 69

Possui a demarcação das APPs? Sim 1 – não 80.

Possui documento de conformidade ambiental? Sim 0 – não 81.

Participa de algum colegiado ambiental? Sim 2 – não 81

Existe erosão? 80 nenhum – 1 laminar – 2 sulcos.

Crédito

Tem acesso a crédito rural? Sim 26 – não 57.

Possui credito no momento? Sim 2 – não 81.

Qual linha? 1 governamental – 1 privada – 81 não tem.

Está satisfeito com o credito? Sim 3 – não 80.

As linhas disponíveis são suficientes? Sim 2 – não 81.

Possui capacidade de pagamento? Sim 2 – não 81.

Como classifica sua amortização? 2 classifica como moderada – 81 não tem.

Tem interesse em fazer seguro? 2 sim (sendo 1 estufa e 1 cultura) – 81 não tem.

Outras informações

Tem nota fiscal (papel, sem ser eletrônica)? Sim 43- não 40.

Possui responsável técnico? Sim 8 – não 75.

Foi vitima de alguma ocorrência policial no último ano? sim 18 – não 65.

Quantas vezes? Variam de uma a 7 vezes.

Registrou B.O? sim 5 – não 75.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO UTILIZADO PELO IBS/INCRA

FORMULÁRIO IBS-20150805-DIAGNÓSTICO-META-4.1-B.INDD

DIAGNÓSTICO DA META 4.1

2571

VIA ÚNICA

ASSENTAMENTO: _____ ASSENTADO: _____ APELIDO: _____ SIPRA: _____
 LOTE: _____ ÁREA: _____ AGROVILA: _____ TEL: () _____ E-MAIL: _____ SITUAÇÃO: _____

1 IDENTIFICAÇÃO DOS MORADORES

NOME COMPLETO	PARENTESCO	ESTADO CIVIL	CPF	SEXO (M/F)	RAÇA	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	ESCOLARIDADE
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		
						/ /		

RAÇA: Branco, pardo, negro, amarelo, indígena. ESTADO CIVIL: Solteiro, casado, viúvo, separado, divorciado, companheiro. ESCOLARIDADE: Educação infantil, ensino fundamental, médio ou superior.

2 ASPECTOS DE SAÚDE

RESPOSTAS (SIM / NÃO) E QUANTIDADE	DOENÇA CARDÍACA	PROBLEMA DE COLUNA	LER	PRESSÃO ALTA	DIABETES	OBESIDADE	DOENÇA RESPIRATÓRIA	CÂNCER	INTOXICAÇÃO AGROTÓXICOS
Algum familiar com?	()	()	()	()	()	()	()	()	()
	DEFICIÊNCIA FÍSICA	DEFICIÊNCIA VISUAL	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	TRANSTORNO MENTAL	FUMANTE	ALCOOLISMO	DENGUE	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	DEPENDENTE DE DROGAS
Algum familiar com?	()	()	()	()	()	()	()	()	()
	POSTO DE SAÚDE PÚBLICO	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)	MÉDICO PARTICULAR	PLANO DE SAÚDE PARTICULAR	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	PLANTAS MEDICINAIS	MEDICAÇÃO DO SUS		
Faz uso de?	()	()	()	()	()	()	()		

3 ASPECTOS DE EDUCAÇÃO E LAZER

ESCOLA DOS FILHOS: _____ LOCALIZAÇÃO: _____ DISTÂNCIA DA ESCOLA (KM): _____ MEIO DE TRANSPORTE: _____
 ESCOLA DOS ADULTOS: _____ LOCALIZAÇÃO: _____ DISTÂNCIA DA ESCOLA (KM): _____ MEIO DE TRANSPORTE: _____
 LAZER EXISTENTE NO ASSENTAMENTO: _____ LAZER DESEJADO NO ASSENTAMENTO: _____
 COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO (SIM/NÃO): () CELULAR () FIXO () INTERNET

4 HABITAÇÃO E RENDA EXTRA RURAL

TIPO	MATERIAL	ÁREA (M²)	CONSERVAÇÃO	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA	ESGOTO	COBERTURA	ÁGUA DE CONSUMO	TRANSPORTE PESSOAL

TIPO: Casa residencial, galpão, depósito, etc. MATERIAL: Alvenaria, madeira, barro, lona. CONSERVAÇÃO: Boa, regular, precária. INSTALAÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA: Sim ou Não. ESGOTO: Fossa asséptica, fossa comum, rede de esgoto, ar livre. COBERTURA: Cerâmica, fibrocimento, metálica, etc. ÁGUA DE CONSUMO: Potável, Fervida, Filtro, tratada. TRANSPORTE: Carro, moto, bicicleta, nenhum.

PÁGINA 1 DE 2

2571

5 BENEFÍCIOS E RENDA EXTRA RURAL								
NOME / VALOR MENSAL	BOLSA FAMÍLIA	RENDIA CIDADÃ	AUXÍLIO RECLUSÃO	PENSÃO	APOSENTADORIA	DIARISTA	MENSALISTA	EMPREITA

6 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ACESSO A CRÉDITO									
ITEM	GRUPO DE PRODUTORES	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA	MOVIMENTO SOCIAL	MICROCRÉDITO / BSM FOMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	DAP	MINHA CASA MINHA VIDA
NOME									
SITUAÇÃO									

NOME: Créditos (Custeio, Investimento, Microcrédito, BSM, MCMV): indicar fonte (Pronaf) e banco. SITUAÇÃO: Grupo, Associação, Cooperativa, Movimento e DAP: Ativo ou Inativo; Créditos (Custeio, Investimento, Microcrédito, BSM, MCMV): Contratado ou pendente, se contratado adimplente ou inadimplente.

7 UTILIZAÇÃO DA TERRA			
ITEM / ÁREA (ha)	NO LOTE (ha)	NO ASSENTAMENTO (ha)	EM ARRENDAMENTO EXTERNO (ha)
PASTAGEM			
CULTURAS ANUAIS			
CULTURAS PERMANENTES			
REFLORESTAMENTO			
HORTICULTURA			
SEDE E INSTALAÇÕES			
ÁREAS INAPROVEITÁVEIS			
ÁREAS SEM USO			
ÁREA TOTAL			

8 NÍVEL TECNOLÓGICO E UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS									
ITEM LOTE (SIM/NÃO)	TRATOR*	IMPLEMENTOS*	TRAÇÃO ANIMAL*	CERCAS	CACIMBA/POÇO	RESERVATÓRIO	POÇO SEMI-ARTESIANO	IRRIGAÇÃO	ESTUFA/VIVEIRO
ITEM AGRICULTURA	ADUBO QUÍMICO	ADUBO ORGÂNICO	SEMENTE MELHORADA	MUDAS CERTIFICADAS	AGROTÓXICOS	CALCÁRIO	ANÁLISE DE SOLOS	ROTAÇÃO DE CULTURAS	HERBICIDAS
ITEM PECUÁRIA	RAÇÃO SUPLEMENTAR	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	IATF	VERMIFUGAÇÃO	MATRIZES (QUANTIDADE)	REPRODUTOR (QUANTIDADE)	CAPINEIRA (ÁREA)	TEMPO DE LACTAÇÃO (MESES)	VACINAÇÃO DE BRUCELOSE

* ITEM: Trator, implementos e tração animal: Se SIM, informar se Próprio, Alugado ou Emprestado.

9 PRODUÇÃO VEGETAL (grãos, frutas, hortaliças, pastagens, reflorestamento, etc.)							
CULTURA / VARIEDADE	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO TOTAL	AUTOCONSUMO	UNIDADE	VALOR DE VENDA (R\$)	PARCERIA (%)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)

2571

10 PRODUÇÃO ANIMAL (bovinos, suínos, galinhas, leite, peixes, abelhas, ovinos, leite, ovos, etc.)							
TIPO DE ANIMAL / RAÇA	REBANHO (CABEÇAS)	PRODUÇÃO ANUAL	UNIDADE	CONSUMO INTERNO	QTD. VENDIDA	VALOR DE VENDA (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)

11 OUTRAS VENDAS					
ITEM / VALOR ANUAL	ARTESANATO	ARRENDAMENTO	DOCES E COMPOSTAS	COMÉRCIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

12 COMERCIALIZAÇÃO									
PRODUTO / %	FEIRA LIVRE	VENDA DIRETA	INTERMEDIÁRIO	PAA	PNAE	PPAIS	COOPERATIVA	INDÚSTRIA	PARCERIA

Nomes dos compradores:

Nota de produtor rural? (SIM / NÃO): ()

Utiliza barraca de feira do INCRA? (SIM / NÃO): ()

13 INDICADORES AMBIENTAIS NO LOTE								
ITEM (EXISTENTE OU NÃO)	NASCENTE OU RIACHO	EROSÃO DE SOLO	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	RESERVA LEGAL	SAF	PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	PRODUÇÃO ORGÂNICA	DESCARTE DE AGROTÓXICOS

14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									

DATA: / / 201	TÉCNICO RESPONSÁVEL:	ASSINATURA:
------------------	----------------------	-------------

ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO PELO PROJETO PERSÉFONE – FATEC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MOGI DAS CRUZES

LEVANTAMENTO DO PERFIL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE MOGI DAS CRUZES - 2011					
Nome:			Telefone:		
Endereço para contato:					
Endereço do Sítio:					
Coordenadas UTM:		Possui Nota Fiscal:			
E-mail:		CNPJ:		CPF:	
RG:		Órgão Emissor:			
CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE (ha)					
Área Total		Área de Produção		Área de Mata	
1ª Atividade		2ª Atividade		3ª Atividade	
4ª Atividade					
% no faturamento anual		% no faturamento anual		% no faturamento anual	
RECURSOS DISPONÍVEIS					
RECURSOS HÍDRICOS					
Água Disponível: () Sim () Não		Monitora Qualidade: () Sim () Não		Período das Análises () Mensal () Bimestral () Semestral () Anual	
Consumo é maior que 5m³/dia? () Sim () Não				Tem documento de outorga ou isenção? () Sim () Não	
ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Disponível: () Sim () Não		Tem problemas com o Fornecimento: () Interrupção () Oscilação () Sobrecarga			
() Bandeirante		() Cooperativa de Eletrificação Rural			
MÃO DE OBRA					
Temporário	Temporário s/ Registro	Permanente	Permanente s/ Registro	Familiar	Meeiro
Acidentes de Trabalho? () Sim () Não		Quantos durante ano?		Causa dos acidentes ocorridos? () Físico () Intoxicações	
Fornecer EPI formalizado? () Sim () Não	O(s) responsável(eis) é(são) capacitado(s) para uso de agrotóxicos? () Sim () Não			Qual frequência? () Semestral () Anual () Esporádico	
Possui Instalações adequadas para o armazenamento de defensivos agrícolas? () Sim () Não					
Possui instalações sanitárias para funcionários com divisão por sexo? () Sim () Não		() Fossa Séptica () Fossa Negra () Possui caixa de contenção de contaminantes		Possui Refeitório () Sim () Não	

INFORMÁTICA			
Interesse de fazer curso gratuito? ☐ Sim ☐ Não			
Possui computador? ☐ Sim ☐ Não	Utiliza o computador na atividade? ☐ Sim ☐ Não		Possui internet? ☐ Sim ☐ Não
Possui site? ☐ Sim ☐ Não	Qual endereço do site? ☐ Sim ☐ Não	Pensa em Possuir um? ☐ Sim ☐ Não	Qual motivo? ☐ MKT ☐ Institucional
Como você classifica a qualidade de sinal de internet? ☐ Críticas ☐ Ruins ☐ Boas ☐ Excelentes		Utiliza nota fiscal Eletrônica? ☐ Sim ☐ Não	
LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO			
Faz Distribuição dos Produtos? ☐ Sim ☐ Não	Distancia do asfalto (Km)?	Como classifica as estradas que utiliza? ☐ Críticas ☐ Ruins ☐ Boas ☐ Excelentes	
GESTÃO DA PROPRIEDADE			
Tem registro do volume de produção? ☐ Sim ☐ Não	Tem caderneta de campo? ☐ Sim ☐ Não	Tem registro das aplicações de controle/vacinas? ☐ Sim ☐ Não	
Identifica lote? ☐ Sim ☐ Não	Embala o produto? ☐ Sim ☐ Não	Faz rotulagem? ☐ Sim ☐ Não	
Utiliza dados meteorológicos? ☐ Sim ☐ Não	Identifica os talhões de produção? ☐ Sim ☐ Não	Tem assistência administrativa profissional? ☐ Sim ☐ Não	
GESTÃO AMBIENTAL			
Conhece as obrigações ambientais? ☐ Sim ☐ Não		Possui a demarcação das APP's? ☐ Não se aplica ☐ Sim ☐ Não	
Possui documento de conformidade ambiental? ☐ Sim ☐ Não		Participa de algum colegiado ambiental? ☐ Sim ☐ Não	
Qual o grau de utilização da área útil? %		Reserva Legal (Averbada)	
Existe erosão? ☐ Sim ☐ Não Tipo: ☐ Laminar ☐ Sulco ☐ Voçoroca			
CRÉDITO			
Tem acesso ao crédito rural? ☐ Sim ☐ Não	Possui algum no momento? ☐ Sim ☐ Não	Qual linha? ☐ Privada ☐ Governamental	
Qual motivo? ☐ Custeio ☐ Investimento	Está satisfeito? ☐ Sim ☐ Não	As linhas disponíveis são suficientes? ☐ Sim ☐ Não	
Possui capacidade de pagamento? ☐ Sim ☐ Não		Como classifica sua amortização? ☐ Fácil ☐ Moderada ☐ Difícil ☐ Impossível	
Tem interesse de fazer seguro? ☐ Estufa ☐ Cultura ☐ Outros			

OUTRAS INFORMAÇÕES	
<p>Possui Responsável Técnico? (☐)Sim (☐)Não</p> <p>Foi vítima de alguma ocorrência no ultimo ano? (☐)Sim (☐)Não Quantas vezes? (☐)</p> <p>Registrou BO? (☐)Sim (☐)Não Qual o motivo de não registrar BO ?</p> <p>Participa de organização de produtores? (☐)Associação (☐)Cooperativa (☐)Sindicato (☐)Outra</p>	
DATA:	TÉCNICO RESPONSÁVEL:
ASSINATURA DO PRODUTOR:	